



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE.



LUIZ FELIPE BRIZZI SANTOS

CONTROLE SOCIAL SOB A ÓPTICA
CONSTITUCIONAL E OS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA
NA PREVENÇÃO E ELUCIDAÇÃO DE DELITOS.

ITAJUBÁ, 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE.



LUIZ FELIPE BRIZZI SANTOS

CONTROLE SOCIAL SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL
E OS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA NA PREVENÇÃO E
ELUCIDAÇÃO DE DELITOS.

Dissertação submetida à defesa no Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade.

Área de concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Adilson da Silva Mello

ITAJUBÁ, 2020

LUIZ FELIPE BRIZZI SANTOS

**CONTROLE SOCIAL SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL
E OS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA NA PREVENÇÃO E
ELUCIDAÇÃO DE DELITOS.**

Dissertação de Mestrado apresentada para
Defesa no Mestrado em
Desenvolvimento, Tecnologias e
Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Rosinei Batista Ribeiro

Prof. Dr. Avaliador Interno

Márcio Lopes Pimenta

Prof. Dr. Avaliador Externo

Adilson da Silva Mello

Prof. Dr. Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido força e saúde para que tudo isso acontecesse ao longo da minha vida.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a minha esposa pelo apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Agradeço também a UNIFEI e todo corpo docente do curso de mestrado de Desenvolvimento Tecnologia e Sociedade, o qual sempre nos incentivou, esteve presente para nos auxiliar, orientar e incentivar para a conclusão deste projeto.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao Prof. Dr. Adilson da Silva Melo, meu orientador, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho, o qual sempre se colocou em pronta disposição para me auxiliar e nortear toda pesquisa.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Asleep or awake, working or eating, indoors or out of doors, in the bath or in bed – no escape. Nothing was your own except the few cubic centimeters inside your skull.”

George Orwell

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida a partir da teoria ator-rede (TAR), busca acompanhar o fenômeno da violência no centro urbano de Pouso Alegre – MG, antes e depois da implantação do sistema de vigilância “Olho Vivo” e sua influência na sociedade local. Serão verificadas as variações dos índices criminais, o trabalho dos operadores do sistema, dos investigadores da Polícia Civil e também se o sistema tem auxiliado na elucidação dos crimes praticados. Para isso, foi necessário verificar se as fases de implementação do Sistema Olho Vivo, desde o início do processo, as controvérsias e polêmicas surgidas, bem como se nos anos e 2013, 2014, 2016 e 2017, a implantação do Sistema teve, juntamente com outros fatores, influência na redução criminal e na visibilidade dos crimes. Ainda com relação ao controle social, analisar de forma teórica, a mediação entre segurança e privacidade e como os operadores do sistema monitoram o cotidiano social, sua influência e interação. De forma a demonstrar com maior clareza os resultados foram montadas redes com a descrição das relações com as práticas sociais e políticas públicas, verificando o impacto social após a implementação. Como metodologia tem-se uma pesquisa aplicada, descritiva/explicativa e pesquisa de campo realizada por meio de questionários quali-quantitativos. Assim, busca-se a continuidade no campo das políticas públicas e de temas importantes que afetam a sociedade moderna como a influência da constante vigilância no comportamento das pessoas, combate ao aumento da criminalidade e os riscos com a relativização dos direitos fundamentais.

Palavras chave: Sociedade de controle, teoria ator-rede, vigilância, panoptismo, violência, Pouso Alegre, câmeras de vigilância;

ABSTRACT

This research, developed from the actor-network theory (TAR), seek to follow the phenomenon of violence in the urban center of Pouso Alegre - MG, before and after the implementation of the surveillance system "Olho Vivo" and its influence on local society. It'll be verified the variation of the criminal records, the routine of the system's operators, of the Civil Police detectives and if the system had helped in crime solution. Thereby, it was necessary to verify the implemental phases of the System, since the beginning, the controversies and polemics, and if in the years of 2013, 2014, 2016 and 2017, the system implementation had, together with other factors, influenced in the reduction of criminal records and in the visibility of the crimes. Still, in relation to social control, analyze in a theoretical way, the mediation between security and privacy, also how the operators of the system monitor the social routine. In a way to demonstrate with more clarity the results, the networks were assembled with the description of the relations with social practices and public policies, verifying the social impact after the implementation. As the methodology, it has a descriptive/explanatory survey, carried out through qualitative-quantitative questionnaires. Thus, seek the continuity in the field of public policies and important issues affecting modern society such as the influence of constant surveillance on the behavior of people, combating the rise of crime and risks with the relativization of fundamental rights.

Keywords: Society of control, Actor Network Theory, vigilance, panoptism, violence, Surveillance System.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGETRANSP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

ANT - Teoria Ator-Rede (Actor-Network Theory)

CICC – Centro Integrado de Comando e Controle

CF – Constituição Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAP - Leitores Automáticos de Placas de veículos

LED – Light Emitting Diodo

REDS –Registro de Evento de Defesa Social

RISP – Região Integrada de Segurança Pública

SIDS – Sistema Integrado de Defesa Social

SSP/RJ - Secretaria de Segurança Público/ Rio de Janeiro

SSP/SP - Secretaria de Segurança Público/ São Paulo

SOV – Sistema Olho Vivo

STF – Supremo Tribunal Federal

TAR – Teoria Ator-Rede

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fluxograma das fases da pesquisa	20
Figura 2: Fluxograma das fases da pesquisa	20
Figura 3: Fluxograma das fases da pesquisa	21
Figura 4: Sistema Detecta na sede do COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar em plena operação.	27
Figura 5: Imagem da frente do CICC/RJ	28
Figura 6: Sala de controle de vigilância do CICC/RJ.....	28
Figura 7: Print da tela do site https://www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br/	29
Figura 8: Presídio em modelo Panóptico (FOUCAULT, 1999).....	31
Figura 9: Mapa do Brasil	53
Figura 10: Mapa de Minas Gerais.....	53
Figura 11: Mapa do Sul de Minas Gerais	54
Figura 12: Mapa do Sistema Olho Vivo (Câmeras Centrais)	55
Figura 13: Imagens de Satélite do Sistema Olho Vivo (Câmeras Centrais)	55
Figura 14: Mapa do Sistema Olho Vivo (Câmeras Bairro Foch/Novo Centro).....	56
Figura 15: Imagens de Satélite do Sistema Olho Vivo (Câmeras Bairro Foch/Novo Centro)	56
Figura 16: Fórmula da Correlação de Pearson	58
Figura 17: Câmera nº1, situada na Praça Senador José Bento. Extraído do software Google Maps.	60
Figura 18: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 1. .60	
Figura 19: Câmera nº2, situada na esquina das Avenida Doutor Lisboa com a Rua Marechal Deodoro. Extraído do software Google Maps.	61
Figura 20: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 2. .61	
Figura 21: Câmera nº3, situada na esquina das Avenida Doutor Lisboa/ Av. Vicente Simões c/ a Avenida Levino Ribeiro do Couto. Extraído do software Google Maps.....	62
Figura 22: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 3. .62	
Figura 23: Câmera nº4, situada na esquina da Praça Senador Eduardo Amaral/Av Antônio Mariosa/Av Pinto de Abreu/Avenida Vereador Antônio da Costa Rios. Extraído do software Google Maps.	63
Figura 24: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 4. .63	

Figura 25: Câmera nº5, situada na esquina da Avenida Doutor Lisboa/Rua Dom Nery c/ Avenida Comendador José Garcia. Extraído do software Google Maps.	64
Figura 26: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 5 ..	64
Figura 27: Câmera nº6, situada na esquina da Rua Adalberto Ferraz c/ Rua Dom Nery Extraído do software Google Maps.....	65
Figura 28: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 6 ..	65
Figura 29: Câmera nº7, situada na esquina da Rua Vieira de Carvalho com Av Dr João Beraldo, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	66
Figura 30: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 7 ..	66
Figura 31: Câmera nº8, situada na esquina da Rua Adolfo Olinto com Rua Coronel Herculano Cobra Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	67
Figura 32: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 8. .	67
Figura 33: Câmera nº9, situada na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 1.619 Extraído do software Google Maps.	68
Figura 34: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 9. .	68
Figura 35: Câmera nº10, situada na esquina da Avenida Gonçalo B Coelho/Avenida Levino Ribeiro do Couto, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.....	69
Figura 36: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 10.69	
Figura 37: Câmera nº11, situada na Rua Bueno Brandão com Rua Prof Jorge Beltrão, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	70
Figura 38: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 11.70	
Figura 39: Câmera nº12, situada na Av Getulio Vargas Coutinho com Av Duque de Caxias, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	71
Figura 40: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 12.71	
Figura 41: Câmera nº13, situada na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, Novo Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	72
Figura 42: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 13.72	
Figura 43: Câmera nº14, situada na Rua Duque de Caxias com Rua João Beraldo, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	73
Figura 44: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 14.73	
Figura 45: Câmera nº15, situada na Rua João Beraldo com Rua Afonso Pena, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	74
Figura 46: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 15.74	

Figura 47: Câmera nº16, situada na Avenida Pinto de Abreu com a Travessa Guido Boch, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.	75
Figura 48: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 16.75	
Figura 49: Coeficientes da Correlação de Pearson.....	77
Figura 50: Desenho da Sub Rede – Instalação do Sistema Olho Vivo. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.	81
Figura 51: Desenho da Sub Rede – Despacho do Sistema Olho Vivo. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.	83
Figura 52: Desenho da Sub Rede – Violência. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic. .	85
Figura 53: Desenho da Sub Rede – Vigilância e Privacidade. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.	87

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ABREVIATURAS	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	13
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIA E SOCIEDADE	16
OBJETIVO PRINCIPAL.....	18
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
JUSTIFICATIVA	18
METODOLOGIA	19
COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	21
CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA E VIGILÂNCIA	24
A INSEGURANÇA PÚBLICA, O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA URBANA E SEUS ASPECTOS.	24
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E ESTRATÉGIAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	26
VIGILÂNCIA, CONTROLE SOCIAL E O PANOPTISMO MODERNO	30
CAPÍTULO 2 - SOCIEDADE E VIGILÂNCIA	35
A SOCIEDADE SOB A ÓTICA DE ALGUNS DOUTRINADORES.....	35
RELAÇÕES SOCIAIS SOB A LUZ DA TEORIA ATOR-REDE	37
DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL E SUA RELATIVIZAÇÃO, TECNOLOGIAS E PRIVACIDADE.	43
CAPÍTULO 3 - PROJETO OLHO VIVO POUSO ALEGRE	47
IMPLANTAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ORIGENS, LEGISLAÇÃO E OBJETIVO.....	47
ENTREVISTA COM OPERADORES DO SISTEMA OLHO VIVO EM POUSO ALEGRE.....	48
INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS, CONTROLE DE ACESSO, DADOS ESTATÍSTICOS E LEVANTAMENTO CRIMINAL;	51
LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO	52
ANÁLISE ESTATÍSTICA	58
ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS E O MÉTODO DA CORRELAÇÃO DE PEARSON APLICADO À INCIDÊNCIA CRIMINAL	76
ENTREVISTA COM DUAS INVESTIGADORAS DA POLÍCIA CIVIL QUE ATUAM NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DESTES DELITOS.....	79

DESCRIÇÃO DA REDE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	80
SUB-REDE INSTALAÇÃO	81
SUB-REDE DESPACHO	83
SUB-REDE VIOLÊNCIA	85
SUB-REDE VIGILÂNCIA/PRIVACIDADE	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
BIBLIOGRAFIA	91
ANEXOS:.....	96
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS OPERADORES DAS CÂMERAS:	96
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOIS POLICIAIS CIVIS:	97

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira se encontra em um momento difícil de sua história no que tange ao combate da criminalidade e a violência urbana tem chegado à níveis alarmantes, de modo que no ano de 2018 foi decretada intervenção federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro (RODRIGUES; MOTTA, 2019). Por atuar na área da segurança pública, este pesquisador sempre demonstrou um grande interesse nos fenômenos sociais, principalmente da violência urbana, suas causas e consequências. Este fenômeno crescente e o medo da violência já se tornaram rotineiros, principalmente nas grandes cidades, em que há concentração de pessoas em pequenos espaços territoriais, exigindo assim medidas urgentes das autoridades públicas.

Por razões metodológicas, esta pesquisa terá um recorte na questão da violência de forma restrita, àquela ocorrida nos grandes centros urbanos, mais precisamente os crimes contra o patrimônio, contra a vida, o tráfico e porte de drogas local e questionando algumas políticas públicas, mais precisamente a implantação de sistema de câmeras de vigilância pública.

Há na literatura autores como (BRUNO, F.), CASTRO, R. B. DE; PEDRO, R. M. L. R., FERNANDES, E. e MILANI, W.; JESUS, E. DE. que já apresentam estudos direcionados na área de video vigilância, controle social e a Teoria Ator Rede. Em análise aos trabalhos realizados pelos autores verifica-se que há uma crescente preocupação quanto à ascensão destes dispositivos no cotidiano social e suas consequências no panorama da sociedade. As câmeras de segurança em Pouso Alegre foram analisadas sob o prisma da TAR permitindo a identificação das associações que serão feitas, surgindo também conexões, controvérsias. Ainda na literatura, na mesma temática do controle social, autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze acabam por ser referências, pois trazem conceitos de sociedade disciplinar e sociedade de controle, base também de nossa pesquisa, além de diversos conceitos importantes na composição do trabalho no campo da vigilância, risco e violência trazidos por Fernanda Bruno. (BRUNO, 2013) (DELEUZE, 1992)(FOUCAULT, 1999) e (COSTA, 2016)

Tão importante quanto, os conceitos da Teoria Ator-Rede (TAR), trazida por Bruno Latour a qual, em poucas palavras, muda o enfoque da análise sociológica colocando humanos e não humanos em um mesmo patamar no contexto social. (LATOURE, 2012). Para a TAR não temos a sociologia do social, mas sim a sociologia das associações em que as redes são formadas a todo momento tendo um sentido mais amplo. Para Latour a rede é o meio de transporte da TAR. Ela é constituída de atores

humanos e não humanos conceituados como actantes (aqueles que geram ação, movimento). Isso vem para evitar o ator social como sendo apenas o ser humano, colocando no mesmo patamar (princípio da simetria), objetos, humanos, protocolos, softwares, entre outros. (LATOURE, 2012). Esta teoria inovadora permitirá estudar a violência levando em consideração toda a sua complexidade, diversidade e multiplicidade que compõem este fenômeno social.

Para isso que foram realizadas as entrevistas com os operadores e com os policiais civis responsáveis pela apuração dos crimes que possuem influência direta na vigilância.

Segundo Bonamigo, *et al*, de forma a buscar maior proteção contra os ataques ao status quo social, busca-se incessantemente por meios mais eficazes no combate criminalidade urbana, mesmo que isso atinja diretamente a forma com que a sociedade se inter-relacione (BONAMIGO, 2016).

De modo a traçar uma linha temporal, retorna-se ao fim dos anos 90, quando se via o crescimento de meios de buscar maior sensação de segurança por parte dos cidadãos. Isso mostrava que o crescimento da violência fazia com que os cidadãos adotassem novas estratégias de proteção, o que acabava por modificar a paisagem urbana, os padrões de residência e circulação, as trajetórias cotidianas, costumes e hábitos.

Os cidadãos procuravam ambientes mais fechados, que permitiam maior controle de acesso de pessoas e, por conseguinte, lhes fornecessem maior segurança. (CALDEIRA, 1997). Usa-se uma lógica de que o risco está sempre presente e deve-se obrigatoriamente tomar medidas para evitar que ele se torne realidade, tal fato legitima a vigilância preventiva.(BRUNO, 2013)

O estudioso da temática da violência urbana, Sergio Adorno, já em meados dos anos 2000, época estas que as câmeras de vigilâncias eram sistemas caros e com menor qualidade das que estão presentes na atualidade, observava que algumas questões sobre a vigilância por meio de câmeras merecem ser trazidas a lume e serem enfrentadas com a seriedade do debate científico. Dentre elas merecem atenção a forma com que esta vigilância discrimina indivíduos e grupos de indivíduos e suas consequências, produzindo situações em que distinções de classe, raça, gênero, cor estão sendo exacerbadas.(2002).

Criava-se ainda uma sociedade em que nenhum lugar é seguro, ninguém é confiável já que nunca se sabe se estamos sendo monitorados ou vigiados de alguma forma. Onde o conceito de privacidade foi absolutamente relativizado. Escolas, hospitais, prédios públicos, todos sob constante monitoramento, sempre com um único objetivo, gerar a sensação de que não há saída e tudo está seguro.(MARX, G. T., 2004)

A sociedade, como uma constante, uma magma em constante movimento (VENTURINI, 2010) vem passando por rápidas mudanças, alterando assim suas formas de controle e desafiando as autoridades constituídas para novos desafios, por isso também foi fundamental na condução das pesquisas trazer autores que focam na sociedade disciplinar e de controle, pois trarão o substrato teórico necessário para entender os jogos de poder e tensões existentes no campo pesquisado. (LEOPOLDO, 2015)

Conforme pesquisa realizada, com o passar dos anos e o empoderamento dos movimentos sociais, há uma imposição para que os órgãos governamentais dialoguem e mudem de abordagem, já que tais movimentos, por vezes, utilizam-se de técnicas de contra vigilância como a destruição de câmeras de monitoramento públicas ou privadas, o desenvolvimento e uso de aplicativos que se utilizam da internet para replicar informações sobre as atividades de controle como cercos policiais, entre outros.(FERNANDES, 2018)

Este trabalho visa contribuir com uma análise prática dos efeitos destes atores no cotidiano de prevenção e apuração criminal. Busca-se pesquisar como é o trabalho de quem os opera, de quem usa seus dados e de quem investiga os crimes usando este recurso. Questiona-se se realmente as câmeras de vigilância possuem efeitos práticos nas estatísticas criminais e ainda se alteram de fato o cotidiano das pessoas.

Programa de Desenvolvimento Tecnologia e Sociedade

Nesta toada, em meados de 2016, quando este mestrando começou a trabalhar na cidade de Pouso Alegre na função de Delegado de Polícia, houve um momento em que notou a grande quantidade de câmeras de vigilância espalhadas pela cidade, quer sejam privadas ou públicas.

Em virtude da atividade profissional já exercida e a aplicação de tais atores no cotidiano, buscou-se aprofundar os estudos na importância destes actantes na forma de vida da sociedade e como isto vem transformando a realidade em que vivemos, assim, muito se pensou sobre a forma com que o sistema funcionava, seus objetivos, quem o gerenciava, quais eram os critérios de seleção e análises das imagens, dentre várias outras controvérsias.

Desta forma, foi dado início em uma pesquisa na literatura clássica e atual que tratasse do objeto de estudo. Em um primeiro momento foi trazido os conceitos de sociedade de autores clássicos como a visão sociológica de Durkheim, Weber e as relações sociais, Marx e sua visão de sociedade dividida em classes sociais, chegando também em autores mais atuais como Bauman que apresenta a expressão “modernidade líquida” para se referir a fluidez das relações em nosso mundo atual, diferenciando-se da modernidade de outrora.(BAUMAN, 2001, 2014; DURKHEIM, 2007; MARX, K., 2017; WEBER, 2008).

Com o embasamento desta literatura, foi trazida a pesquisa a TAR, por meio de seus teóricos Bruno Latour, Steve Woolgar, Michel Callon com uma visão totalmente nova sobre a sociologia. Uma visão não focada apenas nos seres humanos e suas relações, mas sim nas associações formadas entre atores humanos e não humanos, de forma simétrica e indistinta.(CALLON, 1986; LATOUR, 2012).

Todas estes autores, em suas obras, abordam diferentes formas de analisar conceitos da sociologia e é com este supedâneo que a pesquisa será realizada buscando compreender as problemáticas das complexas relações sociais, suas associações, agenciamento e polêmicas que surgem.

Assim, ao verificar a linha de pesquisa oferecida pelo curso de Mestrado de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade o qual, segundo consta no site da Universidade Federal de Itajubá:

Entende-se por tecnologia o conhecimento advindo de processos científicos e que se materializam em ferramentas, processos, metodologias, materiais e produtos criados e utilizados a partir de tal conhecimento. Desta forma, esta

linha visa o estudo destas tecnologias como forma de fomento e fortalecimento do desenvolvimento social, ambiental e/ou econômico. Contemplam-se as tecnologias alinhadas ao desenvolvimento por meio da Inovação, Educação, Organizações e Tecnologias Sociais (SISTEMA SIGAA - UNIFEI, 2018)

Com este interesse, foi possível contatar o Prof. Dr Adilson da Silva Melo, Coordenador do Curso em questão, pesquisador e estudioso na área, além do conhecimento na Teoria Ator- Rede, um dos referenciais teóricos deste projeto.

O interesse pelo tema se aprofundou ainda mais pela ótica apresentada pelo professor, a qual proporciona uma visão inovadora sobre os conceitos de sociedade, seus “actantes” e suas afetações.

Sob tal prisma, o projeto tomou corpo e passou a se desenvolver no sentido de pesquisa no campo social, tecnológico e suas implicações na vida cotidiana.

Objetivo Principal

O objetivo principal desta pesquisa, a partir da teoria ator-rede (TAR), foi analisar a implantação das redes de monitoramento por câmeras, desde o início do processo, de modo a descrever as relações com as práticas sociais, políticas públicas e respectivos impactos sociais.

Objetivos Específicos

Analisar as variações dos índices criminais, por meio da fórmula da correlação de Pearson, bem como o trabalho dos operadores do sistema, dos investigadores da Polícia Civil e também se o sistema tem auxiliado na elucidação dos crimes praticados.

Com relação ao controle social, analisar de forma teórica, a mediação entre segurança e privacidade e como os operadores do sistema monitoram o cotidiano social, sua influência e interação.

Analisar se nos anos de 2013, 2014, 2016 e 2017, a implantação do Sistema teve influência na redução criminal e na visibilidade dos crimes.

Justificativa

Atualmente o controle social tem sido um dos maiores motes entre governos e empresas. Por meio da tecnologia este controle tem crescido vertiginosamente atingindo diversos campos de nossa sociedade. A segurança pública foi apenas uma pequena faceta de todo este movimento que visa controlar os pequenos atos realizados no cotidiano sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, o que justifica a elaboração e realização da pesquisa é a continuidade no campo da pesquisa de temas importantes que afetam a sociedade moderna como a influência da constante vigilância no comportamento das pessoas, assim como o vertiginoso aumento da criminalidade e a relativização dos direitos fundamentais.

Visa ainda contribuir como apoio às políticas públicas a serem elaboradas, pois se verifica a falta de material no campo de pesquisa. Pode-se, ainda, aproveitar os dados obtidos para melhoria sistema para subsidiar futuros projetos.

METODOLOGIA

A pesquisa analisa o vínculo e interação entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições, com base na teoria ator-rede, desta forma que a ser possível acompanhar a rede, estudando os atores humanos ou não-humanos.

Em primeiro momento é introduzido um arcabouço literário e assim a pesquisa é dividida em três capítulos, sendo os dois primeiros com toda a revisão literária, mantendo um campo mais teórico e de fundamentação e o terceiro no campo mais prático, utilizando a base teórica já analisada para verificar o caso concreto trazido à baila, no qual foram enumerados todos os actantes humanos, ou não, para acompanhar o fenômeno da violência no centro urbano de Pouso Alegre – MG, por meio do sistema de vigilância “Olho Vivo” e sua influência na sociedade local.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com objetivo descritivo/explicativa e o problema será abordado de forma quantitativa e qualitativa, tendo como método o estudo de caso.

No primeiro capítulo o foco será a sociedade e a insegurança pública, o fenômeno da violência e seus aspectos. Há de se abordar as políticas públicas de segurança e estratégias de combate à violência adotadas em nosso país. O tema vigilância será abordado bem como toda a revisão literária sobre o controle social, sociedade da segurança e o panoptismo moderno. Ainda será analisada como a forma de produção capitalista e suas correlações com a vigilância.

No segundo, busca-se trazer uma robusta abordagem dos conceitos de sociedade sob à ótica de importantes teóricos e posteriormente sob a luz da teoria ator-rede (TAR), pois é uma teoria que visa tratar das relações sociais colocando seus envolvidos no patamar de atores e os organizando em forma de redes.

Por fim, no terceiro e último capítulo, após tal embasamento estar bem solidificado, será o momento de partir para o campo, verificando a estrutura, funcionamento, eficiência e manutenção do Sistema Olho Vivo, que faz parte da política de segurança pública do Estado de Minas Gerais. A fim de restringir o campo de pesquisa, analisar-se-á o referido projeto no município de Pouso Alegre/MG.

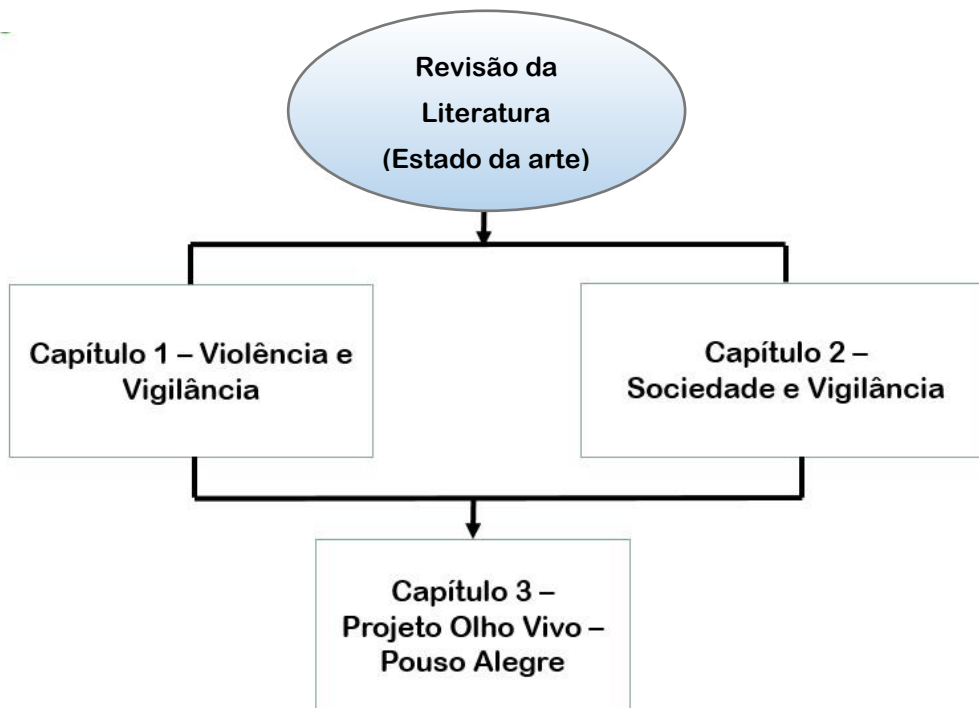


Figura 1: Fluxograma das fases da pesquisa

Antes da conclusão, haverá um capítulo destinado à discussão dos resultados obtidos, contendo uma importante abordagem da questão dos direitos humanos e sua relação com os conceitos de vigilância. Abordar temas como privacidade e sua relativização sob a ótica constitucional, e seu prisma no direito pátrio, além de uma análise sobre a privacidade ante a crescente evolução tecnológica.



Figura 2: Fluxograma das fases da pesquisa

Coleta e análise de Dados

Primeiramente, para verificar a efetividade das câmeras de vigilância foi realizada a pesquisa documental no Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), pertencente a Secretaria de Segurança do estado de Minas Gerais, em que foram obtidos a quantidade numérica de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) dos delitos alvos da pesquisa.

Por questões metodológicas, delimitou-se o campo de análise para os delitos que possuem maior influência em virtude da presença das câmeras de vigilâncias, tais quais furtos, roubos e tráfico e porte de entorpecentes na cidade de Pouso Alegre/MG. Delitos como violência doméstica (grande parte em interior de residências), estelionato, entre outros, por características intrínsecas não ocorrem em via pública, podendo trazer incoerências na análise dos dados coletados.

Também em razões metodológicas, a fim de obter dados comparativos reais, foi realizada uma pesquisa dos furtos, roubos e tráfico de drogas ocorridos em toda região central de Pouso Alegre, em que a maioria das câmeras estão instaladas e suas cercanias, nos anos 2013, 2014, 2016 e 2017.

Escolheu-se o referido período pois engloba dois anos antes da instalação, desconta-se o ano em que foram instaladas (2015) e verifica-se também os dois anos subsequentes.

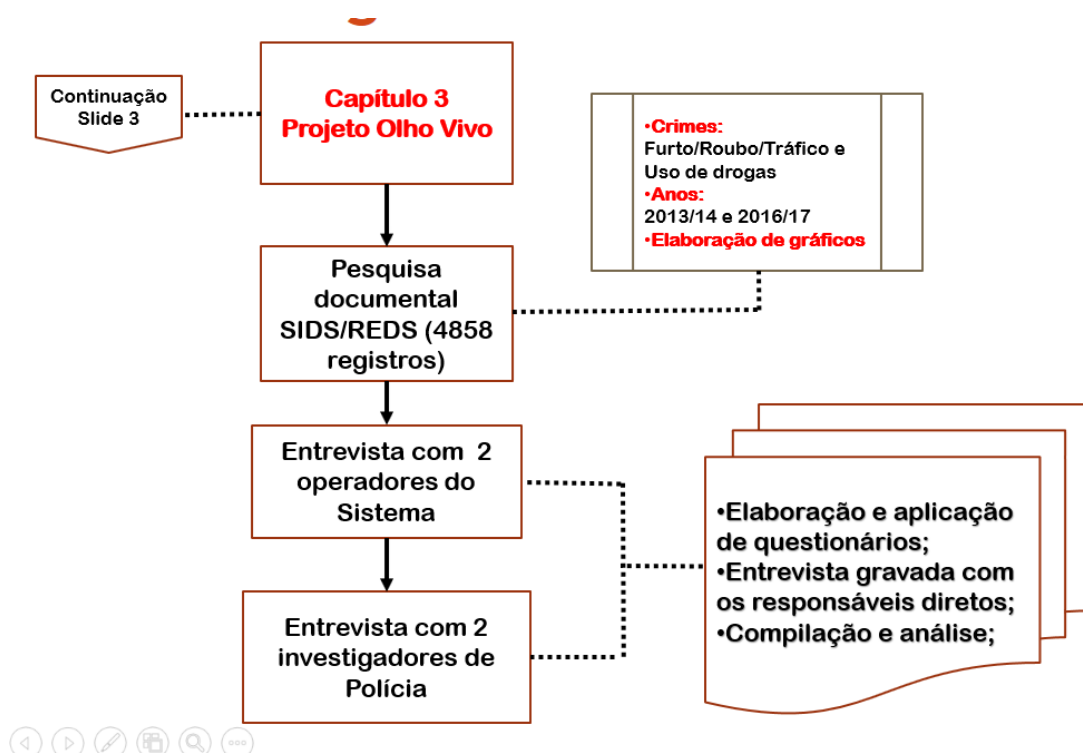


Figura 3: Fluxograma das fases da pesquisa

Outra questão metodológica a ser mencionada foi em relação à busca dos dados criminais. Foi considerado o referido índice criminal das ruas em que a câmera foi instalada, independente do seu alcance, visto que muitos dos registros de ocorrência são imprecisos, ou seja, o denunciante não sabe informar em que altura da rua ou avenida está, prejudicando assim a precisão do mapeamento criminal.

O resultado buscado com a análise destes dados estatísticos criminais será atingir o objetivo específico de confrontar se a incidência destes delitos realmente foi afetada pela instalação e funcionamento das câmeras. Buscou-se ainda, de forma inovadora, realizar uma análise da correlação da incidência criminal entre os próprios delitos, aplicando a Correlação de Pearson, o que proporcionaria saber se a incidência de um delito específico influencia outro. Por questões metodológicas, este pesquisador optou por aplicar a fórmula comparando os delitos de roubo e furto (delitos contra o patrimônio), entre si, e posteriormente tráfico e porte de entorpecentes (delitos contra a saúde pública), também entre si, já que possuem o sujeito passivo em comum.

Ainda, de forma a entender o funcionamento do sistema, foram realizadas duas entrevistas com dois operadores do sistema que fica sediado no COPOM/Pouso Alegre, com o fim de obter dados específicos quanto a sua operacionalidade e ainda, foram realizadas duas entrevistas com dois investigadores dos setores de crime contra o patrimônio e de crimes contra entorpecentes da Delegacia de Polícia Civil de Pouso Alegre.

As entrevistas foram gravadas, com a devida autorização, possuindo uma duração de aproximadamente 90 minutos, em que foi apresentado um questionário com perguntas semiestruturadas. No caso dos operadores, verificou-se que são funcionários da prefeitura com pouco tempo de serviço e que foram realocados para trabalhar no monitoramento por câmeras. Já no caso dos policiais civis, as entrevistas duraram 60 minutos e foi apresentado questionários de mesmo teor. Ambos possuem perfil semelhantes, menos de 10 anos de polícia, mas trabalham em setores distintos. Por trabalharem em uma área sensível, segurança pública, foram colhidos os termos de consentimento de todos os envolvidos e protegidas suas identidades.

As entrevistas vêm de forma complementar ao levantamento de documentos da implantação do sistema, de forma a captar obstáculos e dificuldades não escritas sobre a implantação do sistema.

A pesquisa, como um todo, também busca analisar e compreender os locais de implantação, integração com outros sistemas, controle de acesso, dados estatísticos, levantamento criminal, integração com os demais órgãos da segurança pública, bem como

os resultados estatísticos obtidos no âmbito criminal desde a sua implantação. Ainda, com a aplicação da fórmula da correlação de Pearson, foi possível analisar os mesmos dados sob um prisma diferente, traçando parâmetros e visualizando correlações que até então não se mostravam visíveis.

Com esses dados será possível montar a rede de actantes envolvidos e questionamentos complementares poderão surgir no decorrer da pesquisa como em que medida esta dinâmica evidencia elementos de regulação / controle / constrangimento e de que forma a mesma atravessa a experiência dos actantes envolvidos.

Busca-se com esta coleta e análise de dados buscar constructos sociais no sentido de visualizar os atores envolvidos em toda a rede. A forma em que se desenvolvem as políticas de segurança, relações entre estado e povo, criminalidade, violência entre outros atores envolvidos são trazidos à baila para se analisar o controle social existente e se é resultante destes constructos. A forma como se associam, geram controvérsias, polêmicas e por fim, a forma em que se desenvolve o controle social com a utilização das câmeras e a consequente diminuição de privacidade serão descritos nas redes.

Por meio uso da cartografia, será possível visualizar todos os eventos e interações ocorridos na rede o que possibilitará a descrição dos elementos que a compõem, os atores humanos e não humanos.

CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA E VIGILÂNCIA

A insegurança pública, o fenômeno da violência urbana e seus aspectos.

Após serem expostos os conceitos dos autores clássicos, bem como dos mais recentes artigos na área da sociedade e da vigilância, neste capítulo será realizada uma abordagem mais profunda dos atuais fenômenos da violência e de que como vem sendo tratada ou sentida pelos poderes e pela sociedade.

Primeiramente, nota-se que atualmente, a segurança pública é das maiores prioridades no plano de governo dos mandatários de nosso país. Conforme trecho de reunião presidida pelo atual Ministro da Justiça, Dr. Alexandre de Moraes:

A elaboração de um plano integrado para garantir fronteiras mais seguras contará, segundo Alexandre de Moraes, com núcleos permanentes de inteligência e operações conjuntas com as secretarias de segurança, além de uma maior cooperação internacional, inclusive já tendo sido tema de reunião entre o ministro da Justiça e Cidadania e representantes de países vizinhos.¹

Desta forma, foram citados alguns dos principais autores buscando obter conceito sólidos da temática, bem como recentes artigos publicados em revistas de renome para que se possa fazer uma análise completa de como o problema vem sendo enfrentado

O problema da segurança no Brasil se arrasta por décadas. Os delitos contra o patrimônio, o crime organizado e as taxas de homicídios aumentaram vertiginosamente, mas as políticas de segurança pública continuam utilizando fórmulas antigas e ultrapassadas, correndo atrás de bandidos e utilizando rede de informantes, mais conhecidos no linguajar policial como “gansos” ou “x9”. (ADORNO; SALLA, 2007)

Segundo Sergio Adorno há 4 tipos de violência: os crimes contra o patrimônio e sobretudo dos crimes contra a pessoa em particular, dos homicídios; os crimes conectados com a chamada criminalidade organizada; as graves violações de direitos humanos, que envolve ataques à integridade de pessoas, não por elas serem pessoas, mas por serem

¹ BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Brasília:2016. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/dado-o-primeiro-passo-para-criacao-do-plano-nacional-de-seguranca-publica>> Acessado em 07 outubro 2016

portadoras de determinadas identidades, quer dizer, por serem mulheres, crianças, negros, pertencerem a grupos ligados à sexualidade e são atacados por causa dessas condições; por último, os conflitos nascidos nas relações interpessoais que, muitas vezes, acabam em despecho de mortes. São conflitos domésticos, brigas. (NONATO, 2015)

De forma a não tornar o estudo tão amplo, o foco desta pesquisa é a violência de crimes contra o patrimônio, contra a vida e o tráfico local de drogas, crimes estes que podem ter suas incidências afetadas diretamente por aparatos de sistema de vigilância, razão pela qual foram escolhidos como critérios da pesquisa.

O crescimento da taxa de criminalidade tem causado enormes prejuízos e custos para toda a sociedade. Isso, atrelado a uma opinião pública negativa, tem criado grande obrigação para que os governantes tomem medidas efetivas para redução e controle da atividade criminosa. (GUIRARDI; MANOLESCU, 2009)

Tais medidas impõem, claro, um grande desafio a qualquer pessoa, pois vivemos em um país de dimensões continentais, com diversas realidades, classes sociais, etnias, religiões, culturas, além de outros atores, humanos ou não, que possuem influência no processo de construção social.

O sentimento de medo e insegurança tem refletido em todas as classes sociais e promove ampla discussão para a solução da problemática, mas infelizmente, vemos um tema de tamanha importância sendo utilizado apenas com fins políticos, com soluções simplistas, mirabolantes e, por óbvio, fadadas ao insucesso, normalmente orientadas por culturas organizacionais que agenciam interesses corporativos diversos. (ADORNO, 2002).

Em razão do crescente clamor por segurança pública, o poder estatal vem investindo em aparatos tecnológico com o intuito de estar em todos os lugares a maior parte do tempo possível, já que não é aumentar absurdamente o efetivo policial.

Uma observação que merece ser realizada, principalmente nos artigos mais atuais sobre a temática é que a violência tem o potencial de diminuir a força da democracia e de aumentar as soluções autoritárias, já que a insegurança demove as pessoas de sentimentos mais solidários e altruístas, pois adotam posturas mais restritivas. (GOMES; AQUINO, 2018)

Dentre estes aparatos aparecem as câmeras de vigilância, por vezes em meio há projetos estatais, como o sistema Olho Vivo, Detecta, City Câmeras, bem como o cidadão comum, que acaba por investir em sistemas de segurança com empresas especializadas as quais fornecem redes eletrificadas, alarmes de movimento, câmeras de vigilância, entre outros.

Verifica-se que no Brasil, existem mais de 12 mil empresas atuando no segmento de sistemas eletrônicos de segurança, que englobam: sistemas de alarmes, circuitos fechados de TV, controle de acesso, portas e portões automáticos, proteção perimetral, equipamentos de combate a incêndio, detecção de metais e explosivos, portas giratórias e eclusas, dispositivos de identificação por biometria, rastreamento de veículos e seres vivos. (ABESE, 2018).

Políticas Públicas de segurança e estratégias de combate à violência

Diversos governos têm adotado a estratégia de ampliar o número de câmeras de vigilância em seus territórios como o caso do estado de São Paulo, a cidade de São Paulo, o estado de Minas Gerais, estado do Rio de Janeiro, entre outros.

Para isso vastos investimentos são realizados pelo poder público apenas ou com parcerias público-privadas.

No estado de São Paulo há o **Sistema Detecta**, da Secretaria de Segurança Pública do estado é um sistema integrador de informações que realiza, com celeridade, a correlação dessas informações para auxiliar a tomada de decisões das polícias militar, civil e científica com o objetivo de auxiliar o trabalho policial em atividades operacionais e investigativas, correlacionado bancos de dados de diferentes instituições. O governo do estado, por meio de parcerias com as prefeituras, elaboram um convênio a fim de implantar todo o sistema.

Por meio de um software, serão produzidos e compilados os dados provindos de sistemas públicos ou privados: LAP - Leitores Automáticos de Placas de veículos, Sistemas de Vídeo-monitoramento, Ferramentas de Vídeo Analíticos, sensores, etc.(SSP/SP, 2017a).

Outro dado interessante do sistema é que qualquer sistema de monitoramento público ou privado, por meio de convênio, pode se “acoplar” ao sistema, tornando-o ainda mais robusto. Isso permitiria, por exemplo, que prédio, condomínios, empresas possam se conveniar e participar da empreitada.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo:

Atualmente o sistema possui mais de 3000 câmeras interligadas em 1.497 pontos de todo o Estado de São Paulo. Desse total, 2.215 câmeras se

encontram em 469 locais da cidade de São Paulo, em parceria com a prefeitura da capital e com a utilização de equipamentos da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). (SSP/SP, 2017b)



Figura 4: Sistema Detecta na sede do COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar em plena operação.

Já na cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto N° 44.698, de 02 de abril de 2014, instituiu o **Centro Integrado De Comando E Controle - CICC**, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro com o fim de permitir o monitoramento completo no âmbito da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Segundo a Secretária de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, desde que foi instituído em 2014, o estado fez diversas parcerias com órgãos estratégicos com a AGETRANSP, que fiscaliza e monitora câmeras do transporte público, Rodoviária Novo Rio e a Ponte Rio-Niterói, o que permitiu a expansão do monitoramento.

Existem 98 monitores LED que exibem mapas e as principais imagens da cidade, sendo um dos maiores da América Latina, com uso contínuo de mais de 35 mil horas. (SSP/RJ, 2017).



Figura 5: Imagem da frente do CICC/RJ



Figura 6: Sala de controle de vigilância do CICC/RJ

Com referência ao sistema **City Câmera da Prefeitura Municipal de São Paulo**, por meio de informações obtidas no próprio site do governo, aponta-se como algo inovador, comparando-se com os sistemas supracitados.

O Projeto City Câmeras tem como objetivo alcançar 10 mil câmeras instaladas em São Paulo nos próximos quatro anos, visando inibir a ação de criminosos e aumentar a segurança e o bem-estar da população.

Não há nenhuma câmera ou sistema implantado pelo ente estatal, mas sim apenas a concessão da plataforma para que qualquer pessoa física ou jurídica (pública ou privada), cumprindo os requisitos tecnológicos, possam participar e contribuir para seu funcionamento.

O sistema terá interligação com o Comando da Guarda Civil Metropolitana e compartilhadas com os demais órgãos de segurança (Polícia Militar e Civil) por meio da Internet. Tudo isso visando alertar para situações emergenciais e facilitar o pronto atendimento a ser realizado pelas autoridade competentes em prol da população.

Por meio de um simples cadastro no site, a pessoa poderá participar gratuitamente, montando assim uma “rede de segurança compartilhada”.(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2018)

O principal diferencial do programa é a participação da população. Para formar essa ampla rede de monitoramento, além das câmeras dos órgãos públicos, serão utilizadas câmeras de segurança residenciais e pontos comerciais, que já se encontram distribuídas por São Paulo.

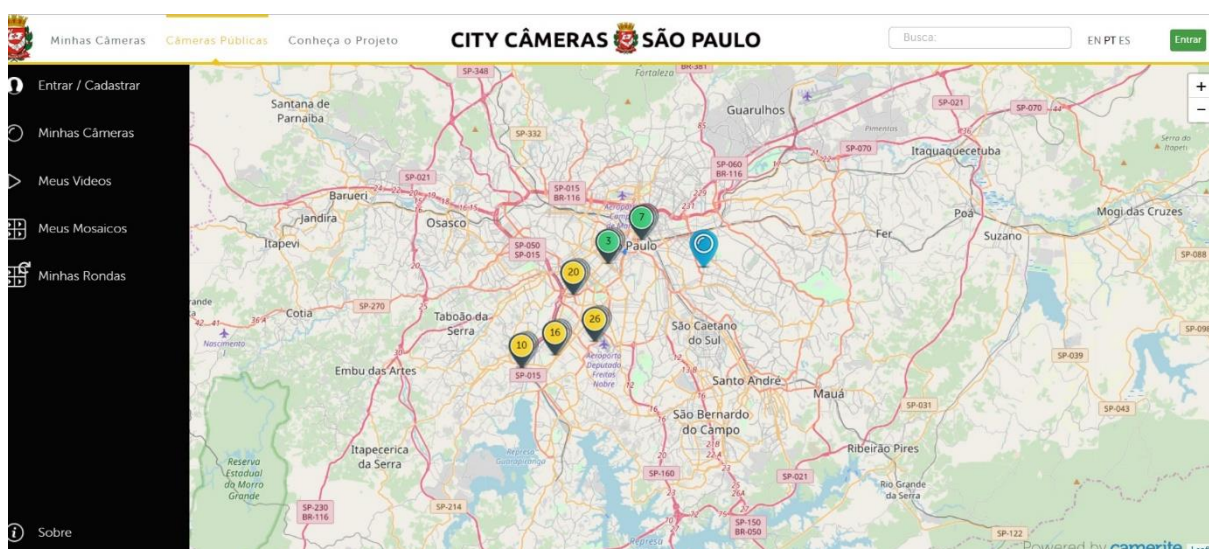


Figura 7: Print da tela do site <https://www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br/>

Quanto a análise dos dados e outros questionamentos sobre o Projeto Olho Vivo – Pouso Alegre, será realizada a merecida abordagem no capítulo 3.

Vigilância, Controle social e o Panoptismo moderno

Por muitas décadas, a vigilância tem sido tema constante da obra de (BAUMAN, 2014) em Vigilância Líquida, o autor afirma que esta se insinua em estado líquido e encontra-se especialmente no reino do consumo, assentindo a proliferação de dispositivos de controle, possuidores de disfarce de segurança, tais como câmeras de vigilância em espaços públicos e scanners biométricos.

As atividades de vigilância consistem em três elementos centrais: observação, conhecimento e intervenção.

Na observação, a qual pode ocorrer de diversas formas (visual, mecânico, eletrônico, digital) e implica a inspeção regular, sistemática e focalizada de indivíduos, populações, informações ou processos comportamentais, corporais, psíquicos, sociais, entre outros. Ela deve, ainda, permitir a produção de conhecimento sobre os vigiados, o que pode ser formalizado de diversas formas (extração de padrões, regularidades ou cadeias causais, por exemplo). Ou seja, as informações apreendidas pela observação devem ser convertidas em conhecimento a respeito daqueles sob vigilância, de modo a permitir agir sobre suas escolhas, subjetividades, comportamentos. Aí reside o terceiro e último elemento. Nem a observação nem o conhecimento que dela derivam se caracterizam como vigilância se não houver a perspectiva de intervir sobre os indivíduos ou populações em foco. (BRUNO, 2013, p.18)

Fernanda Bruno (2013), em sua obra, aponta que é necessário entender os processos de vigilância na sua heterogeneidade, conceito muito trabalhado nesta pesquisa, na medida em que a Teoria Ator-Rede nos traz o substrato necessário para o entendimento dos jogos de poder existentes, nas redes heterogêneas constantemente rearranjadas, bem como os processos de ações, associações, deslocamentos e traduções. (grifo nosso)

Para a autora, descrever as redes da vigilância distribuída é segundo esta perspectiva, percorrer as associações sociotécnicas entre seus diversos actantes heterogêneos. (BRUNO, 2013, p. 19)

Para entendermos melhor o tipo de sociedade em que vivemos, há a necessidade de trazer para o debate alguns conceitos basilares como o conceito de sociedades disciplinares as quais predominaram na história humana entre os séculos VIII ao início do século XX, para tanto, serão citados autores consagrados, bem como recentes artigos que tratam do tema

Estas sempre se organizaram em espaços de confinamento que objetivavam impor padrões de comportamentos aos indivíduos para exercer determinada atividade como estudar, trabalhar, cumprir pena, etc. Assim, nesta sociedade, os indivíduos apenas passam de um espaço fechado para outro, cada um com suas leis, quais sejam: família, escola, trabalho e, não raras as vezes, a prisão. (DELEUZE, 1992)

Neste tipo de sociedade temos sempre recomeços cíclicos. O indivíduo termina seu período escolar, sempre subordinado às regras daquele estabelecimento e passa para a fábrica, onde inicia uma vida laboral, submetendo novamente às novas regras impostas e assim continua. Assim como modelo dominante nesta sociedade temos o Panóptico de Jeremy Bentham, o qual é a figura arquitetônica que permite a correlação entre visibilidade, exposição e controle. Este modelo foi aplicado por Bentham às prisões, mas que, segundo Foucault, vai para escolas, hospitais, fábricas e até “lugares de correção”.

A construção possui uma estrutura em forma de anel, tendo no centro uma torre e um pátio separando esta da estrutura. Nesta torre há janelas e a estrutura periférica é dividida em células que atravessam toda a largura do edifício. Cada célula tem duas janelas, uma que dá para o interior do edifício, correspondendo às janelas da torre central, e outra que dá para o exterior, e que permite que a luz passe por meio da célula de um lado para o outro. Com apenas um vigia pode-se ter visão de todos, e com cortinas, este não poderá ser visto trazendo a sensação de eterna vigilância ao vigiado.(FOUCAULT, 1999).

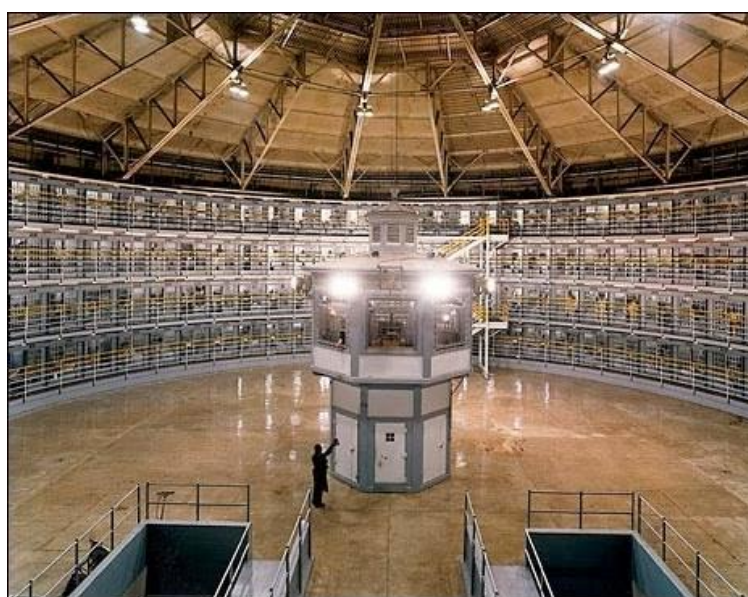


Figura 8: Presídio em modelo Panóptico (FOUCAULT, 1999)

Esta sociedade, como já percebia Foucault, estavam em crise, passando de uma sociedade disciplinar, para o que Gilles Deleuze (1992) chama de sociedade de controle. A sociedade de controle é o próximo estágio. Não há mais enclaves, construções arquitetônicas, técnicas de confinamento para controle e disciplina, não que fisicamente deixaram de existir, mas sim foram interiorizados pelos indivíduos.

Desta forma, o autor Zygmunt Bauman (2001) aponta que tal fato ocorre em virtude da maior fluidez social. As instituições dão lugar ao dinamismo social. A fábrica dá lugar a empresa, o hospital dá lugar à medicas que vão na residência do paciente, com atendimentos individualizados, escolas dão lugar ao ensino a distância. Rege o nomadismo. Mantem-se o controle, mas de forma mais dinâmica e não ostensiva como outrora. Nas sociedades disciplinares, rege o panoptismo, já na sociedade de controle esta constante vigilância apenas virtual, não sentida pelo vigiado, muitas vezes.

Com o advento das tecnologias da informação e da internet, pode-se dizer que surge assim o **pós-panóptico**, um modelo de vigilância, sem poder central, que possa vigiar e criar, assim, novas relações absolutamente mutáveis de poder. (CORSO; FEEVALE; GLASS, 2014).

A vigilância atualmente é obtida por vários dispositivos tecnológicos e de modo descentralizado, possuindo, por vezes efeitos secundários dos quais foram criados, por exemplo o controle de geolocalização, mas em que pesem não ser o objetivo principal, não se pode falar em neutralidade. Além disso, tal ação impulsionará uma outra ação de outro ator e assim sucessivamente. (BRUNO, 2013)

Não há como se referir ao pós Panóptico sem rememorar o clássico de Orwell em 1949, quando escreveu o romance futurista de 1984, no qual ele insere o leitor em um mundo sem qualquer espécie de privacidade, em que o governo controla todas as atividades e monitora diuturnamente os cidadãos. Na época o receio era o comunismo e o totalitarismo, hoje é o terrorismo e a criminalidade nas grandes cidades.

“Em cada patamar, diante da porta do elevador, o cartaz da cara enorme o fitava da parede. Era uma dessas figuras cujos olhos seguem a gente por toda parte. O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia a legenda.”(ORWELL, 2004).

A vigilância agora não se dá apenas em espaços confinados, mas pode estar em qualquer lugar como em celulares, computadores, espaços públicos, privados. Não é de assustar que por vezes o vigiado, com seu livre consentimento, fornece informações ao vigia, no momento em que dispõe sua vida em redes sociais, realiza cadastros em

comércios, fornece suas digitais em aparelhos biométricos para bancos, consultórios, agências, entre outros.(BAUMAN, 2014).

Fala-se então neste novo modelo pós Panóptico, que transforma os hábitos, costumes de toda uma sociedade. Enquanto Foucault e Deleuze tratam dos efeitos teóricos da vigilância, outros autores tentam conceituar seu efeito interno real, organização de poder, sistemas específicos.

Há também uma abordagem baseada na teoria da rede de atores, desenvolvida por Bruno Latour e Michel Callon (LATOURE, 2006) sobre as redes que formam os sistemas de vigilância. Estes analisam como os processos e as relações das quais a vigilância é condicionada e coproduzida, promovendo associações e composições sociotécnicas que reúnem e são o resultado de uma ampla gama de atores, objetos, instrumentos, intenções e domínios de especialização. (PAASCHE; KLAUSER, 2015)

Em termos de privacidade, esses estudos mostraram que as implicações da vigilância dependem de uma variedade de fatores inerentes ao sistema, incluindo não apenas suas especificidades técnicas, mas também resultantes das modalidades, redes de atores dinâmicos e domínios de especialização em interação que moldam a sistema "em ação".

Bauman aponta que, atualmente, a tecnologia de vigilância hoje se desenvolve em duas frentes que servem a dois objetivos estratégicos opostos:

Numa das frentes, o confinamento (ou “cercar do lado de dentro”), na outra, a exclusão (ou “cercar do lado de fora”). A explosão da massa global de exilados, refugiados, pessoas em busca de asilo – ou em busca de pão e água potável – pode realmente fortalecer ambos os tipos de tecnologia de vigilância. (BAUMAN, 2014)

Atualmente não há como se desvincular segurança de vigilância, visto que esta tem sido um meio de se obter aquela. A noção de “risco” norteia as políticas públicas, sendo então atrelado ao um conceito de um evento futuro indesejado e os meios para evita-lo.

Ao adentrar no conceito de risco, há diversas nuances que podem ser trazidas ao debate. Ele está presente nos mais diversos campos como segurança, crime, saúde, marketing, em que são traçados perfis de risco, criando rótulos sociais, entre outras práticas.

Mesmo assim, em que pesem haver muitos estudos mostrando que inexistem os esperados nexos entre o aumento da videovigilância e a redução de criminalidade não são suficientes para se descartar ou rever esta medida securitária (Cf. Deane; Shapre, 2009; Le Goff; Heilmann, 2009; Welsh; Farrington, 2008; Gerrard et alli, 2007; Gill; Spriggs, 2005), mas sua falha parece torna-lo o discurso ainda mais forte e amplo, pois qualquer erro é culpa de déficit de inteligência, logística, mas nunca do conceito em si. (BRUNO, 2013).

CAPITULO 2 - SOCIEDADE E VIGILÂNCIA

A sociedade sob a ótica de alguns doutrinadores

Primeiramente cabe a introdução de alguns conceitos basilares para que se possa verificar a fundo alguns aspectos da presente pesquisa, trazendo os autores clássicos que discutiram e realizaram as análises realizadas elementos como sociedade, fatos sociais, usos e costumes, conceitos no ramo do direito constitucional, entre outros, devem estar bem colacionados, na medida em que se trata de uma pesquisa construída em análise conceitual, observações, além de verificação e constatação de fatos.

Os fatos sociais consistem em maneiras de agir, pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercivo. Não deve ser confundido com fenômenos psíquicos, muito menos orgânicos. Deve-se reservar e atribuir a eles qualificações sociais.

A visão sociológica de Durkheim remete aos fatos sociais, utilizando a palavra coerção, mas esta vem no sentido de maioria, não excluindo a personalidade individual.

Um modo de se observar tal situação é a maneira como são educadas as crianças. Trata-se de um esforço contínuo para impor a elas o jeito de ver, sentir e pensar o que lhe chega do mundo(DURKHEIM, 2007),

Para Durkheim, o homem é coagido a estas regras, sendo constrangido a segui-las, não cabendo a ele alterá-las, ou seja, a sociedade é quem controla as ações individuais, o indivíduo segue normas que lhe são exteriores.

Já para Weber (2008) as relações sociais ocorrem quando duas pessoas estão empenhadas a uma conduta sendo que cada qual leva o comportamento da outra de forma significativa, sendo que não necessariamente uma associação de pessoas gera uma ação ou relação social.

Essa relação consiste na probabilidade do indivíduo se comportar de maneira determinável, assim também consistem as organizações sociais como igreja, estado, as quais se espera um comportamento provável. Há ainda aquelas ações que são repetidas de forma contínua por indivíduos envolvidos e que será chamada de uso, o qual será chamado de costume se vier de longa data. Em razão de o costume poder ser inobservado, este se difere da lei.

Seguem ainda dois conceitos de fundamental importância, os quais demonstram a visão de Weber

Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se num sentido de solidariedade (...). A relação social de sociedade, por outro lado, é o resultado de uma reconciliação e de um equilíbrio de interesses motivados por juízos racionais, quer de valores, quer de fins. (WEBER, 2008, p.71).

Nota-se com a análise dos dois conceitos uma visão muito diferente dos fatos sociais, Durkheim entende que a sociedade “coage” o indivíduo a agir de determinada maneira. Já Weber já entende que a relação entre as geram comportamentos sociais, havendo também a probabilidade de um indivíduo se comportar de determinada maneira em razão das relações que possui

Já para Marx (1973) traz uma visão sob outro prisma, vê a sociedade é dividida em classes sociais e a detenção ou não dos meios de produção. O trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário em que o capitalista adquire o lucro. Afirma que não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado. Ele possui uma concepção materialista em que o socialismo só seria efetivo se fosse criado pelas massa, sendo que não viria de “cima”.

Atualmente há uma sociedade muito veloz, com relações rápidas e efêmeras, em que , segundo Bauman (2001) apresenta a expressão “modernidade líquida” para se referir a fluidez das relações em nosso mundo atual, diferenciando-se da modernidade de outrora, àquela que surgiu após o renascimento, em que as relações entre as pessoas e instituições era mais fixas, não havendo fluidez, ocorrendo de forma mais lenta e previsível.

A modernidade pesada foi a era da conquista territorial. A riqueza e o poder estavam firmemente enraizadas ou depositadas dentro da terra - volumosas, fortes e inamovíveis como os leitos de minério de ferro e de carvão. Os impérios se espalhavam (...). Vivemos agora uma outra "grande transformação": e um de seus aspectos mais visíveis é um fenômeno que é o exato oposto da condição que Polanyi supunha: a "descorporificação" daquele tipo de trabalho humano que serve como principal fonte de nutrição, ou campo de pastagem, para o capital contemporâneo. Instalações de vigilância e treinamento la Panóptico, volumosas, confusas e desajeitadas, não são mais necessárias, O trabalho foi libertado do Panóptico, mas, o que é mais importante, o capital se livrou do peso e dos custos exorbitantes de mantê-lo; o capital ficou livre da tarefa que o prendia e o forçava ao

enfrentamento direto com os agentes explorados em nome de sua reprodução e engrandecimento. (BAUMAN, 2001)

Esta é a pós-modernidade para (BAUMAN, 2001); fluidez, movimento e leveza.

Relações sociais sob a luz da Teoria Ator-Rede

Um dos alicerces desta pesquisa está na Teoria Ator-Rede (TAR), uma teoria que visa tratar das relações sociais colocando seus envolvidos no patamar de atores e os organizando em forma de redes.

A maior crítica a esta teoria, inclusive uma das razões que justifica a sua utilização como base desta pesquisa é o fato de que ela compreende a rede de forma heterogênea, pois não se restringe apenas a seres humanos, colocando também atores “não humanos” em patamar de equivalência. Leis, textos, objetos, dispositivos, estão todos na rede social, são partes e são essenciais. Nesta pesquisa houve a necessidade de compreender uma teoria que realmente trouxesse para a frente do palco atores que antes não tinham o merecido destaque, dentre eles as câmeras de vigilância

A Teoria ator-rede é um método para determinar essas redes heterogêneas, seus mecanismos de transformação, dando importância a todos os tipos de atores de forma equivalente, não prevalecendo assim apenas os humanos (LATOUR, 2012). Estas relações podem se tornar caixas-pretas², as quais precisarão ser desconstituídas para serem compreendidas. Nesta complexa rede há mediadores (modificam as redes), e os intermediários (que transportam, mas não mudam nada), formando e desfazendo estabilizações (caixas-pretas) que a relação entre agência e estrutura se forma na dinâmica social.

[...] toda associação tende a virar uma caixa-preta, a se estabilizar e cessar a controvérsia. O interesse é sempre abrir as caixas-pretas, colocar de novo em causa os elementos estabilizados, ressaltado a necessidade de olhar para as controvérsias e as suas novas e futuras estabilizações (NEVES, S. S., 2014).

² Latour (2000) traz que a expressão vem da cibernética, quando uma máquina ou comandos são muito complexos, então só se analisa o que entra e o que sai dessa caixa e não a caixa em si. Quando uma situação na rede se torna uma caixa-preta é mais trabalhoso abri-las ou entender como foram construídas.

O mais complexo, no caso é como analisar a rede, como verificar as controvérsias e estabelecer os critérios corretos, mas são elas que geram as tensões, as polêmicas.

Nos diversos atores que se pode verificar nas redes formadas, muitas vezes surgem as controvérsias. As controvérsias surgirão de forma natural, quando os atores são colocados para se “enfrentar”, como no projeto em questão em que se verificará o uso de sistemas de cameras de vigilancia público e privado e seu impacto na sociedade, bem como esta é afetada em diversos prismas.

A visibilidade das redes se dará nas controvérsias, local em que aparecerão as tensões.(LEMOS, 2013)

Ela alcançou status de teoria pois revoluciona em não adotar uma visão dualística, imprimindo um novo modo de pensar e agir. Interessante a mudança de pensamento, pois para algumas disciplinas redes pode ser apenas de pessoas, para outros apenas de objetos, já a teoria ator-rede permite uma rede heterogênea em que ambos interagem normalmente, formando uma rede sociotécnica.

Esta teoria inovadora permitirá estudar a violência levando em consideração toda a sua complexidade, diversidade e multiplicidade que compõem este fenômeno social. (grifo nosso). Ela introduz um referencial que analisa este fenômeno não de forma dicotômica proposta pela sociologia tradicional (sujeito- objeto, natureza-cultura).

O termo não humano é empregado pelo autor para referir equipamentos, materiais, artefatos de inscrição e armazenamento de dados científicos, dentre outros. Para Latour, a sociedade torna-se incompreensível sem a presença dos não humanos. Além disso, o termo actante é empregado como sinônimo de agente e ator para abranger também os não humanos(BONAMIGO, 2013).

Prosseguindo seus estudos na área, a TAR colabora com o exame de associações heterogêneas, suas estruturas de solidificação ou transformação, verificando a rede como um todo e não na visão micro de apenas um ator (BONAMIGO; PEDRO; MELGAÇO, 2016).

Latour (2001) trata os não humanos da rede como *actantes*, pois dentro de uma rede não pode haver diferenciação entre estes e os humanos. A violência nada mais é que a interação destes *actantes*, sendo que diversos efeitos que estas conexões podem gerar que fazer com que ela exsurja na sociedade. A sociedade não pode ser analisada em seu estado sólido e nem líquido. O magma permite a sociedade derreter e se reconstruir, mudando sempre seu estado.

Humanos e não humanos podem assumir o papel de atores, conforme se verifica em estudos atuais:

A sociologia das associações busca, então, mostrar como isso que designamos sociedade deriva, na verdade, de associações entre humanos e não humanos, constantemente reiteradas pelas práticas materiais da vida cotidiana. Tais associações, por sua vez, descentram a ação subjetiva intencional, sempre privilegiada pelo cânone sociológico (BACHUR, 2017).

Com base na Teoria Ator-Rede a violência na contemporaneidade é efeito de redes compostas de elementos humanos e não humanos que interagem entre si. Ela não é produto apenas de uma ou outra interação, mas se altera a todo momento, migrando de local, tempo, modo, etc. A violência não é um produto final, mas sim processos de constituição formados pelos *actantes* em constante movimento.

Law (1992) demonstra com muita clareza que a teoria ator-rede é radical no momento em que coloca no mesmo palco e nas mesmas condições pessoas e objetos, quebrando todo o paradigma sociológico em apenas privilegiar os humanos. Quando os atores forem analisados ante ao problema elaborado, controvérsias surgirão e deverão ser verificadas, sendo que a estabilidade social será apenas alcançada com o final das controvérsias, lembrando que este também é um estado mutável.

No processo da violência há o envolvimento de mediadores, que são aqueles actantes que não apenas reproduzem a informação na rede, mas a alteram. Na análise da violência não há determinismos, mas sim possibilidades de criação e determinação no fluxo dos acontecimentos, efeitos da rede que constroem. (BONAMIGO, 2008) A TAR inova ao trazer os não humanos para o social. Essas redes heterogêneas que compõem o que ela chama de processo de translação. A translação é como os atores tomam forma, se deslocando e transformando durante tal processo.

A tradução é o mecanismo pelo qual os mundos social e natural progressivamente tomam forma. O resultado é uma situação em que certas entidades controlam outras. Compreender o que os sociólogos geralmente chamam de relações de poder significa descrever a maneira pela qual os atores são definidos, associados e simultaneamente obrigados a permanecer fiéis às suas alianças. O repertório da tradução não se destina apenas a fornecer uma descrição simétrica e tolerante de um processo complexo que constantemente mistura uma variedade de entidades sociais e naturais. Ele também permite uma explicação de como poucos obtêm o direito de expressar e representar os muitos atores silenciosos dos mundos social e natural que eles mobilizaram (CALLON, 1986).

A TAR também utiliza o conceito de translação, ou seja, um processo que envolve, simultaneamente, desvios de rota na circulação de ações (transporte) e articulações nas quais cada elemento expressa os interesses dos demais elementos em sua própria linguagem (tradução). Já toda descrição de uma translação demanda a escolha de um ator-focal que tenta, por meio dela, crescer e fortalecer-se (BUZATO, 2012).

Devemos pensar como distinguir ética de sociologia. Uma deve informar a outra, mas não são idênticas. A diferença entre pessoas e objetos é questão de análise e não de posição ética. Não seria necessário tratar pessoas como máquinas, negar-lhe direitos e deveres, mas sim afiar as questões éticas de como eles afetam os seres humanos. (LAW, 1992).

Diferentemente de uma perspectiva sociológica mais tradicional, Latour (2012) não busca uma visão focada apenas nos interesses que envolvem um fato para explicá-lo – o que configuraria uma realidade explicada a partir de seu “contexto”. Para ele, a disputa de interesses é insuficiente para compreender a produção dos fatos e não deve ser tomada como um fator determinante nesta produção. As informações e interações na rede ocorrem por meio de traduções criando assim novas realidades. Essas traduções ocorrem em processos e os híbridos, misto de natureza e cultura.

Os *actantes*, no caso dos não humanos podem ser mutáveis, como exemplo analisaram o caso de uma bomba de água instalada em uma vila no Zimbábue. A bomba modificava-se (em termos de aparência e funcionamento) segundo as circunstâncias do local onde era instalada, o que se dava em razão da utilização dos cidadãos.

Os objetos nunca podem ser analisados de apenas um ponto de vista, pois jamais se mostram completamente claros, havendo então a obrigação de guardar um prosseguimento que vai além da fluidez, e esta tende a tornar mais fortes os objetos. Para a TAR devemos ter um enfoque mais “sócio-técnico”, pois atualmente vivemos uma sociedade tecnológica e precisamos de uma redefinição daquilo que geralmente se entende por sociologia.

John Law também define a teoria ator-rede:

“Esta teoria – também conhecida como sociologia da translação- é referente com a mecânica do poder. Sugere, com efeito, que deve ser analisado a grandeza no exato mesmo jeito que deveríamos com outros. Claro, isto não é negar que os nababos deste mundo são poderosos. Eles certamente são. Mas

é sugerir que eles não são diferentes em termos sociológicos aos miseráveis da Terra."(LAW, 1992)

A Teoria Ator –Rede foi criada sob um prisma construtivista tendo como enfoque a rede e a tradução³. O princípio da simetria e o da imparcialidade concebidos por David Bloor, Bruno Latour e Steve Woolgar contribuíram sobremaneira para a criação e aperfeiçoamento da TAR, na medida em que a abordagem que se deve realizar na rede deverá ser causal, ou seja, não são apenas os atores humanos que influenciarão na crença, mas sim a interação entre eles e os não humanos. Deverá também ser imparcial, tratando com equidade o certo ou errado, a verdade ou o falso. Quanto a simetria, os mesmos argumentos que explicarão uma causa para ser verdadeira, servirão também para provar sua falsidade. Por fim deverá ser reflexiva, devendo ter padrões aplicados a própria sociologia(MENDONÇA, 2014)

A TAR permite analisar os delitos estudados não de forma dicotômica, mas sim com enfoque no ator-rede, seguindo os atores e buscando identificar e rastrear o processo de fabricação e seus efeitos. A rede é estudada como uma totalidade aberta capaz de crescer para todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó. Ela deve ser compreendida como base em uma lógica das conexões e não das superfícies.(BONAMIGO, 2013)

Na época em que a modernização corria à solta, a ciência era uma necessidade absoluta, mas não se imaginava que sua amplitude poderia torna-la praticamente uma extensão do resto das relações sociais, sendo que hoje fica impossível separar relações sociais sem falar em ciência e tecnologia.

O social não é uma cola que fixa, mas sim aquilo que outros tipos de conectores amalgamam”(LATOUR, 2012) Essas relações entre os actantes geram a controvérsias são, certamente, e de longe a fenomenos mais complexos a serem observados na vida coletiva. Na documentação oficial Macospol, as controvérsias são definidos como tal:

A palavra "controvérsia" refere-se aqui para cada pedaço de ciência e tecnologia que ainda não está estabilizada, fechado ou "*black box*"; isso não significa que há uma disputa acirrada, nem que ele tem foi politizada; podemos usá-lo como um termo geral para descrever a incerteza compartilhado (VENTURINI, 2010).

Em Venturini (2010) há alguns passos para evitar uma "*bad controversy*": evitar as frias, indiferentes ou totalmente harmonizadas; evitar controvérsias passadas que não

³ Conhecida como translação, tratando-se do trabalho em que os atores se modificam, deslocam-se, transformam-se. (LATOUR, 2001, p. 356)

geram mais discussões; fugir das que são sem fronteiras, intermináveis, devendo se manter realista; evitar controvérsias que não tratam de assuntos de domínio público.

Apenas ao se inserir na rede, começar as observações é que se é possibilitado perceber essas questões, porém, apenas ‘entrando’ e se abrindo à observação é que se pode visualizar quais grupos são possíveis de se observar, quais controvérsias podem ser mapeadas, quais assuntos serão permitidos o acesso. Os mediadores transformam, distorcem, modificam a rede, e é observando e descrevendo essas mediações que elas vão sendo reveladas.

Não é uma tarefa fácil selecionar as melhores controvérsias, o analista, que por vezes também é um dos atores, deverá traçar os rastros, procurando indícios de tudo que ocorre, tomando a cautela de não ser tão abrangente, mas sem reduzir demais seu campo de buscas, pois há limites de recursos, tempo e espaço em um projeto.

Este magma, é novamente explicado, ressalta precisamente como a vida social flui:

Como dito, a vida social flui como um magma em um duplo movimento de liquefação e solidificação. Quando observamos as controvérsias, focamos no lado líquido, apenas nas discussões, disputas e lutas, novos atores podem fazer seus caminhos para a superfície da sociedade. Quando descrevemos controvérsias, nos contribuimos para a solidificação de algumas porções do magma social reduzindo sua complexidade para um nível manuseável. Ambas as tarefas são igualmente importantes e conectadas na prática da cartografia social (assim como o fenômeno do magma coletivo) (VENTURINI, 2010, p.20).

Necessário se faz o observar as controvérsias por meio de algumas “lentes”. Para isso, Venturini (2010) propôs modos de se observá-las: Da argumentação à literatura, observando toda extensão da arena; da literatura para os atores, seguindo e traçando a rede e todos os atores envolvidos; dos atores para as redes, nada é sólido, tudo é um magma volátil e mutante. Das redes ao cosmos, saindo da rede em si para fora, analisando os atores em ação de um outro prisma. E por último do Cosmos para a cosmopolítica. Todas as verdades devem ser revistas e repensadas. Nada pode ser definido totalmente.

Nas redes que se formam entre humanos e não-humanos há esta troca, que gera uma conexão pela tradução, se traduzem e são traduzidos. (CASTRO; PEDRO, 2009) assim, as câmeras modificam o modo de agir, pensar e sentir dos actantes (GUATTARI; DELEUZE, 1995).

Este campo vem sendo alvo de estudos importantes, inclusive muito recentes, no campo da tecnologia e da sociedade por diversos filósofos de escolas diferentes, entretanto, ficamos com o destaque de Bruno Latour, que passou a interpretar a tecnologia como algo com capacidade de agencia, com conteúdo e capaz de possuir história (REIS PERON; ALVAREZ; URQUIZAS CAMPELLO, 2018), um dos motivos que sua teoria foi utilizada como alicerce desta pesquisa.

Direitos Humanos fundamentais no Brasil e sua relativização, tecnologias e privacidade.

Após o período de governo militar ocorreu o processo de redemocratização no Brasil, impondo assim que todo sistema político-jurídico também fosse revisto. Com vistas ao fortalecimento das instituições que permitem a manutenção e fomento das conquistas políticas e sociais houve a necessidade de elaborar um novo ordenamento, o que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

A CF de 1988 é o documento que sedimenta um regime no Brasil fundado no Estado Democrático de Direito, razão pela qual é incontestável o avanço das garantias e direitos fundamentais em nosso ordenamento.

Dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro, destacam-se a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III). Vê-se aqui o encontro do princípio do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais, fazendo-se claro que os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora (PIOVESAN, 2013).

Com a merecida preocupação com relação aos direitos humanos e garantias fundamentais, o poder constituinte originário não concentrou um rol de direitos no artigo 5º e seus setenta e oito incisos, mas os inseriu de forma exemplificativa, na medida em que existem direitos que pelo seu conteúdo e substância pertencem ao corpo fundamental da Constituição.

Preconiza o art. 5º, inciso X, da Constituição Federal que: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Em que pese não estar escrito, *ipsis literis*, considera-se, ante a merecida abrangência que a palavra privacidade abarcaria todas as terminologias acima expostas (MORAIS; JORGE, 2012).

O direito à privacidade trataria de reserva sobre comportamentos e acontecimentos atinentes aos relacionamentos pessoais em geral, incluindo as relações comerciais e profissionais, e o direito à intimidade, teria relação com a proteção de uma esfera mais íntima da vida do indivíduo, sendo as relações de família entre outras, mas não é possível sustentar uma diferenciação já que as esferas da vida privada são fluídas, merecendo abordagem abrangente(SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017).

Como todos os direitos garantidos na CF, nenhum é de natureza absoluta, devendo ser relativizados assim que houver colisão entre dois bens jurídicos constitucionalmente tutelados. Exemplos disto são os sigilos das comunicações telefônicas, bancários, fiscais que podem vir a ser mitigados, em sede de investigação criminal, ante a decisão fundamentada de um magistrado. Verifica-se que a medida vem ao encontro do interesse público.

No direito à privacidade também há limitações, em que pese não haver reserva legal expressa na constituinte. Há de se adotar que a Constituição Federal conferiu a tais direitos um alto grau de cobertura, de forma que sua reserva só pode ocorrer quando outros direitos basilares estarem sendo possivelmente atingidos.

Em nossa jurisprudência pátria tem alguns casos que demonstram o sopesamento e a ponderação como método para dirimir a colisão de direitos fundamentais. Um famoso *case* foi o da cantora mexicana conhecida como Gloria Trevi, a qual foi acusada em 1997 de abuso sexual de menores. Em 2000 fugir para o Brasil e foi mantida na carceragem da Polícia Federal. Durante seu período no cárcere ficou grávida e alegou que foi estuprada por 60 pessoas entre policiais e ex-detentos.

A forma mais simples de resolver o caso seria o exame de DNA de sua placenta em confrontação com o DNA dos acusados, mas Gloria se negava a fornecer material. (direito a privacidade e intimidade), permitindo assim a grave lesão à honra dos acusados (direito a honra subjetiva) Por fim, de forma a solucionar o conflito e ante a negativa de Gloria o Supremo Tribunal Federal para determinou que fosse colhido sangue da placenta, durante o parto e de seu recém-nascido, para tal intento, constatando que o pai da criança seria o namorado da cantora(BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2002).

Como se nota, uma mitigação só pode ser feita quando imperativa a afiançar o amparo de outros direitos relevantes, como preconizado pelo Ministro do STF, Gilmar Mendes:

No Brasil, não parece necessária essa mesma extrapolação do sentido clássico do direito à privacidade, já que a proteção do indivíduo contra interferências que se estimem indevidas por parte do Estado podem ser atalhadas com a invocação do princípio da proporcionalidade, do princípio da liberdade em geral (que não tolera restrições à autonomia da vontade que não sejam necessárias para alguma finalidade de raiz constitucional) e mesmo pelo apelo ao princípio da proteção da dignidade da pessoa humana, que pressupõe o reconhecimento de uma margem de autonomia do indivíduo tão larga quanto possível no quadro dos diversos valores constitucionais. (MENDES e BRANCO, 2012)

Por fim, as cláusulas que tutelam os direitos fundamentais prescindem de uma consolidação de legislação infraconstitucional, desta feita, compete aos órgãos públicos a obrigação de tutelar, impedindo quaisquer infrações, salvo quando sofrem alguma relativização pela própria legislação vigente, dos direitos à privacidade e à inviolabilidade dos sigilos bancário e fiscal. (MORAIS; JORGE, 2012).

Com o advento da internet e o avanço da era digital, os cidadãos ficaram mais expostos, tendo sempre o risco de ser filmado ou fotografado, obrigando o Estado a diminuir ainda mais o direito à privacidade e à intimidade. Ainda há a dificuldade na limitação da intimidade em lugares públicos. Parte-se da premissa que quando uma pessoa se encontra em local público, está sujeita a ter sua imagem exposta, havendo assim uma anuência tácita.

Hoje em dia há sistemas de vigilância nas ruas, fiscalização do governo na rede e outras ações com intuito de proteger os variados direitos fundamentais do cidadão. O fato é que a tecnologia trouxe uma diminuição do direito à intimidade, o que não é ilícito, como afirma Liliana Minardi:

“Certas manifestações da pessoa destinam-se a conservar-se completamente inacessíveis ao conhecimento dos outros, quer dizer, secretas; não é apenas ilícito divulgar tais manifestações, mas também tomar delas conhecimento, e revelá-las, não importa a quantas pessoas. Entretanto, essas mesmas informações respeitantes à esfera íntima da vida privada podem ser consideradas lícitas, quando justificadas por um legítimo interesse do sujeito que as recebe; trata-se de saber se o fim a que a informação serve tem maior valor que o interesse do sujeito ao qual se refere essa informação.”(PAESANI, 2003)

A questão da privacidade e sua limitação ante a crescente de aparato tecnológicos de vigilância e controle. Em razão disso, diversos estudos estão sendo realizados no mundo a fim de analisar, prever e, se possível, direcionar a sociedade para um caminho mais adequado.

A pós-modernidade, sob a perspectiva de Bauman, é caracterizada pela liquidez - um líquido não se fixa no tempo nem no espaço e nos remete a noção de movimento e leveza. O termo, originado na Física, é utilizado metaforicamente para designar o mundo em que vivemos: um contínuo fluxo de desapegos e individualização. Por muitas décadas, a vigilância tem sido tema constante da obra de Zygmunt Bauman e em *Vigilância Líquida* (2013), o autor afirma que esta se insinua em estado líquido e encontra-se especialmente no reino do consumo, assentindo a proliferação de dispositivos de controle, possuidores de disfarce de segurança, tais como câmeras de vigilância em espaços públicos e scanners biométricos.

CAPÍTULO 3 - PROJETO OLHO VIVO POUSO ALEGRE

Implantação no estado de Minas Gerais, origens, legislação e objetivo.

No caso do estado de Minas Gerais, atualmente existe o Projeto Olho Vivo que também funciona por meio de parceria público-privada entre o governo do estado, prefeituras e empresas com interesse em participar. Ele versa no vídeo-monitoramento de imagens originadas por câmeras espalhadas em regiões com altos índices criminais, principalmente delitos contra o patrimônio.

Em razão de ser o foco de nossa pesquisa, o Projeto merece nossa atenção especial. Tudo começou com a Lei 15.435 de 12 de janeiro de 2005 que disciplina a utilização de câmeras de vídeo no estado e inicia o Projeto Olho Vivo – Belo Horizonte, sendo realizado o devido convenio com a prefeitura municipal e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte.⁴

O Projeto se iniciou com o fito de combater a criminalidade no bairro do Savassi, famoso pela sua vida noturna. Segundo Alves (2007), primeiramente ocorreu apenas uma implementação de câmeras no referido bairro em 2002, resultando diminuição de delitos de furtos, razão pela qual no final de 2004 foi ampliado para toda a capital mineira. Com o início na capital mineira, hoje há a possibilidade de ampliação para toda e qualquer cidade disposta a formular um convênio com o estado aceitando os custos de implantação

O objetivo principal do projeto das câmeras de monitoramento não é punir, mas sim precaver a ocorrência criminal. A punição pode ocorrer sim, mas decorrerá de uma investigação realizada pela Polícia Civil em sede de Inquérito Policial. Infelizmente, ante a ineficácia estatal de prover a segurança pública de forma concreta, os cidadãos que possuem condições financeiras para tal criam suas formas própria de prover a própria segurança.

Daí surgem a crescente por aparatos tecnológicos, cercas elétricas, câmeras de vigilância, entre outros.

⁴ Convênio nº: 15/2004, 23/07/04, Procuradoria Geral do Município – PBH

Isso ainda deu legitimidade à criação deste sistema público de vigilância, em que os cidadãos aceitam o monitoramento de seu cotidiano, abrindo mão de parcela de sua privacidade em prol do aumento de sua segurança, valendo-se da “retórica do risco”.

O que se pode inferir é que este sistema público de monitoramento parece querer criar um local homogêneo, pasteurizado, em que não há crime e também um local ideal para produzir e consumir bens e serviços, até porque assim como em Belo Horizonte, no município de Pouso Alegre, foi implantado no local em que há maior fluxo de pessoas, bem como onde se localiza boa parte da zona comercial.(MILANI; JESUS, 2012).

Entrevista com operadores do Sistema Olho Vivo em Pouso Alegre.

No dia 17 de janeiro de 2019, foram entrevistados o Chefe do COPOM de Pouso Alegre e os dois operadores do Sistema Olho Vivo do turno da manhã.

Por razões de segurança e também pela ausência de pertinência para o relato exposto, os nomes dos participantes não serão divulgados, sendo arquivados os referidos termos de consentimento com o pesquisador e disponibilizado a qualquer tempo à UNIFEI. Para facilitar a exposição dos dados serão tratados primeiramente os operadores, sendo estes referidos como operador 1 e operador 2, e por fim o oficial da PM chefe do COPOM.

Os operadores relataram que trabalham no Sistema desde sua implantação entre o final do ano de 2014 e o início do ano de 2015, momento em que receberam um treinamento realizado pela própria empresa vencedora da licitação. Em nenhum momento afirmaram ter tido dificuldades no manuseio e uso diário do equipamento. Ambos trabalham em um horário diário das 06h às 12h e ainda que este número é suficiente para atender a demanda existente, ou seja, 16 câmeras no total.

Ambos os entrevistados entendem que no número de câmeras está muito aquém da demanda existente, pois há muitos setores no município que não possuem cobertura do sistema, que acabam por estarem na região central e também na zona comercial expandida, situada no Bairro Foch, entretanto ressaltam que a qualidade da imagens é suficiente para conseguir desempenhar a função.

O operador 1 salientou que seria imprescindível a colocação de câmeras nas saídas da cidade, pois permitiria estabelecer um perímetro de segurança de monitoramento

constante. Os operadores nunca receberam nenhum questionamento sobre o sistema, apenas pessoas que tentaram obter imagens para fins de interesse pessoal, mas como a própria legislação não permite, não foi autorizado. Segue aqui uma controvérsia entre a legislação, os operadores do sistema e a sociedade, já que temos um impedimento legal que não permite o fornecimento das imagens para terceiros que não autoridades com competência para investigação ou no curso de processo judicial. O chefe do COPOM e ambos os operadores concordaram que houve redução da criminalidade nos locais em que foram instaladas as câmeras, mas não puderam apresentar dados compilados que pudesse atestar o fato. O Chefe do Copom ainda informou que no começo eram feitas anotações manuais nos livros de cada operador, sobre os acionamentos realizados em virtude das imagens fornecidas pelas câmeras.

O chefe do COPOM chamou a atenção é que realmente se faz importante a experiência do operador, pois o que ele mesmo chamou de “tirocínio”, ou seja, aquela visão perspicaz do operador detectando que algo que cause uma ruptura na ordem pública está por acontecer. Não se trata de prever, mas sim antever, pois com base na experiência obtida com o período em que trabalham, permite já notar quem são os criminosos que atuam no local, seu *modus operandi*, horários, entre outros detalhes que caracterizam a conduta criminosa. A altivez e a experiência do operador, na opinião do operador 2, é o que realmente afeta o desempenho e a qualidade do monitoramento.

O operador dois lembrou o início da implantação do sistema, em que em uma câmera específica, situada na Praça perto da Rodoviária, houve um pico de crime de tráfico e porte de entorpecentes, mas na verdade o que ocorreu não foi um aumento desses crimes, mas sim os criminosos que não sabiam que a câmera ficava instalada lá e por isso eram surpreendidos rotineiramente por viaturas policiais em situação flagrancial.

Isso leva o que se pode chamar de “falso positivo”, pois a análise crua dos dados levaria a crer que a incidência desse crime aumentou, mas uma visão global permite perceber o que de verdade ocorreu. O operador 1 entende que o delito de furto foi o que teve maior queda em sua incidência. Um dos pontos observados por ele é que já conhecem a maioria dos criminosos que atuam na região, por isso, assim que os veem, já passam a monitorá-los.

Na pesquisa foi informado que não há sinalização da instalação das câmeras, sendo que o início do funcionamento do sistema foi divulgado em mídias locais, escritas ou faladas. O operador 1 afirmou que os “cidadãos de bem” não se importam com o monitoramento, pois não demonstram nenhum tipo de mudança de atitude, já quem está

à procura de praticar algum delito e sabe da existência das câmeras age de forma mais sorrateira, por vezes avisam comparsas por sinais da existência do sistema.

O chefe do COPOM afirmou que o próprio software tem a possibilidade de incluir novas funcionalidades, como a leitura de placas veiculares e até, num futuro próximo, reconhecimento facial, entretanto seria necessários maior investimento do poder público. Uma informação relevante trazida por ele seria que a expansão seria feita por um termo aditivo de convênio entre a prefeitura e o estado, esbarrando mais uma vez no orçamento público.

Assim como já ocorre em outras cidades, o Chefe do COPOM foi questionado por empresários se haveria a possibilidade da integração do sistema com câmeras particulares. Ele informou que realmente haveria a possibilidade, mas teria que ser feito um estudo com a prefeitura e o estado para realizar o interesse e viabilidade.

Há o registro manual em livro dos dados criminais da ação das câmeras, mas não estão compilados para fornecimento de estatística.

O local escolhido para a instalação das câmeras foi realização pela Seção de Planejamento Operacional da PM em conjunto com a Prefeitura Municipal.

As imagens das câmeras podem ser requisitadas por meio de ofício pelo Poder Judiciário, em sede de processo criminal, pelo Delegado de Polícia em sede de Inquérito Policial, ou pelo Ministério Público para compor provas de algum processo em que seja parte.

Integração com outros sistemas, controle de acesso, dados estatísticos e levantamento criminal;

O vídeo-monitoramento possui uma central operacional situada no Centro de Operações da Polícia Militar, no 20 ° Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Pouso Alegre, 16 câmeras “DOME” posicionadas em pontos específicos da cidade. As câmeras têm mobilidade de 360° na horizontal e amplitude de 140° a 160° na vertical e as imagens são transmitidas à central em tempo real via fibra-ótica.

Os operadores permanecem nesta central e tem a possibilidade, por meio de um joystick, de movimentar as câmeras, dar zoom e afastar imagens e redirecioná-las para onde desejam visualizar melhor. No total de 2 operadores por turno, cada operador possui dois monitores a sua disposição, podendo interferir em cada uma das câmeras assim que necessitem. No caso de Pouso Alegre, os operadores são funcionários cedidos pela prefeitura municipal, que atuam em turnos, perfazendo monitoramento 24 horas de trabalho.

Na mesma sala, permanecem policiais militares, os quais estão incumbidos de filtrar as informações obtidas pelos operadores e repassá-las as viaturas e os demais policiais que realizam o patrulhamento ostensivo preventivo, os quais se direcionam fisicamente ao local a fim de realizar a intervenção necessária.

Outro uso de informações muito comum é no *post factum* ou seja, após o acontecimento do crime, momento em que a Polícia Civil, responsável pela investigação criminal, requisitará, na pessoa do Delegado de Polícia, pelo fornecimento das imagens, delimitando o dia, hora e local em que deseja obter, a fim de elucidar algum crime cometido. O poder Judiciário, em sede de processo, poderá também requisitar as imagens.

Vale ressaltar que a intervenção não necessariamente se dará com o cometimento de um crime. Pode-se citar como exemplo uma situação de incêndio, resgate/salvamento de pessoas ou animais, um evento da natureza que possa colocar em risco a vida de pessoas, ou quaisquer outros eventos que causem uma ruptura na ordem social no local inserido na cobertura do sistema.

Neste caso é o momento de se observar a comunicação com os demais órgãos que atuam de algum modo na defesa social do estado, tais como Bombeiros Militares, Polícia Civil, Polícia Militar, SAMU, Defesa Civil, Conselho Tutelar, assistência social, entre outros.

Locais de implantação

Verifica-se abaixo um mapa completo da localização das câmeras do sistema instaladas na cidade de Pouso Alegre/MG.

Como já explanado no tópico de metodologia, a área azul demonstra ilustrativamente o cinturão de segurança na região central, já a área laranja, demonstra o que seria um alcance útil das câmeras, não apenas em razão de sua capacidade de aproximação das imagens, mas também pelas barreiras naturais, tais como as próprias esquinas das ruas, entre outras.

Um fato que se mostra constante é que grande parte das câmeras foram instaladas na região central da cidade, em razão de uma grande zona comercial e de um alto fluxo de pessoas. Segundo informado pelo próprio chefe do COPOM, os locais foram escolhidos com base em dados estatísticos disponíveis à época em conjunto com a Secretária de Segurança Pública a fim de que as câmeras pudessem ter o maior efeito possível na incidência criminal. Nas zonas periféricas da cidade não há câmeras, mas segundo informação obtida na entrevista, há intenção de que o sistema seja expandido para estes bairros mais afastados.

Também se observa 2 câmeras no que se chama Novo Centro, região afastada mas que concentra um pujante comércio e uma concentração de instituições bancárias e empresas de segurança de valores.

Como forma de ilustração, este pesquisador elaborou, utilizando o software Google Maps, um mapa onde foram plotados os pontos de instalação das câmeras, bem como as áreas de abrangências e seu alcance útil, com base em sua posição de instalação e o informado no memorial descritivo.

Os desenhos das áreas em azul e laranja foram feitos de forma aproximada, apenas com objetivo didático, mais precisamente para melhor ilustrar a disposição das câmeras no mapa da cidade.



Figura 9: Mapa do Brasil



Figura 10: Mapa de Minas Gerais

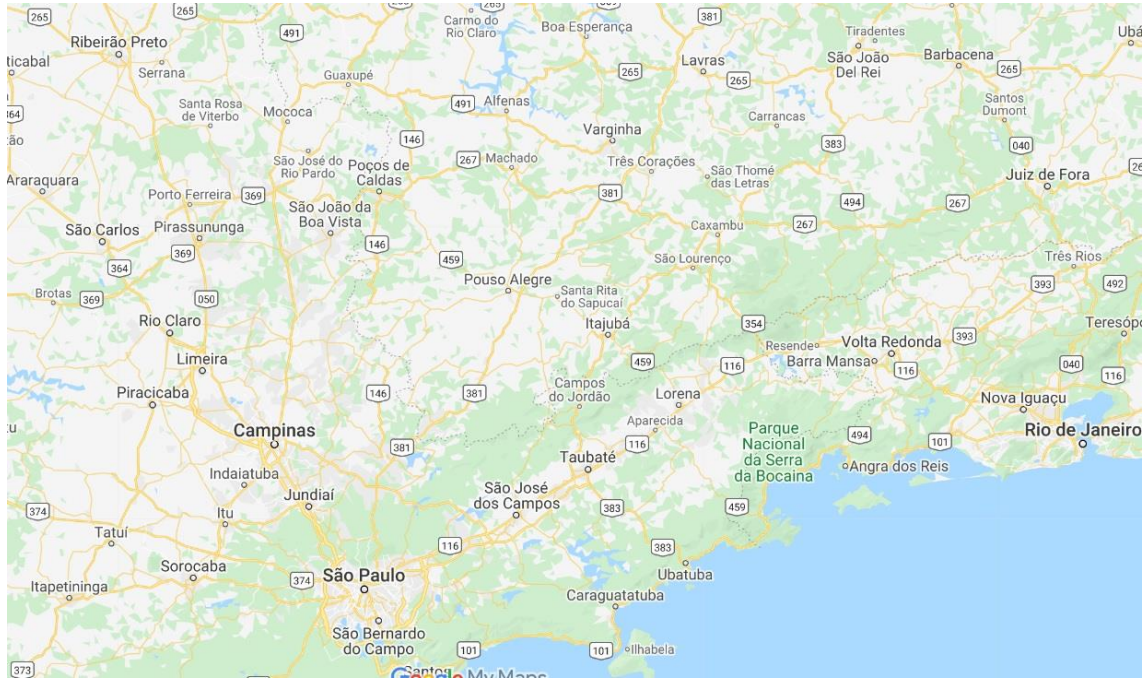


Figura 11: Mapa do Sul de Minas Gerais

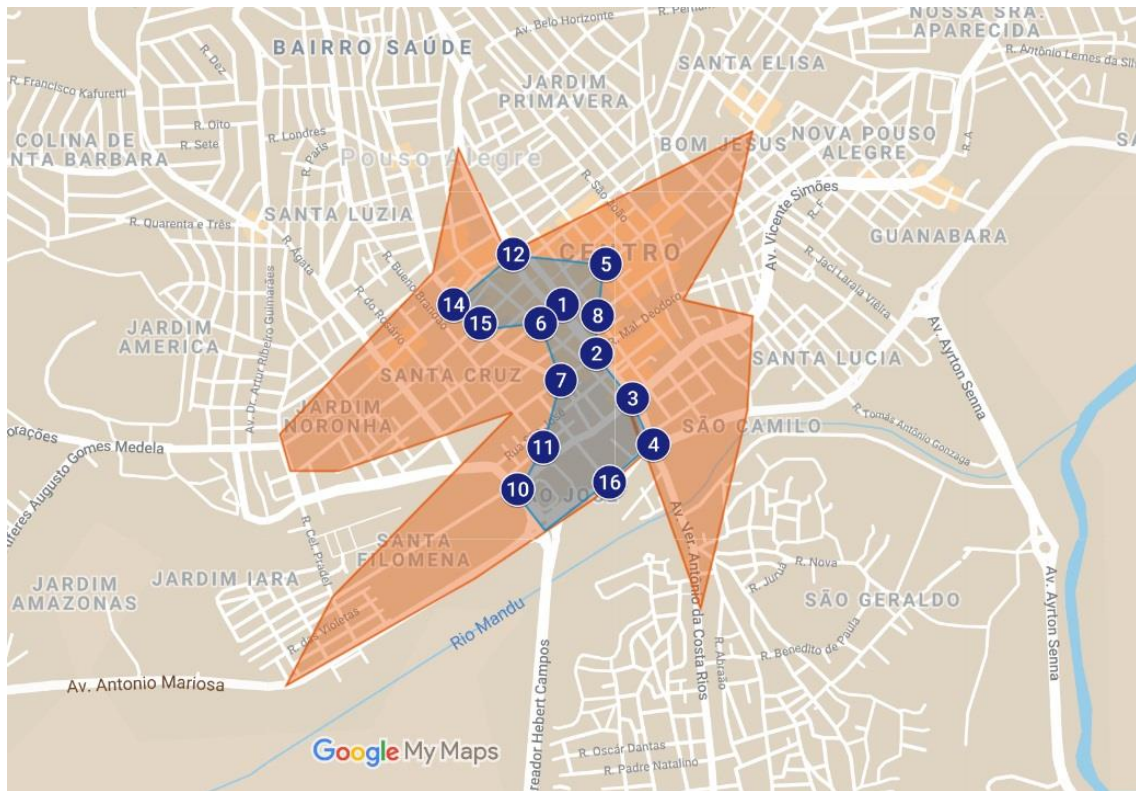


Figura 12: Mapa do Sistema Olho Vivo (Câmeras Centrais)



Figura 13: Imagens de Satélite do Sistema Olho Vivo (Câmeras Centrais)

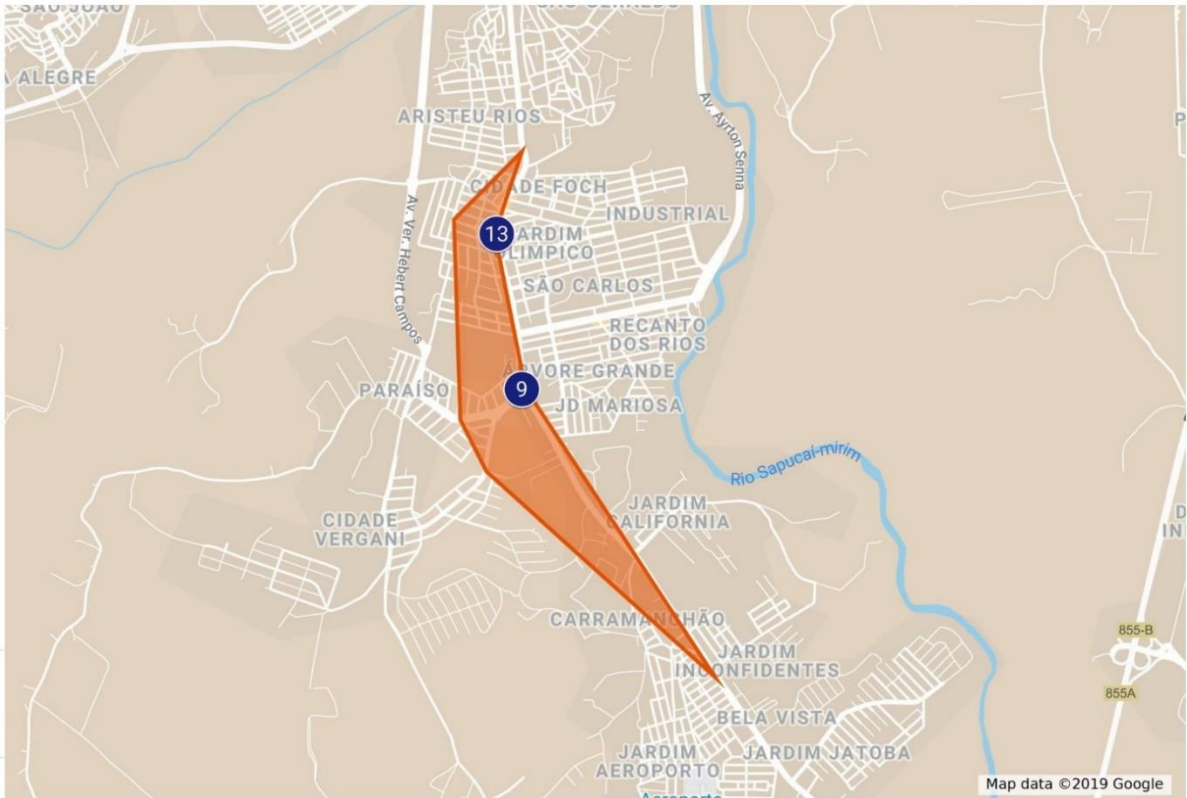


Figura 14: Mapa do Sistema Olho Vivo (Câmeras Bairro Foch/Novo Centro)

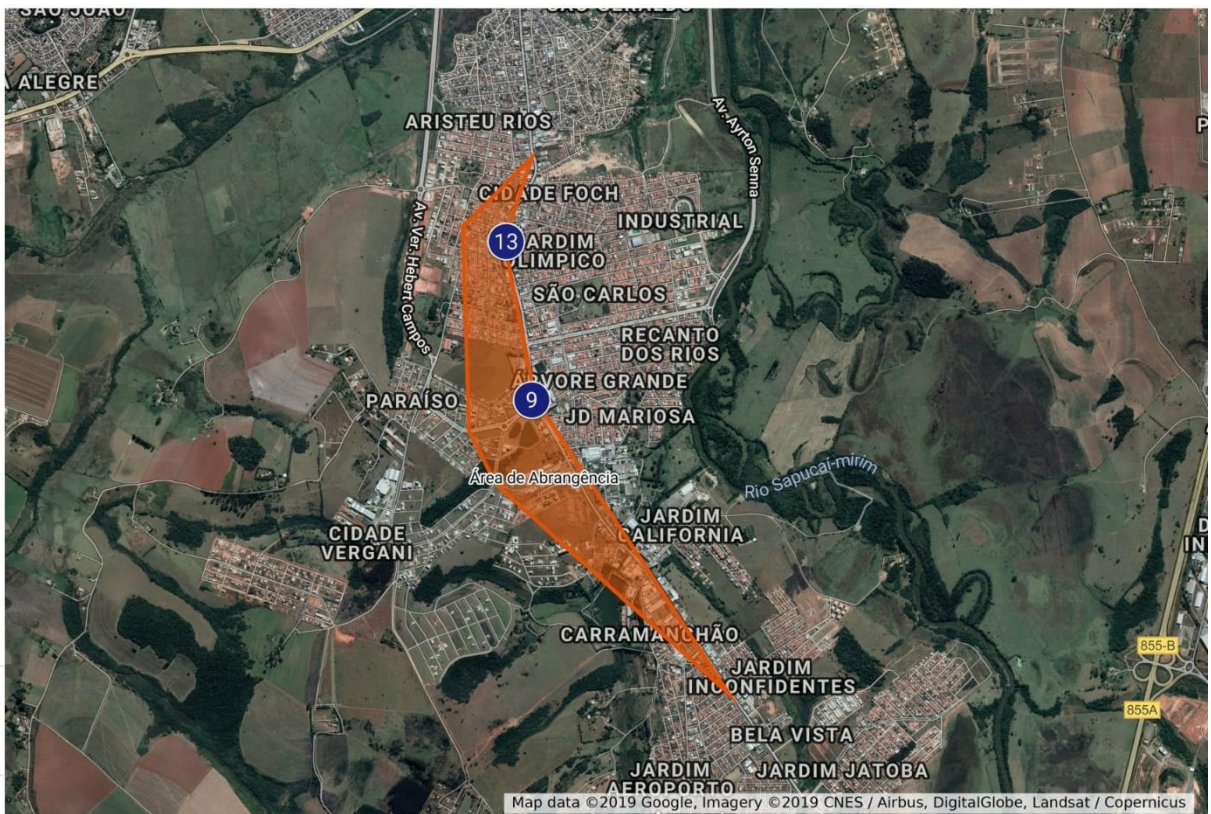


Figura 15: Imagens de Satélite do Sistema Olho Vivo (Câmeras Bairro Foch/Novo Centro)

LOCAIS DE INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO

	Rua/Avenida	Rua/Avenida
C01	Avenida Doutor Lisboa/ Rua Dom Nery	Rua Comendador José Garcia
C02	Avenida Doutor Lisboa/ Rua Marechal Deodoro	Rua Vieira de Carvalho
C03	Avenida Doutor Lisboa/ Avenida Vicente Simões	Avenida Levino Ribeiro do Couto
C04	Praça Senador Eduardo Amaral/ Avenida Antônio Mariosa/Avenida Pinto de Abreu	Avenida Vereador Antônio da Costa Rios
C05	Rua Comendador José Garcia	Rua Dom Nery
C06	Rua Adalberto Ferraz	Rua Dom Nery
C07	Rua João Beraldo	Rua Vieira de Carvalho
C08	Rua Coronel Herculano Cobra	Rua Adolfo Olinto
C09	Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 1.619	Próx. Supermercado Center Vale
C10	Avenida Marechal Castelo Branco/ Rua Tenente Anísio Prado da Fonseca	Avenida Gonçalo B. Coelho/ Avenida Levino Ribeiro do Couto
C11	Rua Professor Jorge Beltrão	Rua Bueno Brandão
C12	Avenida Duque de Caxias	Avenida Getúlio Vargas
C13	Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 1.935	Próx. Empresa Prosegur
C14	Av Duque de Caxias	Rua João Beraldo
C15	Rua João Beraldo	Rua Afonso Pena
C16	Avenida Pinto de Abreu	Rua Abreu Lima
Central	20º BPM – Avenida João Batista Piffer, 02 – São Cristovão	
Unidade 01	17ª RISP – Avenida Doutor Lisboa, 172 – Centro	

O que pôde ser verificado por este pesquisador é que toda informação é centralizada no COPOM sediado no 20º Batalhão da PMMG em Pouso Alegre, tanto a advinda das câmeras de vigilância, quanto aquelas advindas do telefone de emergência 190, sendo repassado aos demais órgãos por meio telefônico por esta central, dependendo do tipo de evento ocorrido.

Hierarquicamente, o 20º Batalhão da PMMG em Pouso Alegre responde hierarquicamente à Unidade 01, 17ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), situada na Avenida Doutor Lisboa, 172, Centro, Pouso Alegre.

Análise estatística

Como forma de solidificar o conhecimento sobre os fatos criminais que ocorrem na área de cobertura do Sistema, foi obtido por meio da Polícia Civil, com o uso da plataforma REDS do Sistema de Defesa Social, os dados criminais locais.

Assim, os dados foram devidamente trabalhados por este pesquisador que, por questões metodológicas, inseriu todos em uma tabela no software Microsoft Excel e plotou em gráficos de barras contendo os anos, os tipos de crimes e seus numéricos. Estas tabelas facilitaram muito, pois visualmente será possível detectar as oscilações e nuances do mapa criminal e permitirá uma análise mais profunda do fenômeno da violência urbana.

Acompanhando a metodologia aplicada, descontou-se o ano da implantação (2015) e foram avaliados os dois anos; pré e pós implantação. (2013, 2014, 2016 e 2017). Neste capítulo os dados serão apenas expostos e descritos, sendo que a análise será realizada posteriormente.

Para a análise, foi utilizada a Correlação de Pearson (fórmula abaixo), com a aplicação da fórmula da correlação de Pearson, foi possível analisar os mesmos dados sob um prisma diferente, traçando parâmetros e visualizando correlações que até então não se mostravam visíveis.

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\left[\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2 \right] \left[\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2 \right]}}$$

Figura 16: Fórmula da Correlação de Pearson

Como coeficientes, temos que ρ assume apenas valores entre -1 e 1, sendo -1 significando nenhuma correlação e 1, a correlação perfeita. Assim quando os valores se

aproximam destes dois extremos temos a informação de que há menos ou mais correlação entre as variáveis “x” e “y” propostas.

Câmera 1:

Situada, na Praça José Bento, no coração da cidade, defronte à Igreja Matriz, um dos mais importantes locais e com grande fluxo de pessoas. Por vezes, conforme se verifica na imagem, uma viatura da Polícia Militar realiza ponto e estacionamento nos horários em que há maior fluxo de pessoas ou quando há algum evento especial no local.

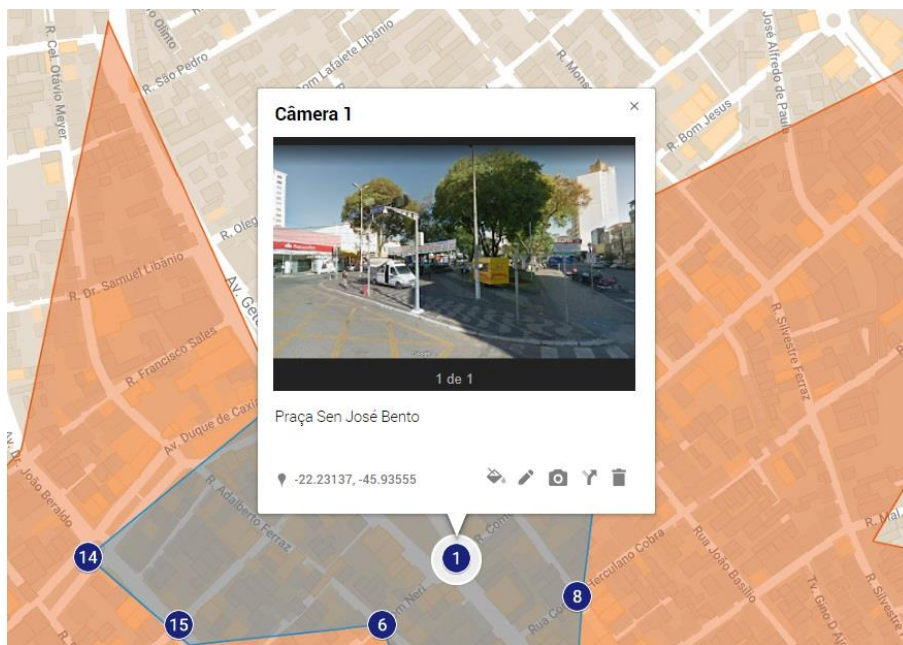


Figura 17: Câmera nº1, situada na Praça Senador José Bento. Extraído do software Google Maps.

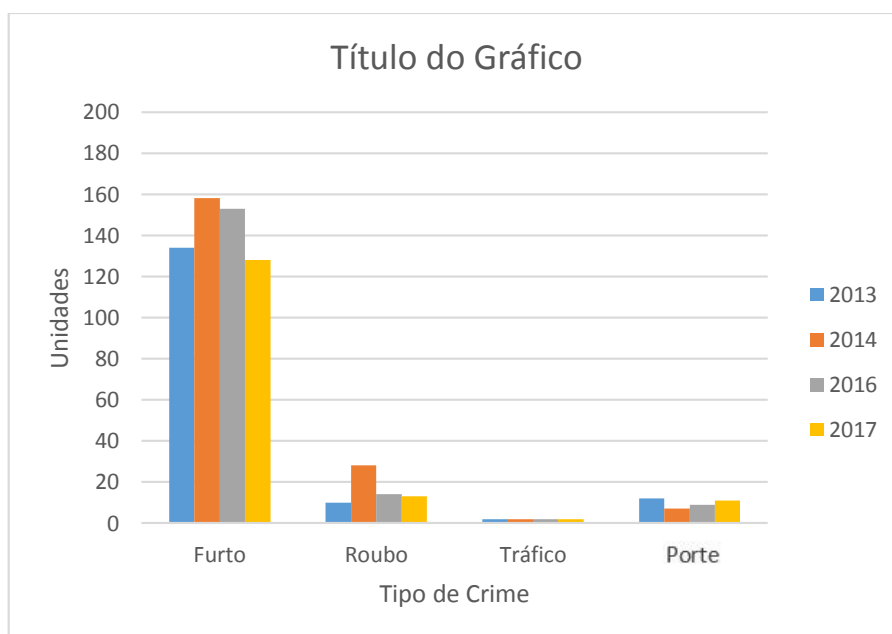


Figura 18: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmara 1.

Câmera 2:

Situada, na esquina das Avenida Doutor Lisboa com a Rua Marechal Deodoro, também está localizada na principal avenida da cidade, região em que há grande atividade comercial e grande fluxo de pessoas. Se encontra no alcance visual da câmera 1, o que ajuda a elaborar um verdadeiro cintura de cobertura na área central.

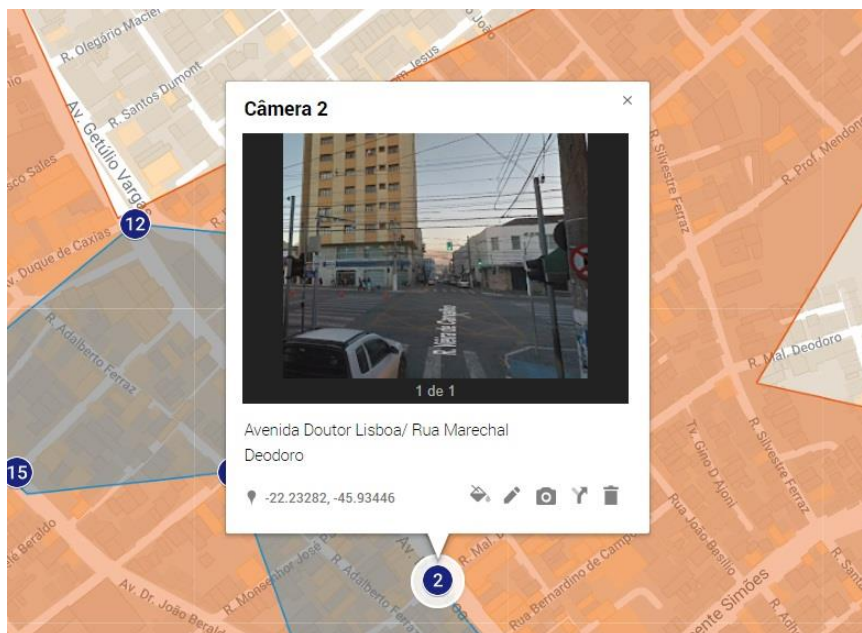


Figura 19: Câmera n°2, situada na esquina das Avenida Doutor Lisboa com a Rua Marechal Deodoro. Extraído do software Google Maps.

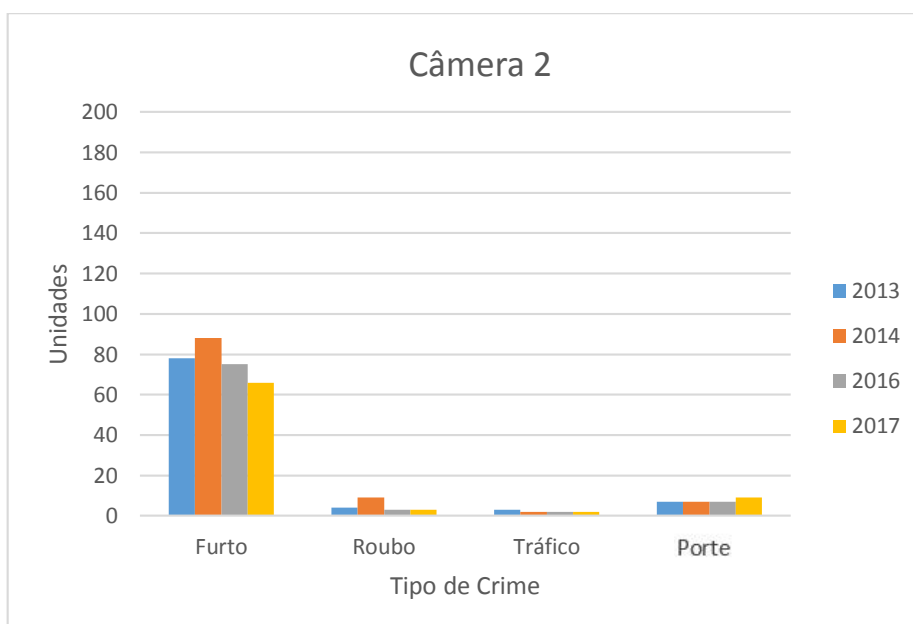


Figura 20: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 2.

Câmera 3:

Situada, na esquina das Avenida Doutor Lisboa com a Rua Marechal Deodoro, também está localizada na principal avenida da cidade, região em que há grande atividade comercial e grande fluxo de pessoas. Se encontra no alcance visual da câmera 1, o que ajuda a elaborar um verdadeiro cinturão de cobertura na área central.

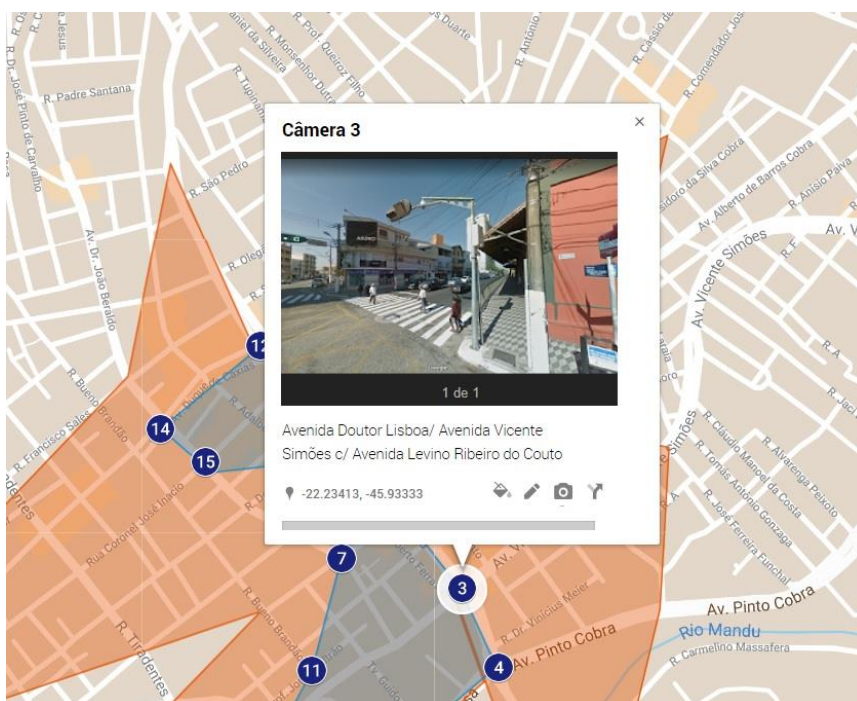


Figura 21: Câmera nº3, situada na esquina das Avenida Doutor Lisboa/ Av. Vicente Simões c/ a Avenida Levino Ribeiro do Couto. Extraído do software Google Maps.

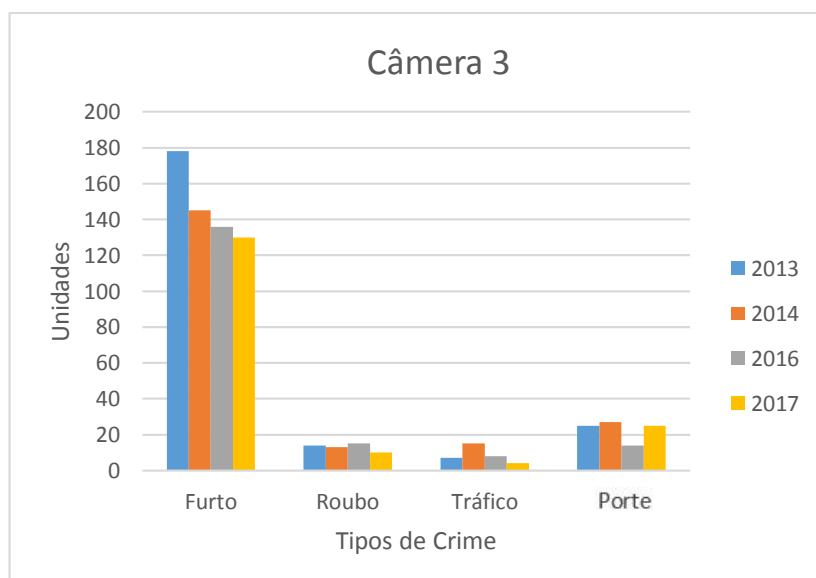


Figura 22: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 3.

Câmera 4:

Situada, situada na esquina da Praça Senador Eduardo Amaral/Av Antônio Mariosa/Av Pinto de Abreu/Avenida Vereador Antônio da Costa Rios. Está localizada na principal rotatória da cidade, liga o Centro à todas as regiões da cidade, razão pela qual possui um enorme tráfego de veículos automotores, bicicletas, inclusive alguns de tração animal.

Por ser uns dos principais acessos ao centro, também possui grande fluxo de pessoas.

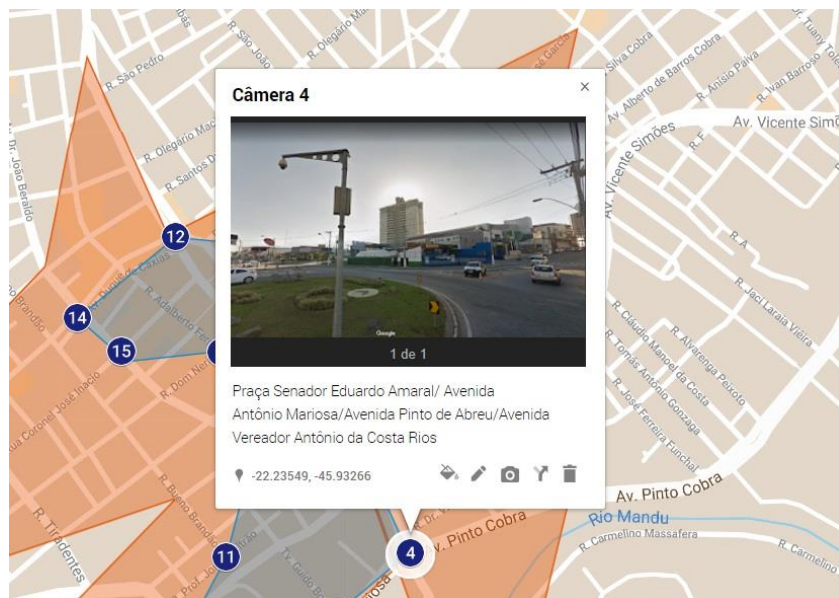


Figura 23: Câmera nº4, situada na esquina da Praça Senador Eduardo Amaral/Av Antônio Mariosa/Av Pinto de Abreu/Avenida Vereador Antônio da Costa Rios. Extraído do software Google Maps.

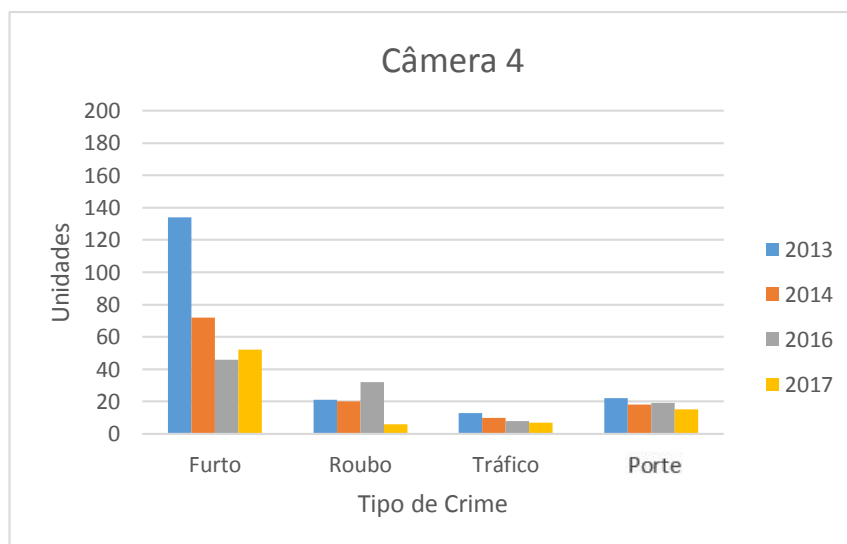


Figura 24: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 4.

Câmera 5:

Situada, situada na esquina da Avenida Doutor Lisboa/Rua Dom Nery c/ Avenida Comendador José Garcia. Situada em uma das principais ruas de Pouso Alegre, Comendador Jose Garcia, fechando o lado leste do cinturão das câmeras na região central. Assim como as demais, também possui grande fluxo de pessoas.

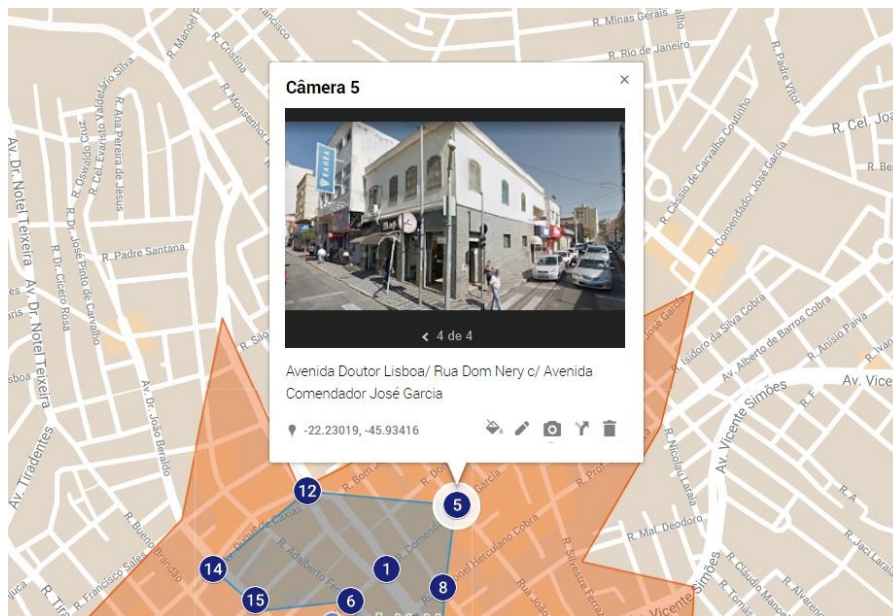


Figura 25: Câmera nº5, situada na esquina da Avenida Doutor Lisboa/Rua Dom Nery c/ Avenida Comendador José Garcia. Extraído do software Google Maps.

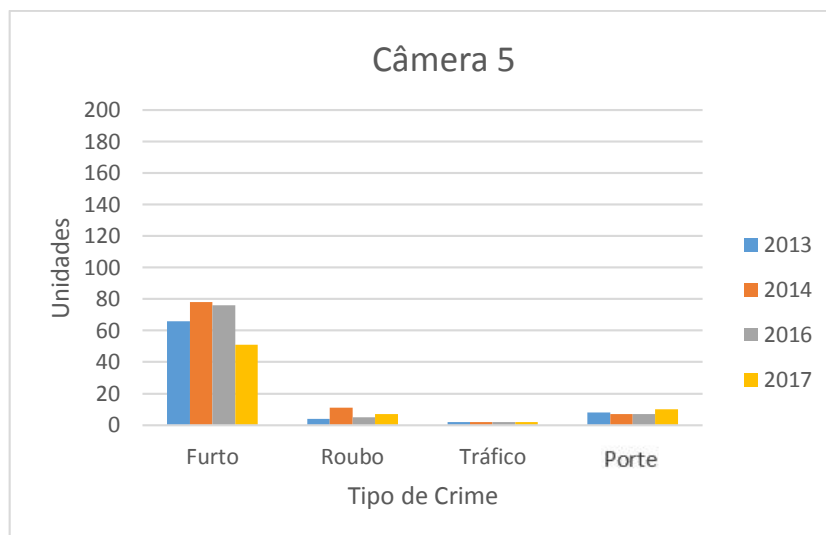


Figura 26: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 5

Câmera 6:

Situada, na esquina das Rua Adalberto Ferraz c/ Rua Dom Nery, fechando a região sudoeste do cinturão, em que também há grande atividade comercial e grande fluxo de pessoas. Encontra-se no alcance visual da câmera 1, 2 e 15, o que ajuda a elaborar um verdadeiro cinturão de cobertura na área central.

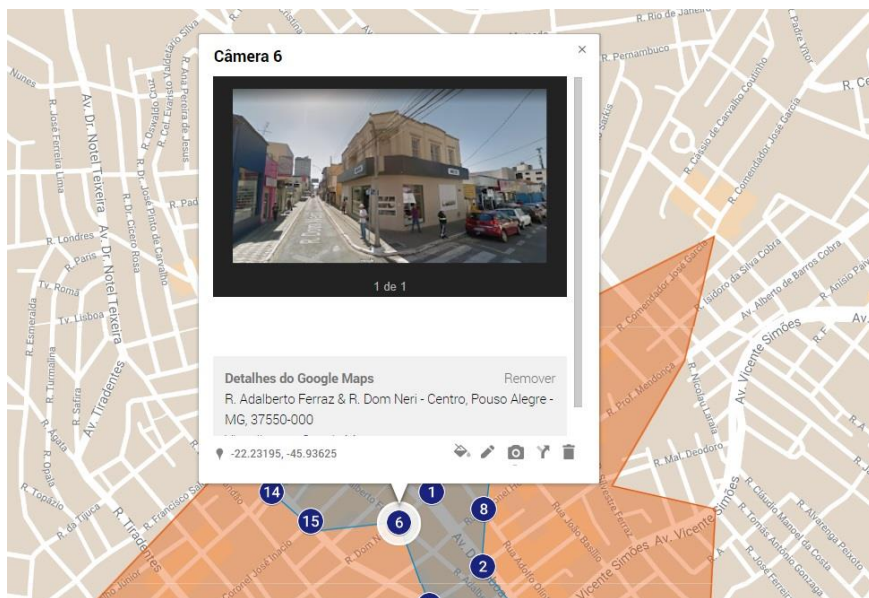


Figura 27: Câmera nº6, situada na esquina da Rua Adalberto Ferraz c/ Rua Dom Nery Extraído do software Google Maps.

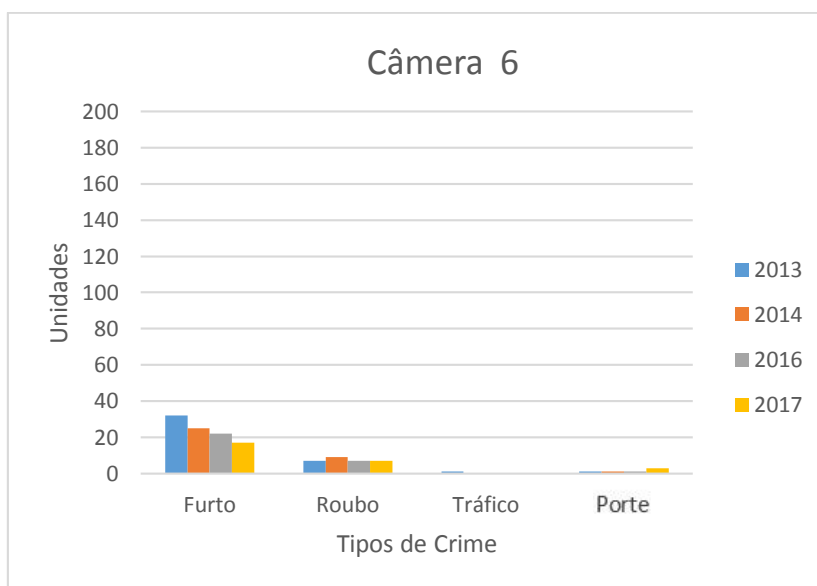


Figura 28: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 6

Câmera 7:

Situada, na esquina das Rua Vieira de Carvalho com Av Dr João Beraldo, região em que há grande atividade comercial e grande fluxo de pessoas. Encontra-se no alcance visual da câmera 2, 6 e 11.

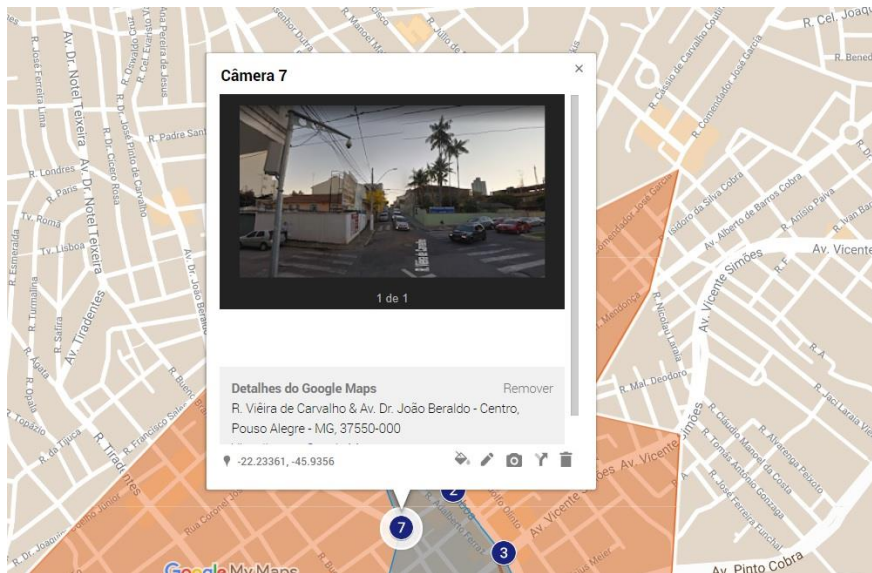


Figura 29: Câmera nº7, situada na esquina da Rua Vieira de Carvalho com Av Dr João Beraldo, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

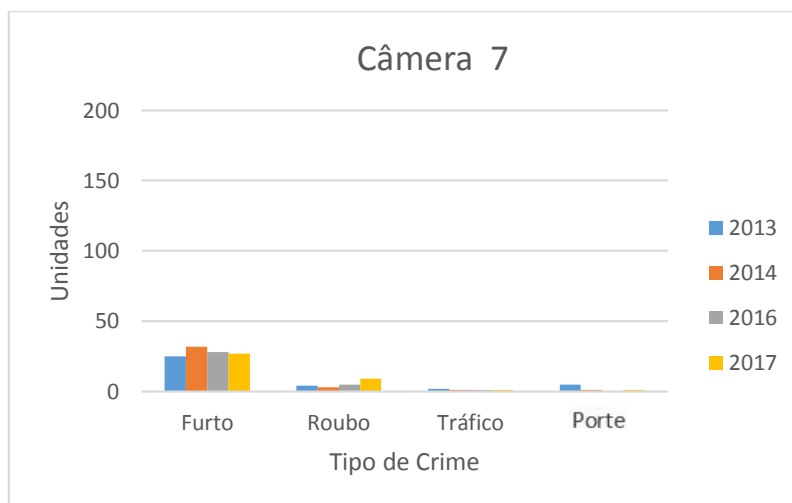


Figura 30: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 7

Câmera 8:

Situada, na esquina das Rua Adolfo Olinto com Rua Coronel Herculano Cobra Centro, Pouso Alegre, situada na região leste do cinturão, engloba uma das ruas de maior movimentação de pessoas e carros. Encontra-se no alcance visual da câmera 2 e 5.

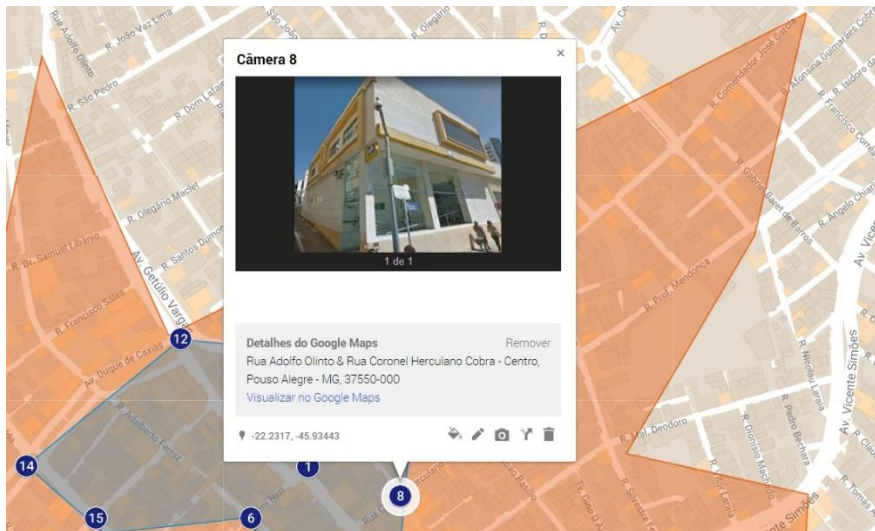


Figura 31: Câmera nº8, situada na esquina da Rua Adolfo Olinto com Rua Coronel Herculano Cobra Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

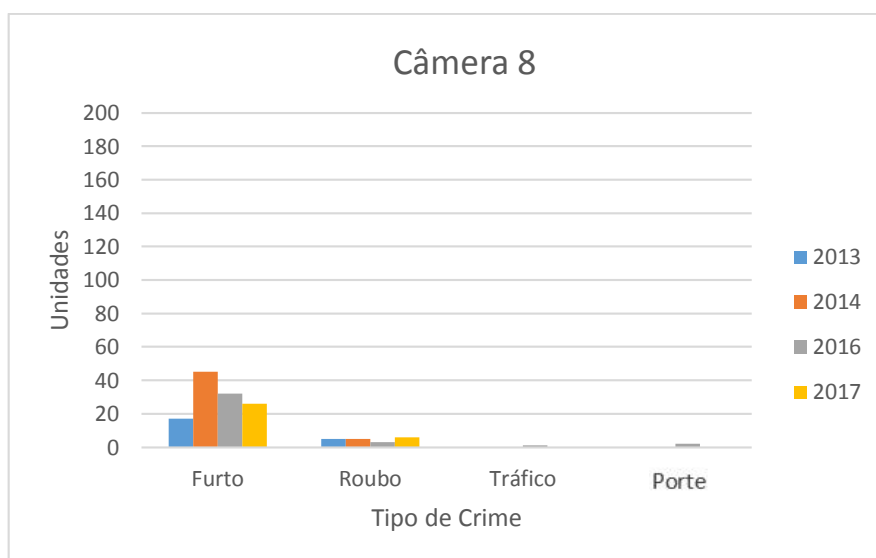


Figura 32: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 8.

Câmera 9:

Situada, na esquina das Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 1.619, já no Centro Novo de Pouso Alegre. Encontra-se próxima a importantes prédios públicos como Fórum da Justiça Estadual e o Ministério Público, além de estar em uma das mais importantes vias que ligam a cidade à BR 381.

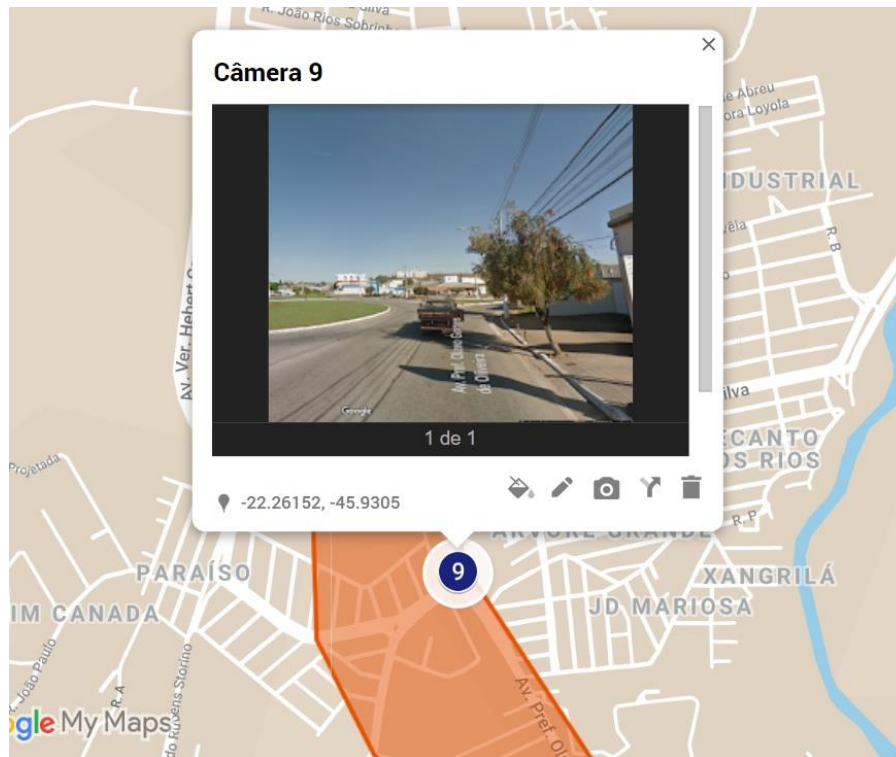


Figura 33: Câmera nº9, situada na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 1.619 Extraído do software Google Maps.

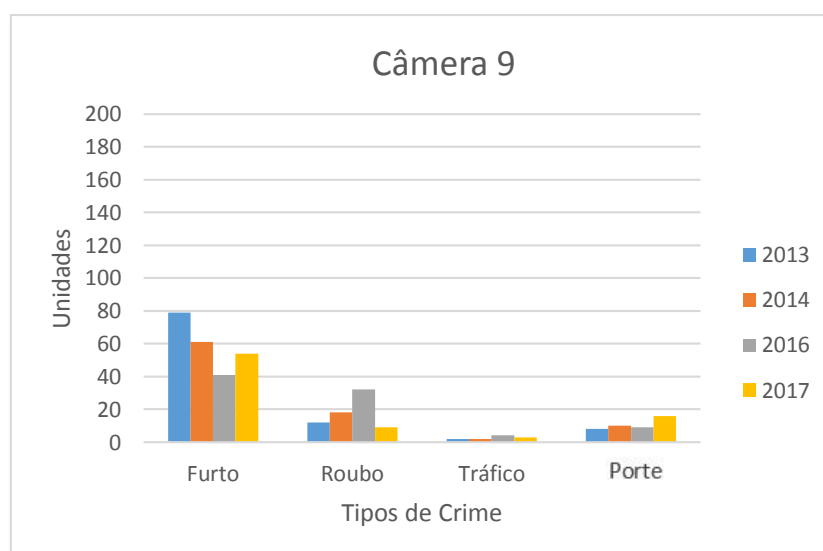


Figura 34: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 9.

Câmera 10:

Situada, na esquina das Avenida Gonçalo B Coelho x Avenida Levino Ribeiro do Couto, Centro, Pouso Alegre, situada na região sul do cinturão. Encontra-se no alcance visual da câmera 11.

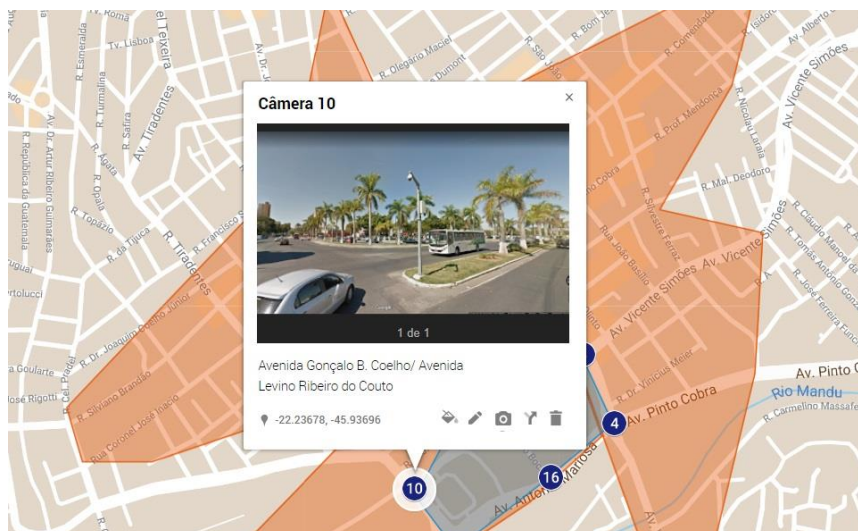


Figura 35: Câmera nº10, situada na esquina da Avenida Gonçalo B Coelho/Avenida Levino Ribeiro do Couto, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

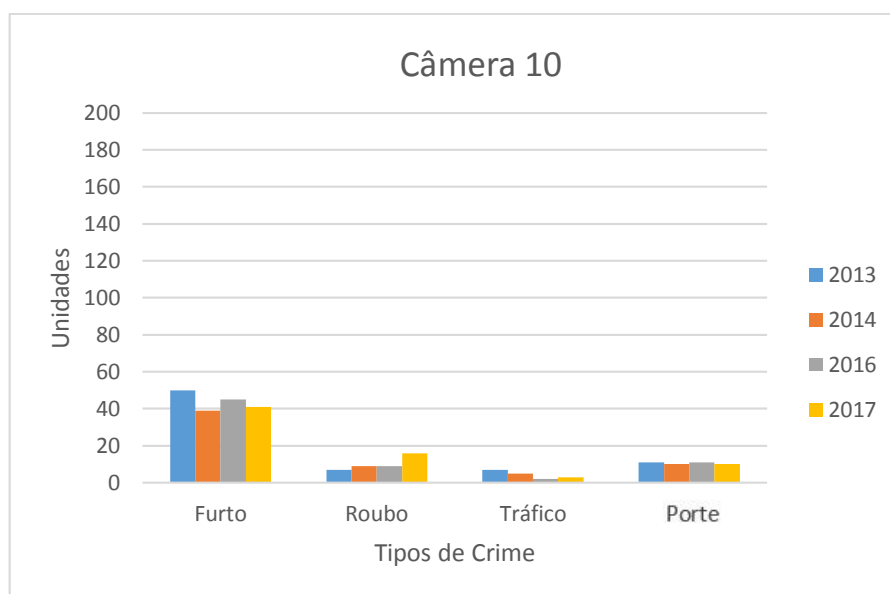


Figura 36: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 10.

Câmera 11:

Situada, na esquina das Rua Bueno Brandão com Rua Prof Jorge Beltrão, Centro, Pouso Alegre situada na região sul do cinturão. Encontra-se no alcance visual da câmera 7 e 10.

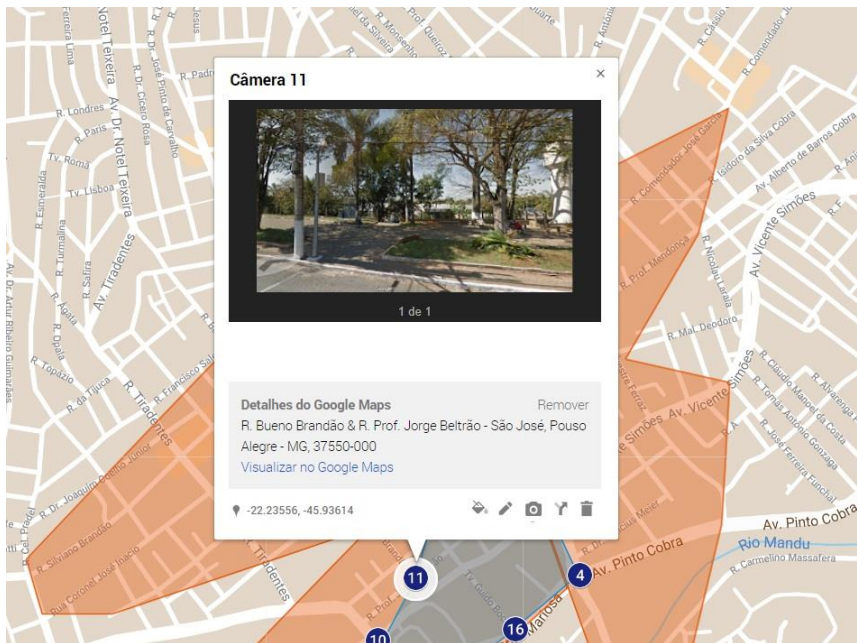


Figura 37: Câmera nº11, situada na Rua Bueno Brandão com Rua Prof Jorge Beltrão, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

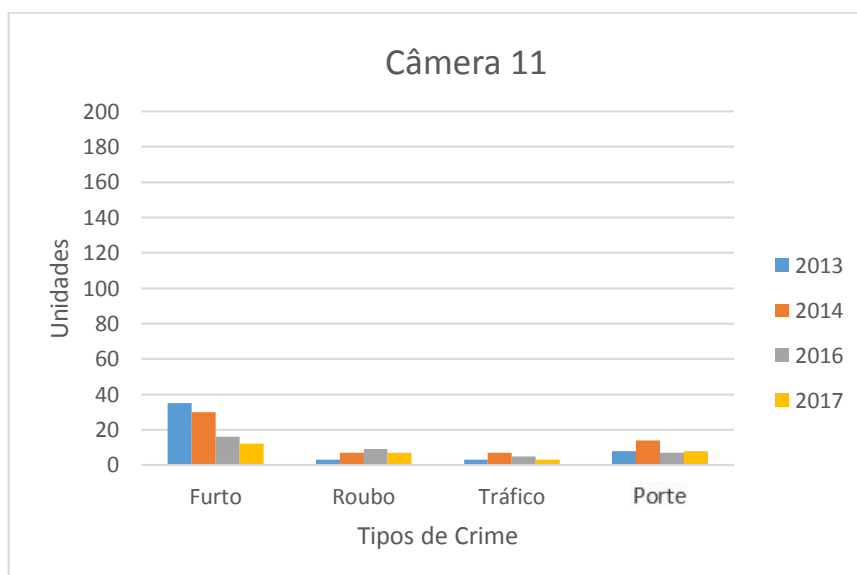


Figura 38: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 11.

Câmera 12:

Situada, na esquina das Av Getulio Vargas Coutinho com Av Duque de Caxias, Centro, Pouso Alegre, no norte do centro urbano e com visão para muitos comércios tradicionais como o Mercado Municipal, o que leva a um grande fluxo de pessoas.

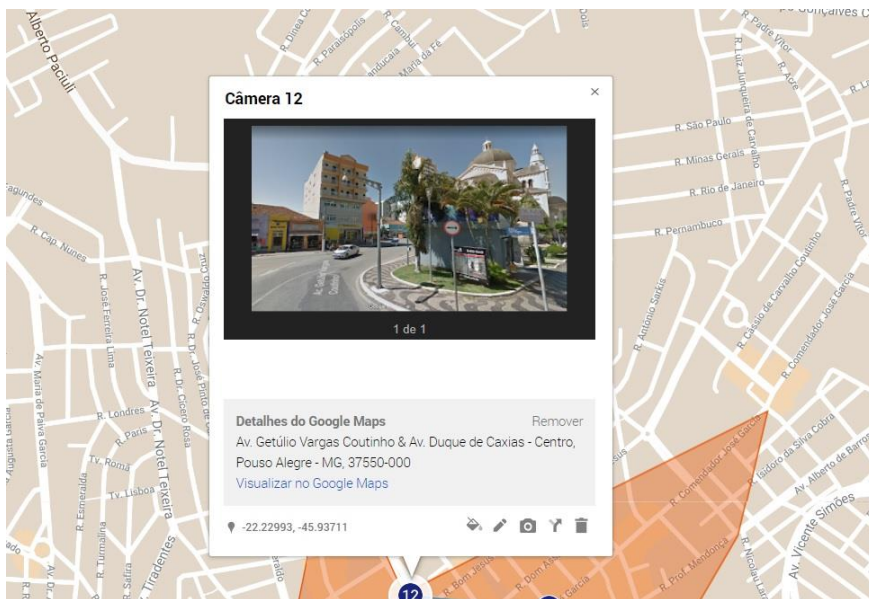


Figura 39: Câmera n°12, situada na Av Getulio Vargas Coutinho com Av Duque de Caxias, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

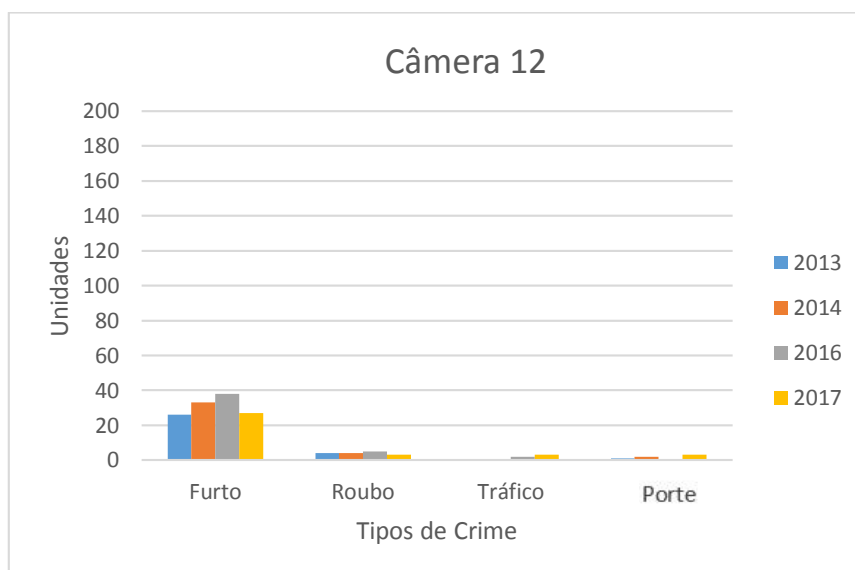


Figura 40: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 12.

Câmera 13:

Situada, na esquina das Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 1.935, já no Centro Novo de Pouso Alegre. Encontra-se próxima a importantes comércios e principalmente Bancos Privados e Públicos. Além disso, está muito próxima a uma base da Polícia Militar e a uma Delegacia de Polícia Civil.

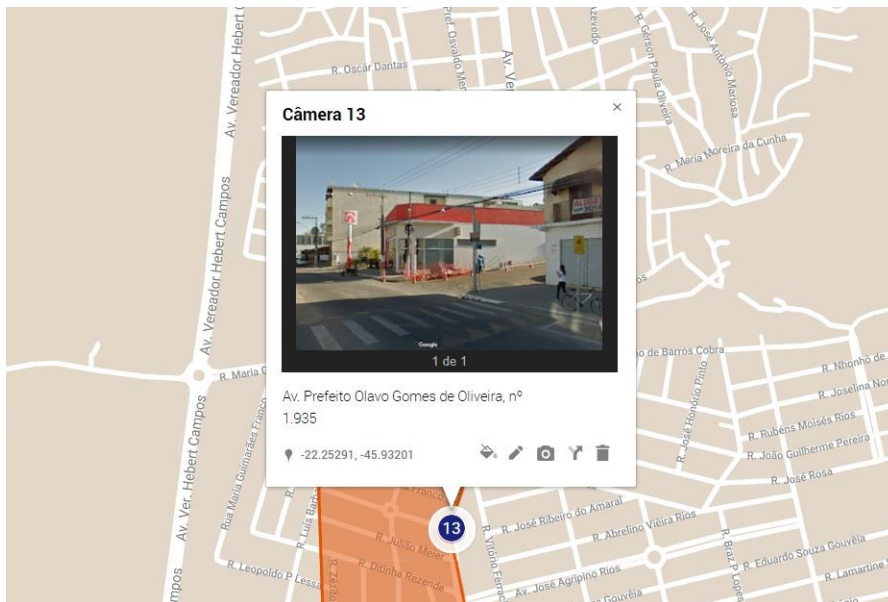


Figura 41: Câmera nº13, situada na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, Novo Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

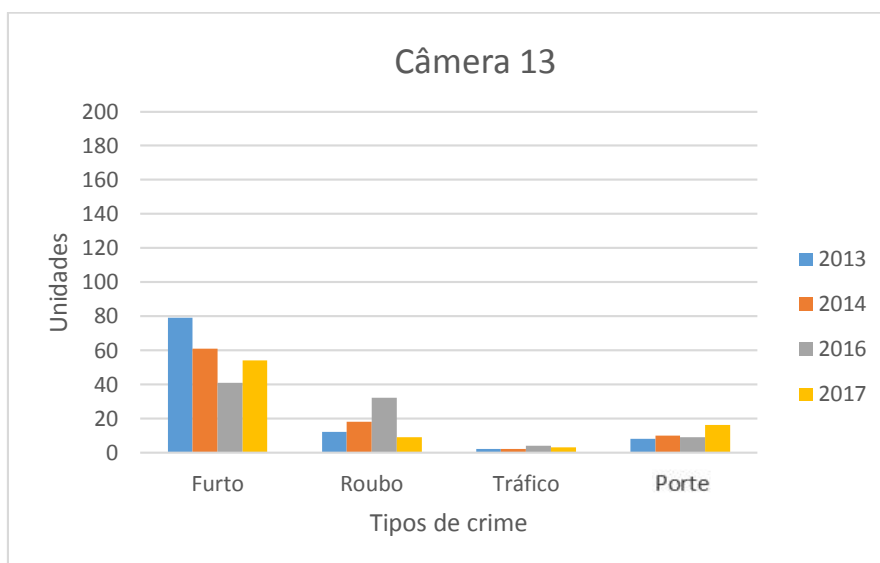


Figura 42: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 13.

Câmera 14:

Situada, na esquina das Rua Duque de Caxias com Rua João Beraldo, Centro, Pouso Alegre, no norte do centro urbano e com visão para muitos comércios tradicionais como o Mercado Municipal, o que leva a um grande fluxo de pessoas.

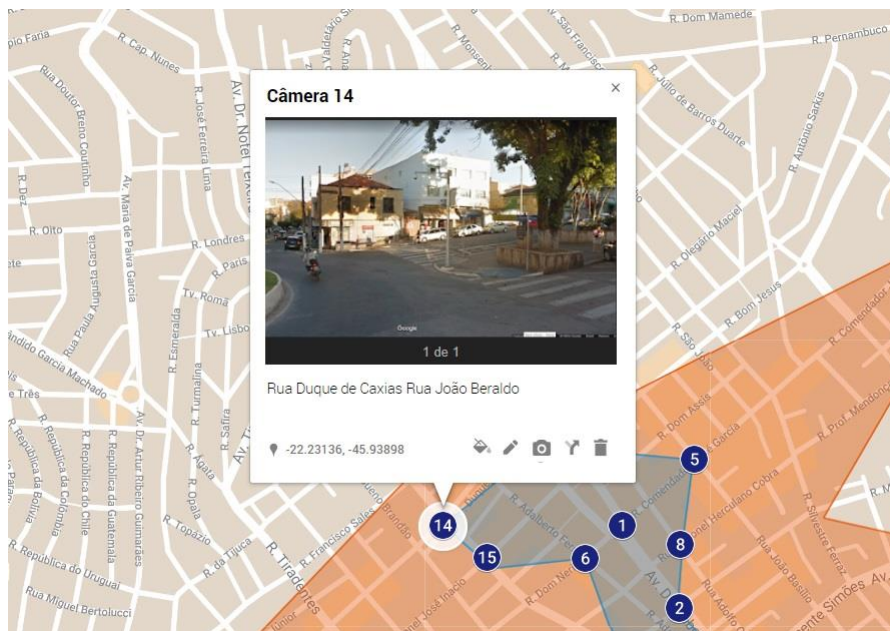


Figura 43: Câmera nº14, situada na Rua Duque de Caxias com Rua João Beraldo, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

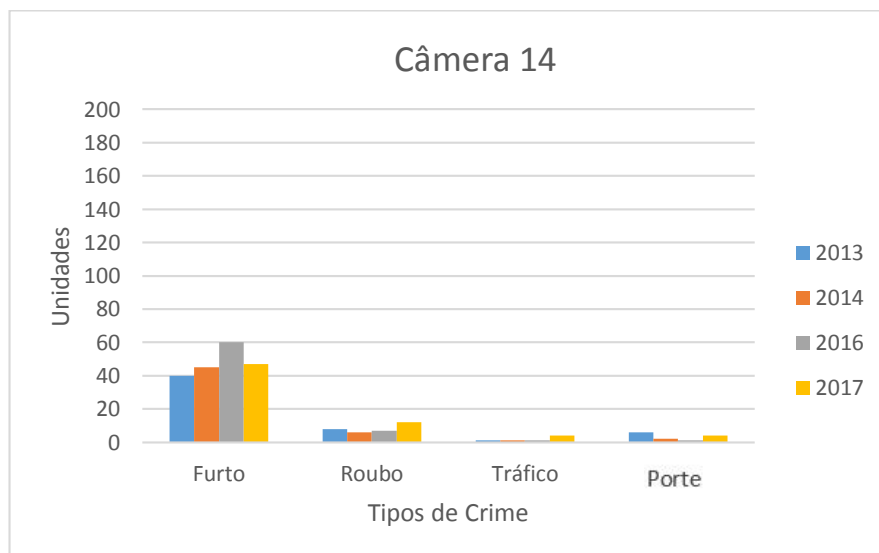


Figura 44: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 14.

Câmera 15:

Situada, também na esquina das Rua João Beraldo com Rua Afonso Pena, Centro, Pouso Alegre, Pouso Alegre, no noroeste do centro urbano e com visão para muitos comércios tradicionais como o Mercado Municipal, o que leva a um grande fluxo de pessoas.

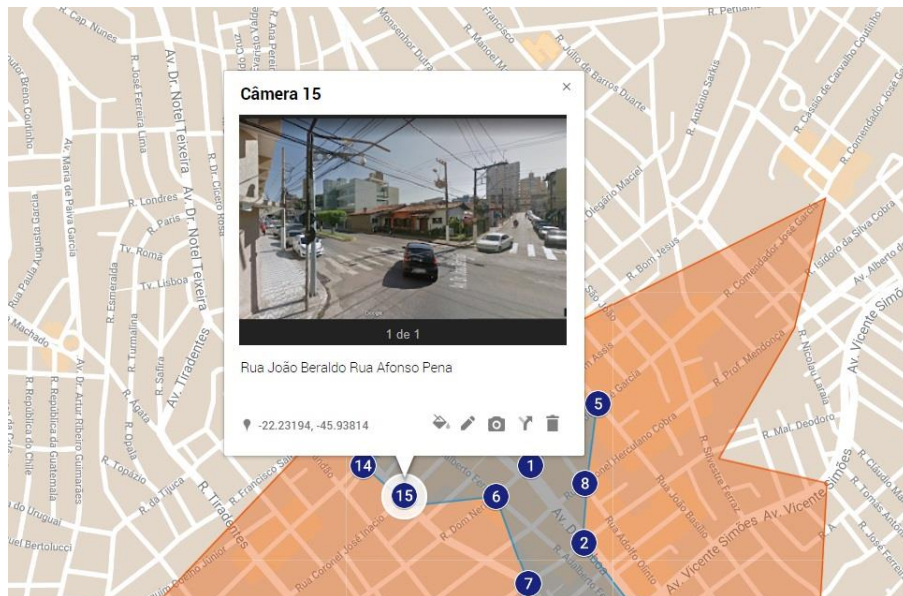


Figura 45: Câmera nº15, situada na Rua João Beraldo com Rua Afonso Pena, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

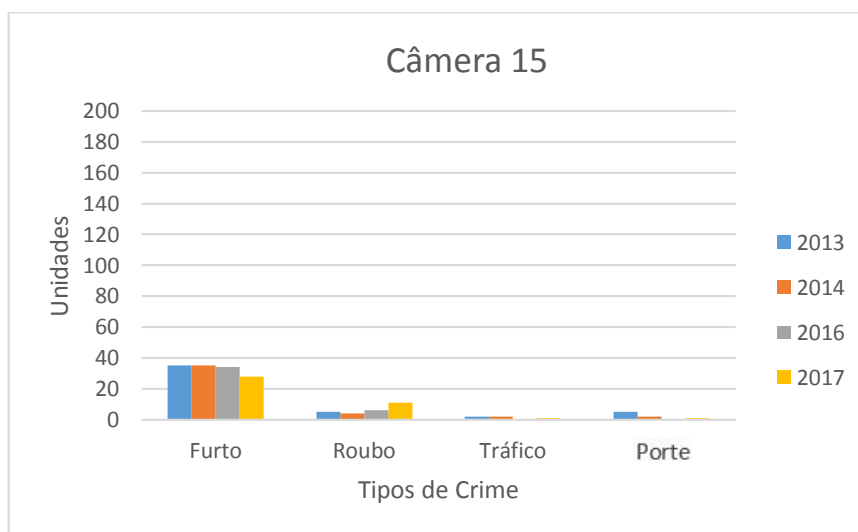


Figura 46: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 15.

Câmera 16:

Situada, na esquina das Avenida Pinto de Abreu com a Travessa Guido Boch, Centro, Pouso Alegre, esta na região sul do centro urbano. Na avenida Pinto de Abreu, conhecida como “Perimetral, uma das mais importantes da cidade, pois se trata da própria extensão da BR 459.

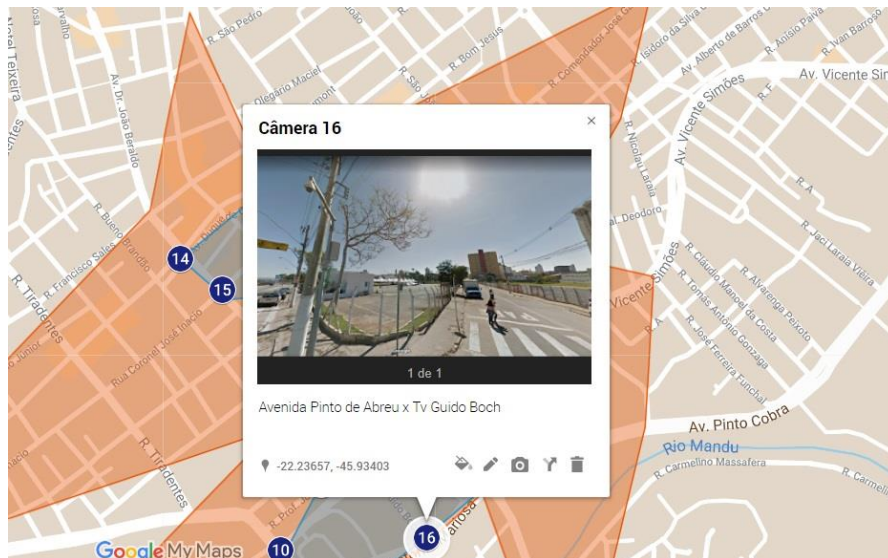


Figura 47: Câmera nº16, situada na Avenida Pinto de Abreu com a Travessa Guido Boch, Centro, Pouso Alegre. Extraído do software Google Maps.

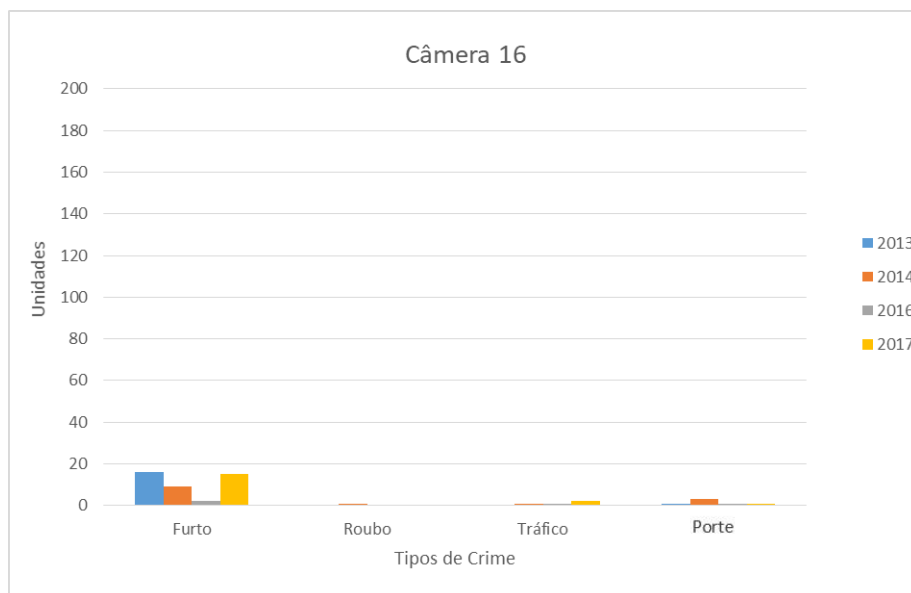


Figura 48: Dados criminais extraído de tabela feita com dados criminais das ruas próxima à câmera 16.

Análise do posicionamento das câmeras e o método da Correlação de Pearson aplicado à incidência criminal

Com o intuito de realizar uma análise mais profunda, focando também nos demais atores envolvidos além das câmeras de vigilância, este pesquisador partiu para o campo e percorreu todos os locais em que as câmeras foram instaladas, sendo que algumas observações muito interessantes puderam ser feitas.

No local em que a câmera 1 foi instalada está situada a Catedral de Pouso Alegre, sendo a praça Central em que circulam o maior número de pessoas da cidade. No entorno da praça há os principais bancos, hotéis, grandes franquias comerciais, além de que foi observado ser um grande ponto de encontro para negócios e lazer. Tal fato demonstra um número relativamente elevado de delitos contra o patrimônio, principalmente furtos, entretanto, poucos delitos envolvendo entorpecentes.

Uma das razões que se pode depreender é que estes últimos necessitam de discricção obrigatoriamente para serem praticados, enquanto a maioria dos furtos e roubos, precisam do fluxo de pessoas para sua consumação

A localização da câmera 3 também mereceu destaque. A grande quantidade de furtos praticados em 2013 e que posteriormente diminuíram, se mostram relevantes. O local é um importante cruzamento da cidade, em uma zona ainda considerada central. O tráfego de pessoas e carros é enorme, bem como a quantidade de lojas comerciais que estão nos arredores. Outro ponto que possui destaque é a proximidade com a rodoviária local, em que também há fluxo de pessoas entrando e saindo da cidade.

As câmeras 9 e 13 também recebem uma atenção especial, visto serem as únicas afastadas da região central, sendo situadas no que se chama “Novo Centro” de Pouso Alegre. A região possui muitos bancos, grandes comércios e uma transportadora de valores. A câmera 13, fica em uma rotatória que dá acesso ao novo Fórum da Cidade e ao Ministério Público além de ser a última câmera disponível antes da saída da cidade sentido Rodovia Fernão Dias. Ambas as câmeras atendem a um grande número de pessoas e o que se nota é a maior ocorrência do delito de roubo, mantendo os demais delitos em situação que não merece destaque.

De forma a atender ao terceiro objetivo específico, o qual versa sobre a análise criminal de fato, foi buscado-se verificar se haveria ou não correlação estatística entre os delitos entre si. Assim utilizou-se a fórmula da correlação de Pearson, aplicando na prática

a formula comparando os delitos de roubo e furto (delitos contra o patrimônio), entre si, e posteriormente tráfico e porte de entorpecentes (delitos contra a saúde pública).

O coeficiente de correlação de Pearson (r) ou coeficiente de correlação produto-momento serve para medir a correlação linear entre duas variáveis quantitativas. O resultado obtido é um valor que fica entre -1,0 e 1,0 inclusive, que reflete a intensidade de uma relação linear entre dois conjuntos de dado.

Se o valor ficar mais próximo de -1,0 ou 1,0, a correlação será mais forte, caso fique mais próximo de 0, a correlação será mais fraca. Com a análise dos dados foi desenhada a tabela seguinte:

Delito/ano	2013	2014	2016	2017
Furto e roubo	0,772439	0,739482	0,138415	0,379481
Tráfico e Porte	0,853081	0,949849	0,854711	0,609962

Figura 49: Coeficientes da Correlação de Pearson

0,0 à 0,1 =Muito Baixa
0,1 à 0,3 = Baixa
0,3 à 0,5 =Moderada
0,5 à 0,7 =Alta
0,7 à 0,9 =Muito Alta
0,9 à 1,0 =Quase Perfeita

O que se pode depreender dos números extraídos é que realmente há uma forte correlação entre furto e roubo nos anos de 2013, 2014, mas uma fraca correlação nos anos de 2016 e 2017. Já a correlação entre tráfico e porte de entorpecente mostra-se muito forte nos anos de 2013, 2014 e 2016 e moderada com relação ao anos de 2017.

Com base nos resultados é possível deduzir que realmente os crimes contra a saúde pública possuem grande correlação entre si, já os crimes contra o patrimônio possuem uma correlação moderada. Um estudo sobre os fatores que influenciaram tais resultados com certeza poderá ser objeto de outra pesquisa mais aprofundada, já que o tema é deveras complexo, mas para o momento os dados se mostram interessantes já que trouxe correlação até então não abordadas.

Pode-se inferir que com base nos dados qualitativos já analisados, há uma convergência no método de abordagem dos crimes, quais sejam, atuar de forma diferentes

nos crimes contra o patrimônio e nos crimes contra a saúde pública. Mostra-se que os delitos, entre si, possui uma correlação maior, o que facilita o método de atuação dos órgãos de segurança

Entrevista com duas investigadoras da Polícia Civil que atuam na investigação criminal destes delitos.

Foram realizadas duas entrevistas com duas investigadoras da Polícia Civil de Pouso Alegre. Por questões metodológicas, foram escolhidos um que trabalhe no setor de crimes contra o patrimônio e outro que trabalha no setor de crimes envolvendo entorpecentes.

Assim, após compilar os dados das entrevistas, este pesquisador pode observar que ambos trabalham em um horário de expediente administrativo, das 08h30min às 18h30min, podendo responder por plantões extraordinários noturnos durante e nos fins de semana, o que acaba por prejudicar as investigações que tramitam, pois laboram em período noturno e gozam a respectiva folga no dia subsequente. Ambas as investigadoras entendem que a equipe que possuem é insuficiente para um bom andamento do trabalho, sendo que o déficit de servidores é uma realidade em Minas Gerais, chegando a mais de 50%.

O que se verificou em ambos os casos é que as imagens das câmeras do SOV são consideradas boas, mas a quantidade de câmeras é insuficiente. Nos delitos contra o patrimônio o uso delas e das câmeras particulares é maior, já nos crimes envolvendo entorpecentes, não há uso relevante, pela peculiaridade do delito.

A investigadora que atua na área de entorpecentes afirmou que esses delitos ocorrem mais na periferia aonde nem sequer há câmeras. As poucas câmeras que existem estão lá justamente para antever a ação policial. Diante deste dado, afirma que o sistema olho vivo pouco ou nada afeta a apuração deste tipo de delito, já na área de patrimônio, a investigadora afirma que utiliza muito as câmeras dos particulares, mas a qualidade das imagens acaba por prejudicar muito a apuração, pois por vezes não é possível ver claramente um rosto, uma placa de carro ou outro detalhe específico que seria crucial para a solução criminal.

Quanto a obtenção das imagens com o Comando da PM, ambas entendem não ter problemas, exceto pelo tempo que demora para serem pesquisadas e fornecidas. Infelizmente nos crimes, quanto mais rápida for iniciada a apuração, aumenta-se as chances de sucesso em sua solução, pois o “timing” da investigação pode ser perdido. O ideal seria o acesso imediato às imagens.

Quanto as imagens de câmeras de sistemas particulares, ambas concordam que o problema realmente esbarra na baixa resolução das imagens, na falta de conhecimento técnico dos proprietários que precisam chamar um técnico em informática para que ele

obtenha as imagens ou ainda pessoas que instalam uma câmera que não funciona (usada apenas para intimidar ações) ou ainda que funciona e não grava.

Descrição e análise da Rede

Com base nas entrevistas realizadas com o acesso ao contrato de fornecimento de serviços do Sistema Olho Vivo, foi possível verificar como se deu todo processo, desde o início do projeto, toda a parte de instrumentalização contratual, detalhes da tecnologia que seria implantada, forma, tempo, instalação até seu pleno funcionamento.

O projeto começou na capital mineira e posteriormente foi expandido para as principais cidades do interior. As cidades que quiserem aderir, deveriam realizar um convenio entre o governo estadual, prefeitura municipal e um consorcio de empresas contratadas, visto que ambos teriam benefícios e contraprestações.

O estado, por intermédio da Polícia Militar participou como contratante de bens e serviços e o consórcio como fornecedor destes. À prefeitura municipal caberia verificar o licenciamento e autorização para o funcionamento da contratada, bem como a manutenção do sistema após o decurso dos 24 meses da garantia contratada.

A ideia de aplicar a TAR é verificar esse procedimento sucessivo de **associação** entre os distintos actantes que fazem parte do social. Observa-se os detalhes, repensando o todo pela parte. O que serão observadas e descritas são as redes e suas associações que serão produzidas.

Com este processo investigativo é que o pesquisador poderá chegar às traduções, ou seja, as transformações, as interpretações que serão obtidas por estas associações, cabendo apenas ao observador descrevê-las. Neste trajeto serão observadas as versões obtidas destas traduções, as controvérsias o que permitirá verificar as forças que atuam na rede.

Com base em toda teoria já esclarecida, bem como a análise de campo realizada, foram catalogados e descritos, não sendo este um rol taxativo, os actantes envolvidos na rede a fim de que possa ser posteriormente desenhada para melhor visualização. O que se pode observar é que a rede desenhada se tornaria muito grande para ser cartografada em uma folha padrão, além de que, por questões didáticas, dificultaria o seu entendimento caso tudo fosse desenhado de uma só vez, assim, optou-se nesta pesquisa em fazer recortes da rede para que fossem explicadas as tensões e controvérsias de forma mais clara e objetiva.

Dividiu-se então em 4 sub-redes: Instalação, despacho, violência e vigilância /privacidade. Com essa subdivisão pode-se dar mais atenção as tensões e polêmicas geradas de forma mais assertiva, explicando porque acontecem, como são geradas, ganhos e perdas, entre outros elementos.

Sub-Rede Instalação

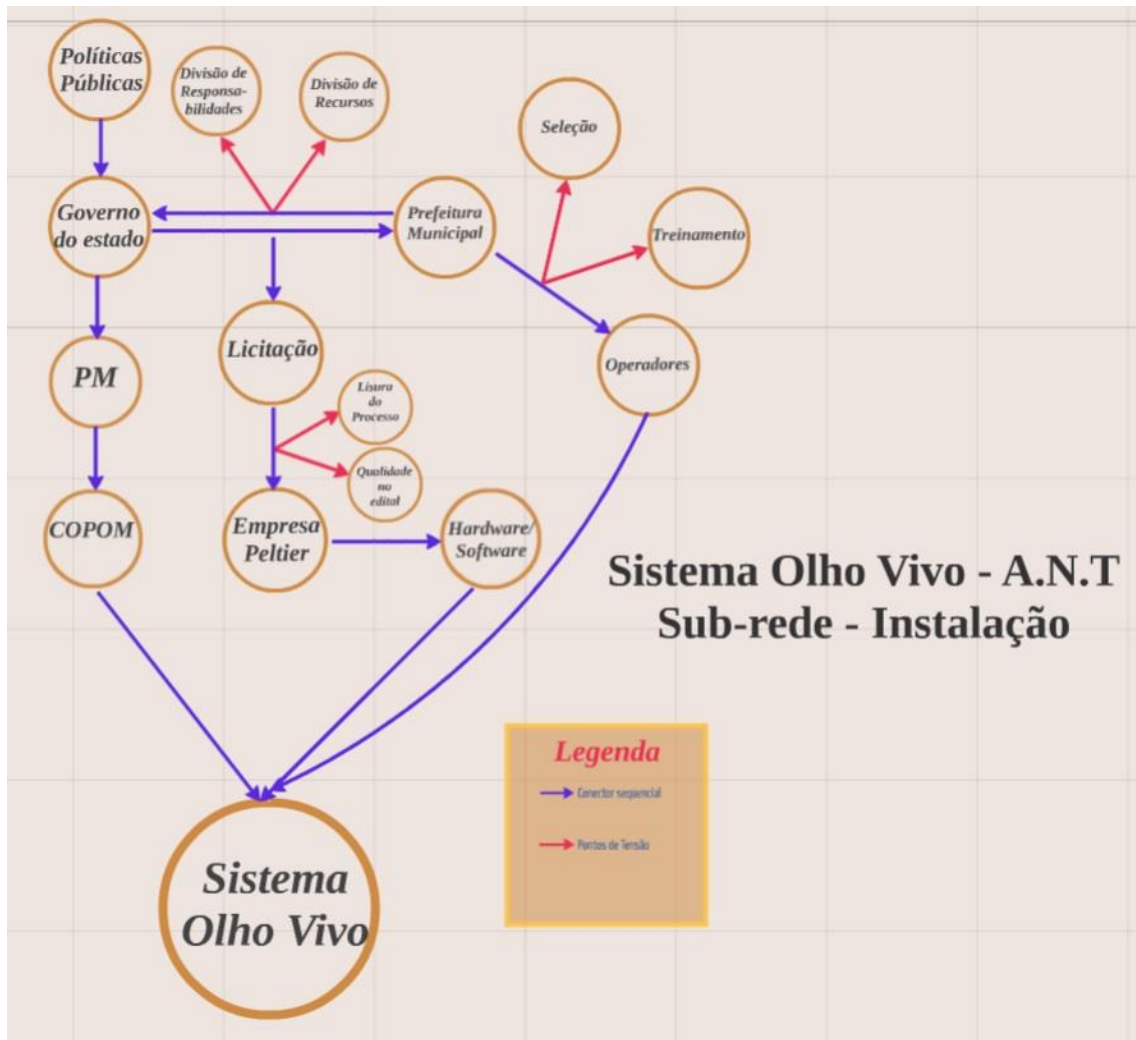


Figura 50: Desenho da Sub Rede – Instalação do Sistema Olho Vivo. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.

De início, verifica-se a fração da rede que trata da instalação do Sistema em Pouso Alegre.

Temos nessa fotografia de um momento da rede, a instalação do Sistema na cidade de Pouso Alegre. Observa-se que políticas públicas, advindas principalmente do governo do estado, o qual em parceria com a prefeitura municipal deram início a todo processo.

Surge aí uma primeira tensão entre estes dois entes públicos, os quais em comum acordo, terão que se conveniar em uma comunidade de esforços, para conseguir implementar as políticas públicas. Na rede descrita, o estado, por meio do órgão Polícia Militar, forneceu os recursos humanos e a expertise, enquanto a prefeitura forneceu os recursos financeiros para a montagem da estrutura e posteriormente, também recursos humanos para que trabalhassem diretamente no controle do sistema. A tensão é gerada no momento em que há a discussão em quem fornecerá o que. A forma que será distribuída a responsabilidade pelo fornecimento de recursos.

Ambos ainda realizaram em conjunto, uma licitação para a contratação de uma empresa especializada no assunto, o qual forneceria todo hardware, software e treinamento para que fosse implementado o sistema. A licitação por si só é uma tensão, gera controvérsias, pois diversas empresas concorrem entre si para demonstrar ao ente contratante que possui as melhores condições para prestar o serviço requisitado. Não só oferecer o melhor preço, mas também o serviço de maior qualidade.

Outro momento de tensão é o treinamento dos operadores. Primeiramente, conforme se verificou em entrevista, os operadores são funcionários públicos municipais concursados, os quais foram deslocados de suas funções originais e destinados a operar as câmeras. Para isso, foram treinados e preparados para operar todo hardware e software do sistema. Esta tensão também resta clara, pois não eram profissionais especializados no tema.

A Polícia Militar, como órgão do estado responsável pela parte técnica e de fornecimento de recursos humanos, também teve sua controvérsia na rede. Por meio do COPOM, foi responsável por lidar diretamente com os operadores do sistema, fundindo procedimentos operacionais e readaptando formas de agir, gerando assim novos modos e processos, até que possam chegar em uma caixa preta. A palavra "controvérsia" refere-se aqui para cada pedaço de ciência e tecnologia que ainda não está estabilizada, fechado ou "black box"; isso não significa que há uma disputa acirrada, nem que ele tem sido politizada; podemos usá-lo como um termo geral para descrever a incerteza compartilhada. (VENTURINI, 2010)

Em todo este complexo processo formou-se a rede desenhada, surgindo controvérsias e polêmicas em todas as suas fases, já que todos os atores envolvidos tiveram que "dialogar" entre si, afetando-se.

Sub-Rede Despacho

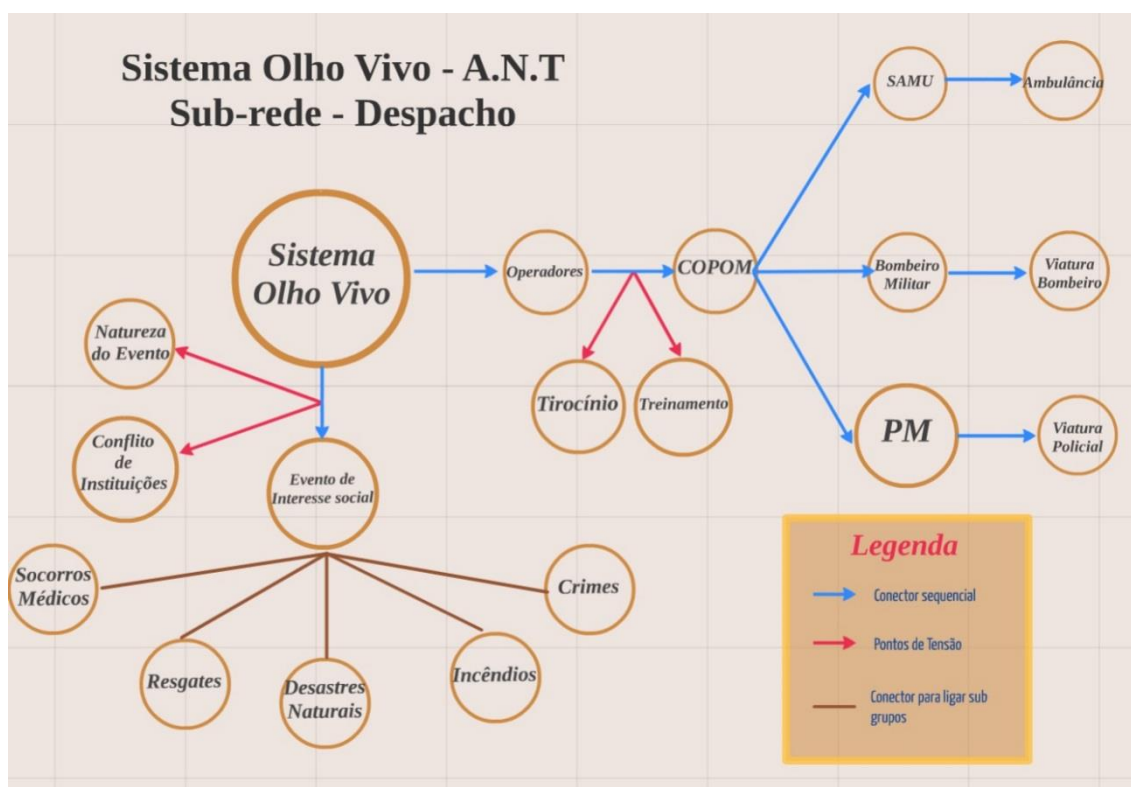


Figura 51: Desenho da Sub Rede – Despacho do Sistema Olho Vivo. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.

Após a sua instalação, temos a descrição da rede que trata do modo em que é realizado o despacho dos eventos do Sistema em Pouso Alegre.

A rede se inicia no momento em que ocorre um evento de defesa social, o qual pode ser uma ocorrência policial, um resgate, um desastre natural, entre outros eventos que mereçam a atenção e pronta resposta do poder público. Quando tais eventos ocorrem dentro da área de cobertura do SOV, os operadores do sistema detectam os fatos por meio das câmeras instaladas e repassam, de imediato, ao COPOM, para que este possa dar o devido encaminhamento.

Surge aí uma controvérsia, pois restará ao operador manter plena atenção nas câmeras para fazer uma análise com base em suas experiências profissionais (tirocínio) e no treinamento que lhe foi dado, para que consiga localizar algum evento de interesse da defesa social. Como ele realizará tais escolhas e a base que terá para isso, com certeza mudará de operador para operador, em que pese o treino que lhes foi aplicado.

Durante as entrevistas com os operadores, ambos os entrevistados relataram que por vezes, com base em experiência pretérita, conseguiram captar em tempo real, o

cometimento de um delito, pois ao perceber um indivíduo já conhecido no meio policial agir em atitude suspeita, passou a utilizar as câmeras para acompanhar suas atividades.

O comportamento dos operadores na tela foi um fator muito interessante que surgiu durante a pesquisa. Usando da própria experiência para analisar o comportamento social, visualizando indivíduos e potenciais criminosos e por fim, sabendo-os diferenciar daqueles cidadãos que estão em sua rotina normal, claramente um discernimento mental de se entender que algo não está correto, não está de acordo com a normalidade. Temos aqui o velho tirocínio policial, adquirido pela experiência de pessoas que não são policiais, mas acabaram por se inserir em uma função que envolve segurança pública.

Uma das controvérsias que pode vir a surgir é a natureza do evento e para quem será encaminhado. Uma ocorrência e resgate ou socorro de pessoas poderia ser encaminhado aos Bombeiros ou ao SAMU, a depender da disponibilidade e da natureza específica. Por vezes, estes atores conflitam-se entre si na questão de suas atribuições, o que pode ocasionar sérias polêmicas e vir a prejudicar o atendimento público.

Ainda, na mesma controvérsia, podem ocorrer eventos que necessite da atuação de todos os órgãos como, por exemplo, grandes desastres, catástrofes, entre outros. Nesse caso, a atuação conjunta e organizada também gerará polêmicas no sítio dos eventos. A visibilidade das redes se dará nas controvérsias, local em que aparecerão as tensões.(LEMOS, 2013).

Sub-Rede Violência

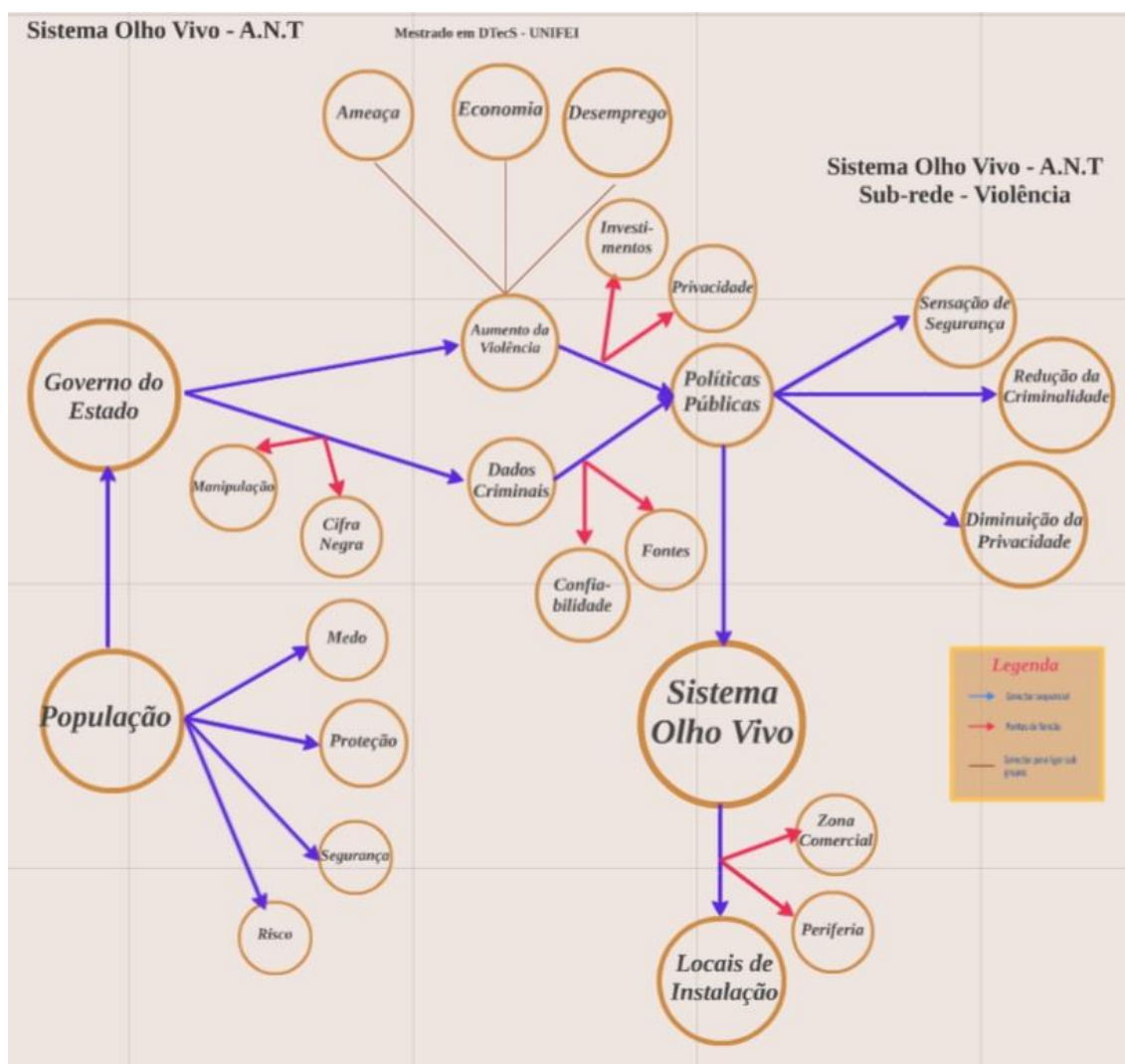


Figura 52: Desenho da Sub Rede – Violência. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.

Uma das redes mais interessantes de serem descritas é a que se refere violência.

Como já discorrido durante a pesquisa, a população segue assolada pelo medo com a crescente sensação de insegurança, a qual, dentre várias causas, está a violência urbana. Esta violência, a qual poderá ser objeto de estudo complementar desta pesquisa, aumenta por diversos fatores sociais e econômicos, podendo citar apenas de forma exemplificativa o desemprego e a economia instável.

Com este medo, busca-se então proteção pessoal e patrimonial, de forma a diminuir estes riscos. O governo do estado, responsável imediato pela segurança pública, de forma a reativa, utiliza-se de dados criminais (temos a primeira polêmica) para que

seja traçadas políticas públicas. A forma que serão traçadas, os interesses a serem perseguidos, o foco em qual polícia se investirá mais, dirá muito sobre como a violência será enfrentada

Temos uma grande controvérsia neste caso, erro no registro do fato. A obtenção destes dados criminais nem sempre são as mais eficazes, verifica-se muitas incorreções no registro das ocorrências quanto a local, modus operandi e informações precárias, todas estas passadas pela própria vítima. Tudo isso ainda sem falar sobre a famosa “cifra negra”, que são aqueles fatos criminosos que a vítima sequer registra.

Na mesma toada, outra controvérsia que insurge é o modo que estas políticas são elaboradas. Verifica-se na rede que o objetivo é reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança, mas por via de consequência, acaba por diminuir a privacidade. A mediação a se encontra entre todos estes fatores é o que gera a controvérsia, pois na cidade de Pouso Alegre, objeto de nosso estudo, como uma das políticas públicas foi a instalação de um sistema de vigilância público, houve o monitoramento ininterrupto do centro comercial da cidade, fato este que é inquestionável.

Além dos fatos relevantes de defesa social, as câmeras, por sua mera existência, acabam também por monitorar o cotidiano dos cidadãos residentes na cidade, seus hábitos, costumes, localização, entre outros. Antes da instalação do sistema o estado teve que determinar quais os locais seriam instaladas as câmeras do sistema. Nesta parte da rede temos outra controvérsia. Foi informado durante a pesquisa, bem como durante as entrevistas, que o critério utilizado pelo estado, por meio de ser órgão Polícia Militar, foi a análise dos pontos com maior incidência de crimes que possam ser inibidos com a vigilância constante. Verificou-se que os locais escolhidos se situam, em sua quase totalidade, no centro urbano de Pouso Alegre e centro expandido (novo centro).

Muitos questionamentos podem surgir quanto a não instalação de câmeras em áreas periféricas ou bairros com alta incidência criminal, como por exemplo, o Bairro São Geraldo, Pouso Alegre. O tipo de criminalidade que se visa combater, bem como o público que se deseja afetar são fatores que são levados em consideração para instalação de um sistema de câmeras.

A rede, por si, não é taxativa e não se esgota. Muitas outras polêmicas vão surgindo na medida em que se aprofunda.

Sub-Rede Vigilância/Privacidade

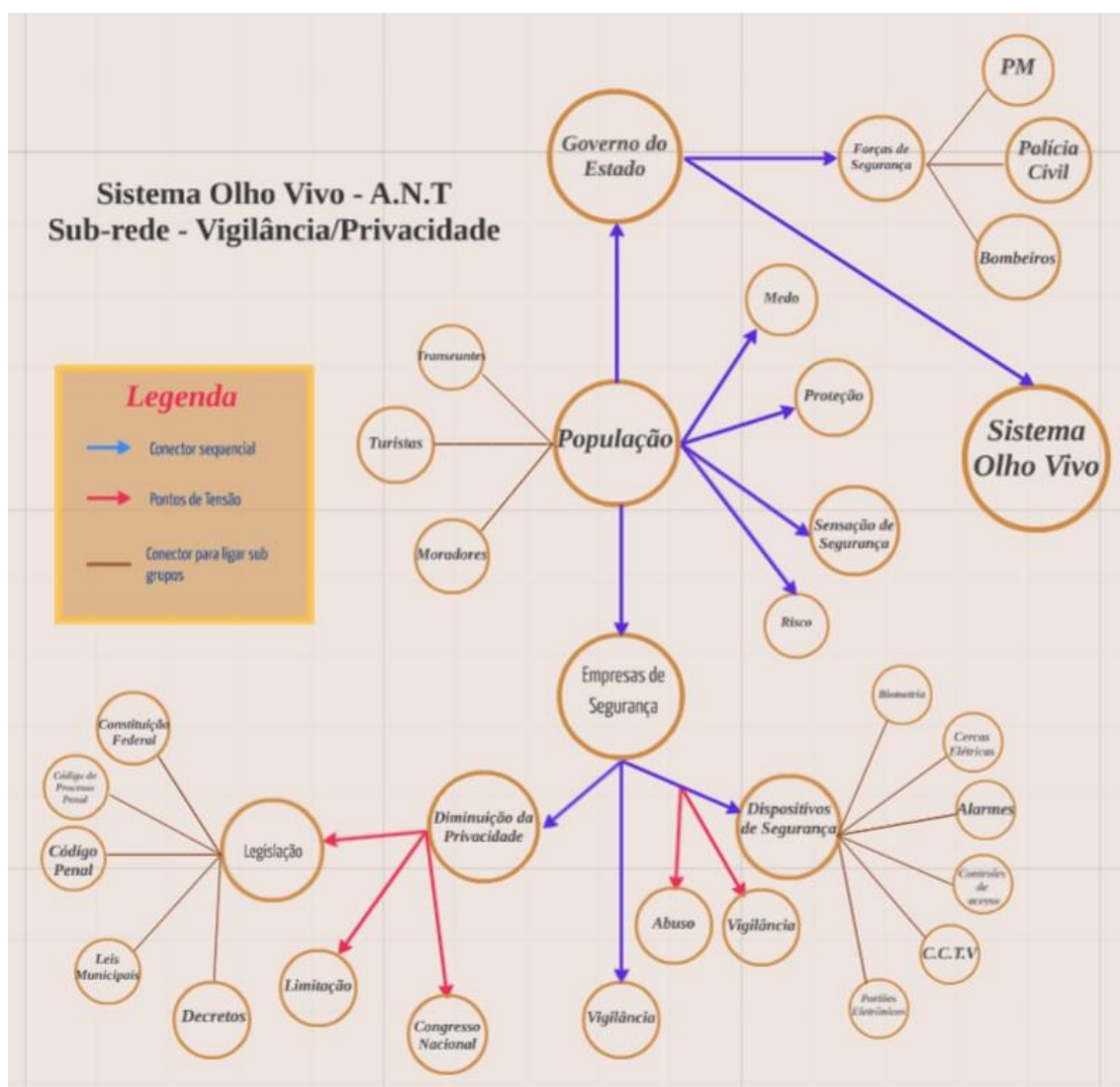


Figura 53: Desenho da Sub Rede – Vigilância e Privacidade. Desenho elaborado e extraído do software Prezi Classic.

Sendo a maior rede observada e o que acaba por ser o maior foco do trabalho, trata-se aqui da vigilância e seus efeitos na privacidade.

Nesta parte, será descrita a parte em que a população ante ao medo e sensação de insegurança, busca por empresas provedoras de segurança particular.

Estas empresas de forma a atender este anseio fornecem uma gama de serviços com instalação dos mais variados aparatos de segurança como câmeras de vigilância, cercas elétricas, alarmes, controles de acesso, dentre outros.

Em que pese, haver legislação no Código Civil que trata da relação de vizinhança, por vezes, ocorrem controvérsias entre moradores quanto ao abuso em sua instalação, pois acabam por ferir o direito de privacidade de seus vizinhos.

Novamente a questão surge. Toda vez que a linha que separa a privacidade da vigilância corre risco de ser cruzada, surge uma nova controvérsia. Conflitos entre pessoas, empresas que atingem o pano social e novamente obriga os atores a chegarem a um consenso. O assunto, em que pese já ser legislado na Constituição Federal, além de ser assunto tratado também em normas infraconstitucionais, ainda é alvo de grande discussão pois se trata de terreno muito novo. Infelizmente o direito não anda na mesma velocidade que a sociedade. As rápidas transições tecnológicas trazem conflitos entre os atores afetados, os quais ainda sequer foram alvo qualquer tipo de regulamentação.

Este pesquisador entende ser um ponto nevrálgico na rede, pois se trata de um dos pontos mais controversos nesta temática. Como já tratado no capitulado 2, a questão da privacidade e sua limitação ante a crescente de aparato tecnológicos de vigilância e controle é um fato que a atual e futuras.

Neste ponto o estado deverá solucionar o problema da segurança pública, mas respeitando os limites constitucionais de todos os cidadãos, mesmo sabe de quão tênue é a linha que separa a legalidade da ilegalidade de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado na discussão dos resultados o que se pode afirmar que é a vigilância é uma realidade, trazendo ganhos e perdas sociais. As câmeras são uma realidade, uma realidade crescente, pois sua incidência apenas aumenta nos grandes centros, nas residências, comércios sendo um ator quase que constante no cotidiano social.

Os radares, sistemas biométricos, câmeras de segurança, entre outros aparatos são uma constante no meio social. No estudo bibliográfico realizado nesta pesquisa é possível concluir que há uma correlação direta entre a proliferação destes com a diminuição ou mitigação da privacidade, quer sejam em ambientes públicos ou privados. O que se nota após a implementação do sistema é que o temor pela crescente insegurança tem alterado o paradigma social, pois os espaços têm se modificado, como se pode observar na própria instalação do Sistema na cidade de Pouso Alegre, o qual redesenhou o centro comercial com as câmeras de vigilância.

Outro fato que se pode concluir é que as câmeras estão alterando de forma permanente as relações entre os actantes humanos e não humanos. A integração, interação entre estes atores é um fato consumado e está em crescente. Celulares com sensores biométricos, estabelecimentos comerciais privados como escritórios e consultórios médicos, ou ainda órgãos públicos que exigem não só de seus servidores, mas do público em geral o registro biométrico, facial para acesso e controle.

Um dos pontos que merece a atenção são os dados criminais, dados estes que são costumeiramente usados em larga escala por governos como forma de chancela para o sucesso de uma política de segurança pública. Sem a intenção de esgotar o tema, ou simplesmente induzir por meio estatístico que a redução criminal se deu com a inserção dos artefatos de vigilância em Pouso Alegre, verifica-se nas redes desenhadas, principalmente a Sub-Rede Violência, que as políticas públicas adotadas pelo governo do estado para reduzir a criminalidade, visam ainda mais aumentar a sensação de segurança da população, visto que resta claro que o crime, a violência urbana, como fenômenos sociais, tem uma grande complexidade e demandam extrema cautela a tratar de suas temáticas.

A correlação de Pearson trouxe uma oportunidade única de analisar dados criminais sob uma outra óptica, pois foi possível analisa-los em conjuntos, metodologicamente divididos pelo bem jurídico tutelado (patrimônio e saúde pública). Com os resultados obtidos será possível criar novas estratégias de combate e investigação a eles.

A descrição das redes pôde demonstrar que não houve uma redução criminal considerável nos índices criminais nos delitos analisados, entretanto, merece o devido destaque que não se pode atribuir tal fato ao sucesso ou insucesso do sistema, mas sim a toda rede composta por diversos atores que afetam a criminalidade urbana nos locais avaliados.

Outro dado importante é que por vezes os locais em que os delitos são registrados não condizem com os locais em que efetivamente ocorreram, pois as vítimas, por diversas razões, apontam o primeiro nome de rua que se lembram em que ocorreu o fato, mas pode ser uma rua transversal, uma paralela, impedindo um registro fiel.

Tomar como verdade que a implantação do sistema, per si, é responsável direta pela redução criminal apenas colocaria em xeque a conclusão desta pesquisa, pois tal fato jamais poderia ser comprovado por meio de dados apenas, visto que diversos fatores não podem ser mensurados.

Analisar as redes que visam à produção de segurança, visa permitir, compreender e repensar práticas sociais e políticas públicas, pois é certo que estes actantes que monitoram o cotidiano social diuturnamente se influenciam e se interagem verificando a eficiência, ou não, destes híbridos na dinâmica criminal no município.

A implantação desta política pública pelas autoridades públicas impõe uma vigilância constante, suprimindo os cidadãos no exercício do direito à privacidade, na incessante busca pela segurança e paz social acaba criando barreiras entre as diferentes camadas sociais, as quais, quando transpostas, podem vir a ocasionar diferentes eventos. Verifica-se, com efeito, se há importância de um planejamento público de investimento em sistema de monitoramento por câmeras no município de Pouso Alegre e a prática cotidiana da atividade policial investigativa no uso deste sistema, bem como na utilização de imagens fornecidas por particulares para a elucidação de delitos.

O estudo assim visa colaborar com trabalhos futuros no fenômeno da violência o que comporta analisar e readequar o comportamento social e as ações do poder público.

BIBLIOGRAFIA

ABESE. *Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança*. Disponível em: <<http://www.abese.org.br/index.php/institucional/faq>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

ADORNO, S. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: SÉRGIO MICELI (Org.). *O que ler na Cciência Social Brasileira (1970-2002)*. [S.l: s.n.], 2002. v. 4. p. 267–307.

ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 7–29, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002&lng=pt&tlng=pt>.

ALVES, D. G. *Avaliação do impacto produzido pelo sistema de patrulhamento vídeo monitorado na prevenção do delito de roubo a transeunte, e na sensação de segurança no hipercentro de Belo Horizonte*. 2007. Academia de Polícia Militar / Fundação João Pinheiro, 2007.

BACHUR, J. P. Assimetrias Da Antropologia Simétrica De Bruno Latour. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 92, p. 01, 2017.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *VIGILÂNCIA LÍQUIDA - Diálogos com David Lyon*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Disponível em: <<https://ciberativismoeguerria.files.wordpress.com/2016/09/vigilc3a2ncia-lc3adquida.pdf>>.

BONAMIGO, I. S. Novas tecnologias de vigilância e a gestão de violências. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n. 3, p. 659–674, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300015&lng=pt&tlng=pt>.

BONAMIGO, I. S. Violências e contemporaneidade. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 2, p. 204–213, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

BONAMIGO, I. S.; PEDRO, R. M. L. R.; MELGAÇO, L. (In)segurança pública: cartografia de relações entre dispositivos de vigilância, políticas públicas e violências em espaços urbanos contemporâneos. *Nuevos paradigmas de la Vigilancia*, p. 1–11, 2016.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Rcl 2040 QO, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2002, DJ 27-06-2003 PP-00031 EMENT VOL-02116-01 PP-00129.* Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000098855&base=baseAcordaos>>.

BRUNO, F. *Modos de Ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013. v. 2. Disponível em: <<https://comunicacaoeidentidades.files.wordpress.com/2014/07/pg-18-a-51-maquinas-de-ver-modos-de-ser.pdf>>.

BUZATO, M. E. K. Práticas de letramento na ótica da Teoria Ator-Rede: Casos comparados. *Calidoscopio*, v. 10, n. 1, p. 65–82, 2012.

CALDEIRA, T. P. DO R. Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 155–176, 1997.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation-Domestication of the Scallops and the Fishermen of St-Brieuc Bay. *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*, p. 196–223, 1986.

CASTRO, R. B. DE; PEDRO, R. M. L. R. REDES DE VIGILÂNCIA: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. *Vigilância, Segurança e Controle Social*, p. 70–91, 2009.

CORSO, A.; FEEVALE, U.; GLASS, G. Reflexões sobre Privacidade e Vigilância na Era dos Computadores. 2014, São Paulo — SP: [s.n.], 2014.

COSTA, R. R. DA. A interface como prática discursiva em redes sociotécnicas: um estudo no Youtube. p. 178, 2016.

DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução Peter Pal Pelbart. Coleção Tr ed. São Paulo: [s.n.], 1992.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Tradução Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo — SP: Martins Fontes, 2007. v. 2.

FERNANDES, E. Movimentos sociais, policiamento e vigilância: um diálogo teórico a ser construído. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 1, p. 100, 2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Tradução Raquel Ramallete. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, M. DE L.; AQUINO, J. A. DE. Violência e satisfação com a democracia no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 209–238, 2018.

GUATTARI, F.; DELEUZE, G. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. 34. ed. São Paulo — SP: Editora 34

Ltda., 1995.

GUIRARDI, E. R.; MANOLESCU, F. M. K. Criminalidade E Violência No Brasil. 2009, São José dos Campos: [s.n.], 2009. p. 1–6.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora*. [S.l: s.n.], 2001.

LATOUR, B. *Reagregando o Social - uma introdução à teoria Ator-Rede*. Salvador-Bauru: [s.n.], 2012.

LATOUR, B. *Reassembling the Social*. [S.l: s.n.], 2006. v. 43.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems Practice*, v. 5, n. 4, p. 379–393, ago. 1992. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/BF01059830>>.

LEMOS, A. *A comunicação das Coisas - Teoria Ator-Rede e Cibercultura*. 1ª ed. São Paulo — SP: Editora AnnaBlume, 2013.

LEOPOLDO, R. Vigilância Líquida : Variações Sobre O Panoptismo - Resenha Bauman, Zygmunt. p. 894–902, 2015.

MARX, G. T. *What's new about the "new surveillance"?: Classifying for change and continuity*. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/BF02687074>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MARX, K. *O Capital*. 2ª ed. São Paulo — SP: Boitempo, 2017.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. *Curso De Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo — SP: [s.n.], 2012.

MENDONÇA, A. L. DE O. O encontro entre a tarefa reflexiva filosófica e o trabalho empírico sociológico: fraqueza e força do Programa Forte. *Ensaiofilosoficos.Com.Br*, v. 9, p. 103–127, 2014. Disponível em: <http://www.ensaiofilosoficos.com.br/Artigos/Artigo9/Andre_Mendonca .pdf>.

MILANI, W.; JESUS, E. DE. Projeto “Olho Vivo”: dispositivo de vigilância no espaço urbano de Belo Horizonte. *Iniciacom Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social*, v. 4, n. 1, 2012.

MORAIS, M. M. DE; JORGE, R. M. S. D. O Direito Fundamental à Privacidade e a Inviolabilidade dos Sigilos Bancário e Fiscal. *Revista Jurídica da Presidência*, v. 14, n. 102, p. 233–250, 2012.

NEVES, S. S. Artigo sobre A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura de André Lemos. *RELEM – Revista Eletrônica Mutações*, 2014.

NONATO, C. Sergio Adorno: reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira. *Comunicação & Educação*, v. 20, n. 2, p. 93, 1 out. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/102026>>.

ORWELL, G. 1984. São Paulo — SP: Companhia Editora Nacional, 2004.

PAASCHE, T. F.; KLAUSER, F. R. Surveillance and Privacy, Geography of. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Second Ed. ed. [S.l.]: Elsevier, 2015. v. 23. p. 727–732. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B9780080970868721246>>.

PAESANI, L. M. *Direito e Internet. liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. 2. ed. São Paulo — SP: [s.n.], 2003.

PIOVESAN, F. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14. ed. São Paulo — SP: Saraiva, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *City Cameras São Paulo*. Disponível em: <<https://www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

REIS PERON, A. E. DOS; ALVAREZ, M. C.; URQUIZAS CAMPELLO, R. Apresentação do Dossiê: Vigilância, Controle e Novas tecnologias. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 1, p. 11, 2018.

RODRIGUES, R. I.; MOTTA, E. A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. *Boletim De Análise Político-Institucional*, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/1301017_boletim_analisepolitico_04_cap4>.

SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo — SP: Saraiva Jur, 2017.

SISTEMA SIGAA - UNIFEI. *Página do Mestrado de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*. Disponível em: <https://sigaa.unifei.edu.br/sigaa/public/programa/areas.jsf?lc=pt_BR&id=343>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SSP/RJ. *CICC COMPLETA 4 ANOS COMO REFERÊNCIA MUNDIAL, POR ATENDIMENTO QUALIFICADO À POPULAÇÃO E TURISTAS*. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=3194164>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SSP/SP. *Cartilha do Sistema Detecta*. Disponível em: <http://www.sapp.org.br/sapp/wp-content/uploads/Sistema_Detecta_cartilha_completa_v3.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018a.

SSP/SP. *Detecta monitora o Estado de SP com mais de três mil câmeras de vídeo*.

Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/detecta-monitora-o-estado-de-sao-paulo-com-3-mil-cameras-de-video/>>.

VENTURINI, T. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.

WEBER, M. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo — SP: [s.n.], 2008.

ANEXOS:

Questionário aplicado aos operadores das câmeras:

- 1) Qual seu nome? Cargo? Função?
- 2) Em que ano o sr. começou a trabalhar no projeto em Pouso Alegre?
- 3) Qual é seu horário de trabalho? Intervalo de descanso?
- 4) Qual o tamanho da equipe? Entende suficiente?
- 5) Entende que o número de câmeras na cidade são suficientes para o monitoramento? Qual a qualidade das imagens?
- 6) Já recebeu reclamações sobre a implantação do sistema?
- 7) Entende que o sistema é efetivo na prevenção criminal?
- 8) Houve aumento ou diminuição de algum crime em específico?
- 9) As pessoas estão cientes dos locais?
- 10) Há sinalização de instalação de câmeras na cidade?
- 11) Você consegue notar mudança no comportamento das pessoas nos locais em que existem câmeras?
- 12) Quais são suas maiores dificuldades?
- 13) Há integração com outros sistemas de vigilância? Privados ou Públicos?
- 14) Perguntas adicionais serão realizadas.

Questionário aplicado aos dois policiais civis:

- 1) Qual seu nome? Cargo? Função?
- 2) Em que ano o começou a trabalhar na Polícia Civil em Pouso Alegre?
- 3) Qual é seu horário de trabalho?
- 4) Qual o tamanho da equipe? Entende suficiente?
- 5) Entende que o número de câmeras na cidade são suficientes para o monitoramento? Qual a qualidade das imagens?
- 6) Entende que o sistema é efetivo na solução criminal?
- 7) Entende que as câmeras do Sistema Olho Vivo são de fundamental importância para apuração dos crimes no local em que elas existem?
- 8) O Sr tem dificuldades em obter as imagens junto ao Comando da PM?
- 9) O Sr tem utilizado imagens de câmeras de sistemas particulares?
- 10) Entende que ambos trabalham em conjunto, complementando-se?
- 11) Utiliza mais imagens do sistema público ou privados?
- 12) Perguntas adicionais serão realizadas.